

Rachel  
Carson  
Center  
Perspectives

# Os Limites da História Ambiental

Uma Homenagem a Jane Carruthers

Organizado por  
CHRISTOF MAUCH  
LIBBY ROBIN

SPONSORED BY THE



Federal Ministry  
of Education  
and Research

RCC Perspectives

# **Os Limites da História Ambiental**

Uma Homenagem a Jane Carruthers

Organizado por

Christof Mauch  
Libby Robin

2014 / 1



## Índice

### Prólogo

- 5 **Jane Carruthers e a história ambiental internacional**  
*Christof Mauch e Libby Robin*
- 9 **História ambiental com um olhar africano**  
*Jane Carruthers*

### 1ª Parte: Pensar com os animais

- 19 **Quão selvagem é o selvagem?**  
*Harriet Ritvo*
- 25 **Pensar com as aves**  
*Thomas R. Dunlap*
- 31 **Passados animais, futuros humanizados: a coexistência com grandes animais selvagens numa economia emergente**  
*Mahesh Rangarajan*

### Interlúdio

- 37 **O monstro da floresta**  
*Tom Griffiths*

### 2ª Parte: Dentro e fora das reservas de vida selvagem

- 47 **Os parques nacionais como cosmopolitismo**  
*Bernhard Gissibl*
- 53 **Um olhar exógeno sobre o parque nacional: sobre uma epistemologia africana da natureza**  
*Clapperton Mavhunga*
- 61 **No limite: o potencial dos parques e justiça no Sul Global**  
*Emily Wakild*

## Interlúdio

- 69 **As explorações artísticas de Mandy Martin**  
*Jane Carruthers*

## 3ª Parte: Conhecer a Natureza

- 75 **Invasões biológicas, biodiversidade e diversidade biocultural:  
alguns problemas conceituais para historiadores**  
*William Beinart*
- 83 **A biopolítica da fronteira**  
*Etienne Benson*
- 89 **Aventuras em Gondwana: a ciência no Sul**  
*Saul Dubow*
- 95 **Biografia e empreendimento científico**  
*Libby Robin*

## Interlúdio

- 105 **Como ler uma ponte**  
*Rob Nixon*

## 4ª Parte: A injustiça ambiental e a promessa da história

- 113 **Construção e desconstrução de comunidades: relatos de injustiça  
urbana e resistência no Brasil e na África do Sul**  
*Lise Sedrez*
- 123 **Territórios perigosos: o espaço contestado entre a conservação imperial  
e a justiça ambiental**  
*Bron Taylor*
- 129 **História e audácia: conversas com a ciência da conservação**  
*Catherine A. Christen*
- 135 **“Onde mora o perigo, também cresce a salvação”:  
reflexões sobre a exploração e a sustentabilidade**  
*Christof Mauch*



Christof Mauch e Libby Robin

### Jane Carruthers e a história ambiental internacional

Este livro, bem como o *workshop* internacional que lhe deu origem, intitulado “The Edges of Environmental History”, pretende ser uma homenagem ao fantástico percurso de Jane Carruthers e, também, uma análise das contribuições da África do Sul para a história ambiental mundial e respetivas disciplinas irmãs. Pioneira na história ambiental da África do Sul, Jane Carruthers ocupa também um lugar cimeiro na história ambiental mundial e transnacional, sendo ainda uma distinta biógrafa. Neste livro, serão exploradas algumas das associações entre a história ambiental e outros domínios intelectuais, nomeadamente aqueles para os quais o trabalho de Jane Carruthers serviu de inspiração: estudos animais, gestão de recursos naturais, história da biologia e as humanidades ambientais, no geral. São estes os temas que estruturam os capítulos deste livro, cujo design é inspirado na arte ambiental. Explorada no segundo interlúdio, esta é outra das paixões académicas de Jane.

Jane Carruthers tem sido uma grande influência para a disciplina da história ambiental, tanto na África do Sul, como em outros lugares. O seu “olhar” africano transformou as ideias internacionais acerca dos parques nacionais e das suas relações com o nacionalismo, em vários locais distintos. A sua influente obra *The Kruger National Park* foi publicada em 1995, um ano após o fim do *apartheid* na África do Sul. Numa altura em que a Nação Arco-Íris começava a enfrentar o mundo, *The Kruger National Park* concedeu uma alternativa significativa ao nacionalismo estadunidense associado às formulações dominantes da ideologia dos parques nacionais. A sua abordagem sensata e orientada para o futuro sensibiliza os leitores para a importância de categorias como a história local e a ecologia, ao mesmo tempo que está atenta a potenciais conflitos entre comunidades locais e regimes nacionais de terra. Na década de 1970, como Roderick Nash considera, “em conjunto com a Coca Cola, Mickey Mouse, basquetebol e rock’n’roll”, os parques nacionais poderiam ser adicionados à lista das contribuições estadunidenses para a civilização mundial.<sup>1</sup> Toda a história é social e política, mas por vezes a história ambiental é menos. A perspectiva de Jane na África do Sul obrigou a disciplina a pensar para além do “ambientalismo” ou da defesa do meio ambiente e a abraçar a história social e política (como é sugerido

1 Roderick Nash “The Confusing Birth of National Parks,” *Michigan Quarterly Review* 19 (1980): 216.



pelo próprio subtítulo do *The Kruger National Park*). A dimensão humana dos parques e a justiça social integram também uma ideologia dos parques nacionais para o novo milénio, numa altura em que os próprios parques chegaram “Além das Fronteiras.”<sup>2</sup> Garantir uma coexistência entre as pessoas e a natureza é crucial para a vida na África, como também para o resto do mundo. As histórias que Jane nos ofereceu sobre o Santuário de Vida Selvagem Dongola ou de outros locais, de onde as pessoas foram brutalmente removidas em prol da natureza—ou, mais concretamente, de caçadores estrangeiros ricos—foram salutares. Nesta coleção, tanto Emily Wakild como Bron Taylor tecem comentários acerca do poder da história do Parque Nacional Kruger em alterar a perceção sobre os parques nacionais no hemisfério ocidental. Jane Carruthers também questionou a ideia de parques nacionais em locais como a Austrália, onde desenvolveu um importante estudo comparativo sobre parques e outras iniciativas de conservação.<sup>3</sup>

As histórias transnacionais são uma característica particular do trabalho de Jane. Em duas importantes biografias por ela escritas, dissecou as vidas transnacionais de pessoas e ambientes nos séculos XIX e XX. Thomas Baines, o artista-explorador inglês, pintou tanto a África do Sul como o norte da Austrália, no século XIX. James Stevenson-Hamilton, o diretor da reserva de vida selvagem, com um pé na África do Sul e outro na Escócia, apelou, nos anos 1920, a um crescente nacionalismo africânder, ao sugerir denominar a nova reserva de vida selvagem sul-africana como Parque Nacional Kruger. As histórias sul-africanas de Jane, ricas pelas complexidades culturais do seu país natal, transformaram e, por vezes, abalaram o conhecimento ambiental no campo das ciências, parques nacionais e gestão da vida selvagem.

Jane não é uma historiadora na sua torre de marfim. É, na verdade, uma intelectual pública ativa, tanto no seu país como no estrangeiro. Tem sido uma conselheira política crítica do South African National Parks (SANParks) há muitos anos e o enfoque do seu projeto mais recente recai na história da ciência promovida dentro dos parques da África do Sul, com o apoio da Andrew W. Mellon Foundation. A sua análise perspicaz dos problemas contemporâneos tem tido repercussões importantes em debates sociais, económicos e políticos. Mais concretamente, a alusão em relatórios técnicos, apresentações, artigos

2 Esta foi a temática do Congresso Mundial de Parques Nacionais em Durban, onde foi lançado e apresentado o livro de Anthony Hall-Martin e Jane Carruthers, *South African National Parks: A Celebration* (Johannesburg: SANParks, 2003).

3 Entre 1999 e 2005, Jane Carruthers obteve quatro importantes bolsas na Austrália. Viveu durante 12 meses em Canberra e Perth e viajou extensamente por toda a Austrália.



científicos e livros à remoção das populações locais dos parques nacionais e de outras áreas protegidas tem sensibilizado cientistas, sociólogos e ativistas para a importância da dimensão humana da conservação. O seu trabalho interdisciplinar com cientistas no Centre for Invasion Biology da Universidade de Stellenbosch, na Royal Society of South Africa e na história da ciência tem impactos diretos na elaboração de políticas técnicas, contribuindo com a sua especialidade em história ambiental. É uma ouvinte maravilhosa e uma comunicadora exímia, encontrando sempre o tom certo, tanto para a crítica, como para o conselho construtivo. É uma historiadora rara, ao ser simultaneamente membro da Academia de Ciência da África do Sul e *Fellow* na Royal Society of South Africa. Num país em que os pobres pouco têm a dizer em matéria de conservação, e onde os seus modos de vida e medicina dependem dos animais selvagens e terras comuns, as questões sobre a proteção da vida selvagem estão perfeitamente integradas nas suas histórias, bem como nos sábios conselhos que ela dá aos profissionais.

No período em que a África do Sul se abriu ao resto do mundo, Jane Carruthers também o fez, estabelecendo-se como uma profissional dedicada e líder mundial na história ambiental e da conservação da vida selvagem. Durante o antigo regime de *apartheid*, Jane tinha uma carga letiva esgotante, com cerca de 10.000 estudantes de história inscritos na Universidade da África do Sul e com cerca de 4.000 trabalhos por ano para avaliar. As reformas de 1994 trouxeram mudanças no currículo universitário: os objetivos da investigação passaram a ser internacionais e as turmas passaram a ter um tamanho mais razoável. Embora estas alterações políticas tenham diminuído o número de alunos inscritos em história, a história sul-africana começou a desenvolver, sob a liderança de Jane, a sua própria identidade no mundo mais vasto. Uma das suas primeiras intervenções a nível internacional consistiu numa importante apresentação na conferência *Ecology and Empire*, promovida pelo Sir Robert Menzies Centre for Australian Studies da Universidade de Londres, em 1996,<sup>4</sup> onde estabeleceu contactos que viriam a ser reforçados nos anos seguintes, onde se incluem William Beinart, Saul Dubow, Tom Dunlap, Tom Griffiths e Libby Robin, todos eles presentes neste volume.

Enquanto líder mundial nesta área, Jane Carruthers integrou 18 conselhos editoriais, a nível nacional e internacional, e foi uma importante editora de seção no *Palgrave*

4 Jane Carruthers, "Nationhood and National Parks: Comparative Examples from the Post-imperial Experience," in *Ecology and Empire: Environmental History of Settler Societies*, eds. Tom Griffiths e Libby Robin (Edinburgh: Keele University Press, 1997), 125–38.

*Dictionary of Transnational History*<sup>5</sup>, para o qual contribuiu não só com três verbetes, mas também com convites endereçados a muitos outros autores, tanto para o contexto africano, como para o resto do mundo. Jane Carruthers deu palestras estimulantes em importantes eventos internacionais, como a Conferência da Sociedad Latinoamericana y Caribeña de Historia Ambiental (SOLCHA), em 2013, em Villa de Leyva, Colômbia, na presença de políticos, conservacionistas e centenas de investigadores oriundos de vários continentes. Fez também uma comunicação na abertura oficial do Rachel Carson Center (RCC), em Munique, em 2010, onde foi uma das três notáveis oradoras principais, juntamente com Vandana Shiva, da Índia, vencedora do Prémio Nobel Alternativo, e Yolanda Kakabadse, presidente da World Wide Fund for Nature (WWF), ex-presidente da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e ex-Ministra do Meio Ambiente do Equador.

Por todos estes motivos, não é, pois, surpreendente que Jane Carruthers seja a primeira presidente do International Consortium for Environmental History Organizations (ICEHO). O seu percurso enquanto historiadora ambiental global e comparativa tornaram-na uma escolha perfeita para esta nova organização, a qual surgiu após o primeiro World Congress of Environmental History, em Copenhaga, 2009, e que celebrará o Segundo Congresso Mundial em Guimarães, Portugal, em julho de 2014. Numa altura em que nos deparamos com alguns dos desafios ambientais, sociais e políticos mais críticos da história humana, incluindo a exploração e conservação de recursos, questões de justiça ambiental e os efeitos sociais e políticos do clima e geografia, a sua mão firme ao leme da liderança de uma organização mundial incipiente para a história ambiental tem sido muito importante. Jane Carruthers consegue encurtar facilmente a distância entre a elite académica e o público em geral. Tal é, precisamente, aquilo que todos nós, historiadores ambientais, pretendemos alcançar.

5 Akira Iriye e Pierre Yves Saugnier, eds. (New York: Palgrave Macmillan, 2008). A sua contribuição singular foi selecionada pelos editores deste volume.

Jane Carruthers

## História ambiental com um olhar africano

Denominar o *workshop* que serviu de base a este volume como “The Edges of Environmental History” foi um momento inspirado de Libby Robin. “Edge” é um termo que pode ser usado em muitos contextos, que tem múltiplos significados enquanto substantivo e verbo e que sugere oportunidades e aventuras. Além disso, pode servir como uma possível metáfora para a história ambiental enquanto disciplina, bem como para o seu crescimento, interstícios e aventuras. Pensar desta forma é apropriado, relevante e, até, divertido.

Duas pessoas que muito admiro foram ousadas: as suas vozes tinham apelos urgentes, ousaram pensar em novas direções e deram uma base à forma como conceptualizamos o nosso mundo. Uma dessas pessoas foi Greg Dening, que conheci em 2000, através de Tom Griffiths, num *workshop* de pós-graduação intitulado *Challenges to Perform*, no Centre for Cross-Cultural Studies da Universidade Nacional Australiana, em Camberra—uma ocasião verdadeiramente memorável. Greg era um homem notável, cuja frase sobre a “alteridade” de estranhos apareceu em letras enormes num banner na South African National Gallery, Cidade do Cabo, em 1996, quando da exposição “Miscast”, de Pippa Skotnes. O momento decisivo da vida de Greg surgiu quando ele percebeu que queria escrever sobre a história do “outro lado da praia.”<sup>1</sup> Como Henry David Thoreau, também ele tinha um interesse antigo por ilhas, sobretudo a Oceânia, neste caso. Não obstante, ao invés de olhar para as ilhas como pequenos continentes autónomos, pretendia conceptualizar o que tinha acontecido, e o que continuou a acontecer, nas praias—neste ponto de contacto entre as ilhas, o oceano e aquilo (e quem) traz consigo. Na sua obra *Beach Crossings: Voyaging across Times, Cultures and Self*, explica como percebeu que “as praias são limiares, entradas para um outro lugar, um outro tempo, uma outra condição. Escrever sobre uma praia será sempre refletir sobre esse limite, refletir acerca desse limite.”<sup>2</sup> Como Greg Dening constata, de facto não existe um “outro lado da praia . . . cada lado só pode contar a sua história se contar a do outro,”<sup>3</sup> o que também acaba por ser relevante para as fronteiras terrestres. A fronteira, quer seja cultural, política, ideológica, geográfica ou natural, não é uma linha estanque, mas permeável e, por vezes, até mesmo ilusória.

1 Greg Dening, *Beach Crossings: Voyaging across Times, Cultures and Self* (Melbourne: The Meigunyah Press, 2004), 12.

2 Dening, *Beach Crossings*, 31.

3 Dening, *Beach Crossings*, 13.

A outra pessoa que admiro muito—uma bióloga, não uma historiadora—que investigou limites, mas que também os criou e prosperou neles foi, claro, Rachel Carson. Tenho o privilégio de ter sido convidada pelos diretores, Christof Mauch e Helmut Trischler, para presidir o conselho consultivo acadêmico do centro que recebeu o seu nome, aqui em Munique. A minha relação com este centro tem sido um dos pontos altos da minha carreira académica e o centro propriamente dito constitui um desenvolvimento académico internacional que trouxe vida e emoção às fronteiras entre ambiente e sociedade. Não há palavras que exprimam o meu profundo agradecimento por me terem concedido a enorme honra de organizar e patrocinar o *workshop* de hoje. Sinto-me extremamente lisonjeada por este encontro. Não há, de facto, palavras para exprimir o que sinto.

Em 1955, Carson publicou o segundo livro da sua trilogia marinha: *The Edge of the Sea*. Este espaço limiar e em constante mudança era, no seu entender, “um local estranho e bonito... A fronteira marítima é sempre uma fronteira elusiva e indefinida.”<sup>4</sup> Carson escreveu este livro no auge da revolução ambiental, onde ela própria desempenhou um papel fundamental.

\*\*\*

O tipo de ambientalismo estimulado por Carson teve poucos efeitos na África do Sul até os anos 1970. Depois, em 1974, o Council for Scientific and Industrial Research, em Pretória, aproveitou a oportunidade concedida pelo Scientific Committee on Problems of the Environment (SCOPE, fundado em 1969) para iniciar aquilo que denominou como Programas Científicos Cooperativos. Estes programas consistiam num conjunto de investigações ecológicas e ambientais que estimularam cientistas de várias áreas da biologia a analisar e investigar problemáticas causadas por ou que tiveram impactos nos humanos e no ambiente e que despertaram o interesse de membros do público, incluindo o meu marido, Vincent, e eu. Foi precisamente esta preocupação em expor e ultrapassar a divisão entre as ciências puras e as humanidades que me levou à história ambiental.

Nessa altura, a história ambiental sul-africana poderia ser descrita como um campo “virtual e totalmente negligenciado,”<sup>5</sup> embora tenha surgido uma discussão prolifera

4 Rachel Carson, *The Edge of the Sea* (New York: Houghton Mifflin, 1955), 1.

5 Jane Carruthers, *Game Protection in the Transvaal 1846 to 1926* (Pretoria: Archives Yearbook for South African History, 1995), 1.

de história social, na década de 1970, entre uma nova geração de investigadores que aplicou o paradigma marxista das relações de classes para explicar a expropriação africana, a industrialização capitalista e a rutura dos modos de vida indígenas. A história social era politicamente ativista e, ao seu redor, gravitavam temáticas ambientais, embora não fossem uma prioridade evidente.<sup>6</sup> William Beinart defendeu que esta genealogia da historiografia ambiental africana foi o que a distanciou da historiografia de outros locais, ao estar inserida na própria história social africana.<sup>7</sup>

De certa forma, a revolução ambiental desenvolveu-se em África de um modo distinto do que se verificou noutros lugares. Na África do Sul, esta foi diretamente moldada pelo *apartheid* e pelas diferentes cosmovisões dos cidadãos negros e brancos. Roderick Nash (que foi uma grande influência no meu trabalho e que se tornou um bom amigo) viria a escrever sobre a emergência dos parques nacionais no quadro nacional da história dos Estados Unidos e registou o orgulho sentido pela maioria dos cidadãos em relação aos seus parques nacionais.<sup>8</sup> Contribuí com entusiasmo para esta temática através de uma perspectiva sul-africana, a qual, como vim a constatar, era precisamente o oposto da experiência norte-americana. A proteção da natureza expôs o abismo entre a ideologia de uma elite branca, para quem os parques nacionais e outras áreas protegidas eram moralmente válidas, acessíveis e importantes, e a de uma população negra empobrecida, grande parte da qual se viu forçada a enveredar por uma vida precária de proletariado migrante ou enfrentar a pobreza rural em terras marginais ou improdutivas. O processo foi extremamente político e hostil. Sob o epíteto “rapazes policiais ou caçadores furtivos”, havia pouco espaço para os sul-africanos negros nos parques nacionais,<sup>9</sup> enquanto uma população crescente foi levada para bantustões, alguns dos quais adjacentes a áreas protegidas, onde a indústria do turismo, baseada no bem-estar de animais selvagens e na respetiva gestão, prosperava.<sup>10</sup> Não é de admirar, portanto, que com o início das negociações no sentido de uma “nova” África do Sul, no início dos anos 1990, tenham surgido apelos para abolir os parques nacionais—em particular, o Parque Nacional Kruger. De acordo com *The Baltimore Sun*, em maio de 1995:

6 William Beinart, “African History and Environmental History,” *African Affairs* 99 (2000): 269–302.

7 Gregory Maddox, “‘Degradation Narratives’ and ‘Population Time Bombs’: Myths and Realities About African Environments,” in *South Africa’s Environmental History: Cases and Comparisons*, eds. Stephen Dovers, Ruth Edgecombe e Bill Guest (Athens: Ohio University Press, 2003).

8 Roderick Nash, *Wilderness and the American Mind*. 4ª edição. (New Haven: Yale University Press, 2001).

9 Jane Carruthers, “‘Police Boys’ and Poachers: Africans, Wildlife Protection and National Parks, the Transvaal 1902–1950,” *Koedoe* 36, no. 2 (1993): 11–22.

10 Jane Carruthers, *The Kruger National Park: A Social and Political History* (Pietermaritzburg: Natal University Press, 1995).

Para as dezenas de milhares de pessoas que o visitam anualmente, o Parque Nacional Kruger oferece a hipótese de se aproximarem de leões, elefantes e outros animais selvagens africanos. Contudo, para os milhões de negros empobrecidos que vivem nas fronteiras do parque, este representa um bastião anacrônico de privilégios dos brancos. Durante várias gerações, as pessoas do outro lado da cerca eletrificada do parque têm sido vistas como crianças de rua que encostam o nariz à janela de uma vitrine. Na nova democracia da África do Sul, essas pessoas querem agora ser permitidas no interior, beneficiar das potenciais riquezas...<sup>11</sup>

Dois aspetos imprevistos desenvolveram-se em torno dos parques nacionais e da exclusão africana. O primeiro diz respeito a solicitações com êxito da restituição de terras, após 1994, no Parque Nacional Kruger (pelos Makuleke e outros), no Parque Nacional Kalahari Gemsbok (pelos Khomani San), no Parque Richtersveld e noutros ainda em análise.<sup>12</sup> O segundo está relacionado com a relutância das autoridades do National Parks Board em empregar, nos anos 1970 e 1980, sul-africanos e rodésios de língua inglesa, apesar das suas excelentes qualificações e capacidades académicas e profissionais. Encontraram, contudo, um lugar para exercê-las. Liberto dos constrangimentos burocráticos do National Parks Board e, assim, livre para contratar africanos negros qualificados e para fazer experiências em termos de conservação comunitária, restauração ecológica e reintrodução de animais selvagens, um parque como o Parque Nacional Pilanesberg, situado em Bophuthatswana, um dos bantustões “independentes”, tornou-se líder internacional nestas questões, tendo influenciado, anos mais tarde, a filosofia dos South African National Parks (SANParks).<sup>13</sup>

Prosseguindo com a temática das áreas protegidas e respetivos limites, assistiu-se recentemente a uma enfatização considerável dos parques nacionais transfronteiriços, também denominados como Áreas Protegidas Transfronteiriças, “Parques para a Paz” e Áreas de Conservação Transfronteiriças. Apesar de alguns terem sido controversos, estes parques pretendem melhorar as relações entre governos vizinhos através do alargamento das fronteiras demarcadas no período colonial.<sup>14</sup> Em 2000, foi criado o

11 Michael Hill, “Fenced-Out Villagers Await South African Park Reforms,” *The Baltimore Sun*, 24 maio 1995.

12 Jane Carruthers, “Mapungubwe: An Historical and Contemporary Analysis of a World Heritage Cultural Landscape,” *Koedoe* 49, no. 1 (2006): 1–14; “‘South Africa: A World in One Country’: Land Restitution in National Parks and Protected Areas,” *Conservation and Society* 5, no. 3 (2007): 292–306.

13 Jane Carruthers, “Pilanesberg National Park, North West Province, South Africa: Uniting Economic Development with Ecological Design—A History, 1960s to 1980s,” *Koedoe* 53, no. 1 (2011). doi: 10.4102.

14 Martin Pabst, *Transfrontier Peace Parks in Southern Africa* (Stuttgart: SAFRI, 2002). Ver também [www.peaceparks.org](http://www.peaceparks.org).

primeiro parque deste tipo: o Parque Transfronteiriço Kgalagadi, com 38.000 km<sup>2</sup>, que fundiu o Parque Nacional Kalahari Gemsbok, da África do Sul, com o Parque Nacional Gemsbok, do Botswana, que atravessa o rio seco Nossob, a fronteira internacional. Este empreendimento incentivou outros na região, incluindo o Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo (que inclui o Parque Nacional Kruger, a Coutada 16 de Moçambique e o Gonarhezhou do Zimbabué), a Área de Conservação Transfronteiriça do Grande Mapungubwee e a Iniciativa Transfronteiriça Maloti-Drakensberg, que se estende pelo Lesoto, entre outros, espalhados por todo o continente africano. Estas entidades evidenciam a história transnacional da região—uma historiografia que pretende diluir diretamente as fronteiras. Em 1994, a África do Sul voltou à comunidade internacional, obrigando-nos, conseqüentemente, a mudar o enfoque para os “contactos, coligações e interações além das fronteiras estatais que não são controladas pelos órgãos centrais da política externa do governo.”<sup>15</sup> Tive o prazer de ter pertencido à Comissão Editorial do *Palgrave Dictionary of Transnational History*, editado por Akira Iriye e Pierre-Yves Saunier.<sup>16</sup> Os movimentos e fluxos de pessoas, ideias, bens, finanças e serviços estão no cerne da análise transnacional. A utilidade deste tipo de pensamento foi demonstrada há várias décadas com a primeira geração da Revista dos *Annales*, historiadores da década de 1930, aos quais nós, historiadores ambientais, tanto devemos. Um enquadramento transnacional passa pela identificação de espaços novos e diluídos e, com estes, surgem novas perspectivas e novas histórias.

Os recursos naturais existem independentemente das fronteiras nacionais. A dimensão transnacional da história ambiental gerou debates que influenciaram conceptualmente a história ambiental sul-africana, incluindo a própria questão da relevância da história ambiental dos Estados Unidos para outras partes do mundo. Neste sentido, o trabalho de Richard Grove, autor de *Green Imperialism* e, durante alguns anos, editor de *Environment and History*, foi extremamente influente. Tanto este como outros historiadores do imperialismo e colonialismo britânico foram inflexíveis na consideração do ambientalismo como uma consequência das épocas imperiais e coloniais passadas, e não do movimento ambiental moderno dos Estados Unidos. Tanto Grove como o célebre John McKenzie consideraram a história ambiental fora dos Estados Unidos como sendo mais

15 Pierre-Yves Saunier, “Transnational History” in *The Palgrave Dictionary of Transnational History, From the mid-19<sup>th</sup> Century to the Present Day*, eds. Akira Iriye e Pierre-Yves Saunier (Basingstoke: Macmillan, 2009), 1047–55.

16 Akira Iriye e Pierre-Yves Saunier, eds., *The Palgrave Dictionary of Transnational History, From the mid-19<sup>th</sup> Century to the Present Day* (Basingstoke: Macmillan, 2009).



“interessante e inovadora”, “mais integrada, virada para o exterior e comparativa... na descoberta dos processos e discursos da expansão colonial e encontro cultural” do que a perspectiva “ultranacionalista” característica da América do Norte.<sup>17</sup>

\*\*\*

Também é verdade que a historiografia do mundo emergente—de que a África do Sul faz parte—tem os seus próprios limites. Como Paul Sutter tão bem explorou no seu artigo sobre aquilo que os historiadores estadunidenses poderiam aprender com a história ambiental além-fronteiras, esta historiografia rege-se por questões de investigação e prioridades concretas relacionadas com as próprias especificidades ambientais, políticas, económicas e sociais.<sup>18</sup> Uma das principais causas da volatilidade e violência endémicas em muitos países emergentes consiste no enorme abismo entre os ricos e os pobres, com consequências ambientais diretas. De acordo com o índice Gini, a África do Sul ocupa a décima posição entre os 30 países com maiores desigualdades. Como consequência, a qualidade de vida é baixa para a maioria dos cidadãos, sendo apenas alta para os que são extremamente ricos. Esta questão é exacerbada pela distribuição desigual de terras e pela problemática provisão de serviços. Uma das muitas consequências das desigualdades é a prioridade concedida pelos políticos e pela sociedade ao emprego, crescimento económico e desenvolvimento, assentes no uso dos recursos naturais abundantes do país. Na África do Sul, esta questão deu origem à construção de centrais elétricas a carvão, à extração mineral em áreas ambientalmente sensíveis e a projetos de desenvolvimento igualmente inadequados.

Na década de 1980 e princípios de 1990, o ambientalismo tornou-se um movimento político internacional. A situação da África do Sul nessa altura traduziu-se em sólidos debates em torno da justiça ambiental,<sup>19</sup> debates esses focados em questões “castanhas” em vez de “verdes”: pedidos de água potável e menos poluição industrial, segurança

17 Richard Grove, “North American Innovation or Imperial Legacy? Contesting and Re-Assessing the Roots and Agendas of Environmental History 1860-1996,” paper apresentado no Colloquium on the Environment, Research School of Social Sciences, Australian National University, Canberra, fevereiro de 1996; Grove, *Green Imperialism: Colonial Expansion, Tropical Island Edens and the Origins of Environmentalism* (Cambridge: Cambridge University Press, 1995); Grove, “Editorial,” *Environment and History* 6, no. 2 (2000): 127–29; Grove, “Editorial,” *Environment and History* 1, no. 1 (1995): 1–2.

18 Paul Sutter, “Reflections: What Can US Environmental Historians Learn From Non-US Environmental History?” *Environmental History* 8, no. 1 (2003): 109–29.

19 Jane Carruthers, “Dainfern and Diepsloot: Environmental Justice and Environmental History in Johannesburg, South Africa,” *Environmental Justice* 1, no. 3 (2008): 121–25.

laboral, terra para habitações e agricultura de subsistência. Com recurso a *slogans* como “o *apartheid* divide, a ecologia une” e “o *greening* do nosso país é essencial para a sua cura”, o ambientalismo gerou uma onda de euforia. Esperava-se que, após o passado político de divisão, todos os sul-africanos, independentemente da etnia, classe ou faixa etária, preocupariam-se com o ambiente físico, uma vez que, ao contrário do *apartheid* autoritário, o ambientalismo era uma mobilização popular pelo “nosso futuro e pelo das nossas crianças” no seio de um país democrático unido.<sup>20</sup> Contudo, este tipo de ambientalismo desvaneceu-se por vários motivos, embora as questões relacionadas com a injustiça ambiental permaneçam evidentes e a requerer atenção.

\*\*\*

A experiência colonial foi, sem dúvida, a experiência histórica marcante do continente africano, pelo menos a sul do Saara. O ambiente foi claramente um palco da luta pelo poder sobre as pessoas e os recursos, sendo essencial para analisar eixos de poder e injustiça.<sup>21</sup> A experiência colonial é demasiado diversa para ser encapsulada numa única teoria pós-colonial meramente sustentada na dicotomia “colonizadores” e “colonizados”. De acordo com Sachs, este é um argumento circular que impede qualquer possibilidade de progresso no pensamento. Bloqueia a história no estereótipo de uma relação de exploração dual inalterável entre grupos monolíticos, descurando a mudança ao longo do tempo e a especificidade do contexto histórico. É apenas através de uma análise histórica cuidada e sofisticada que é possível evitar a armadilha pós-colonial de simples clivagens, que Sachs considera ter empobrecido a história ambiental, e fazer surgir novas perspectivas sobre as estruturas de poder colonial.<sup>22</sup> Na África Austral, tanto os colonizados como os colonizadores eram extremamente diversos e a imposição de uma “mentalidade colonial” abrangente era desigual, específica e constante, sendo fortemente desafiada pela contínua resistência. A região, pautada por uma enorme “hibridez”, era (e é) repleta de sub-nacionalismos, discursos antagónicos e culturas subalternas. Em suma, havia, e há, muitos limites. Beinart refere-se a uma

20 Jacklyn Cock e Eddie Koch, eds., *Going Green: People, Politics and the Environment in South Africa* (Cape Town: Oxford University Press, 1991), 15; Eddie Koch, Dave Cooper e Henk Coetzee, *Water, Waste and Wildlife: The Politics of Ecology in South Africa* (London: Penguin, 1990); Brian Huntley, Roy Siegfried e Clem Sunter, *South African Environments Into the 21st Century* (Cape Town: Human and Rousseau Tafelberg, 1989).

21 E. Stroud, “Does Nature Always Matter? Following Dirt Through History,” *History and Theory* 42 (2003), 75–81.

22 Aaron Sachs, “The Ultimate ‘Other’: Post-Colonialism and Alexander von Humboldt’s Ecological Relationship with Nature,” *History and Theory* 42 (2003): 111–35.

“luta para libertar os estudos historiográficos e sociais de narrativas de dependência, vitimização e romantismo.”<sup>23</sup> Neste sentido, a investigação dos historiadores ambientais tem percorrido um longo caminho para alterar o pensamento histórico e atual sobre as questões africanas, embora se saiba pouco sobre as estratégias indígenas ou autênticas de recursos naturais regionais, ou sobre os conhecimentos bioculturais que possam ter existido, ou como poderão ser ressuscitados ou integrados atualmente na biologia e gestão da conservação. Em causa estão a resiliência e a sustentabilidade ambiental e social. Estes desafios tornam-se ainda mais importantes face aos receios de que as alterações climáticas globais venham a ter efeitos desiguais e à percepção de que o crescimento e desenvolvimento económicos só terão lugar com a melhoria da saúde ambiental dos mais pobres.<sup>24</sup>

A história ambiental é o campo das humanidades que está no centro da interface entre as pessoas e os respetivos ambientes físicos. Tom Griffiths caracteriza-o sensatamente como “um esforço distintivo [que] se move audaciosamente pelo tempo, pelo espaço e pelas espécies”, que “desafia algumas das convenções da história” e que “questiona as bases antropocêntricas, nacionalistas e documentais da disciplina.”<sup>25</sup> No seio da história ambiental, nomeadamente com um olhar africano, deparamo-nos com uma arena que possibilita alargar os horizontes e as fronteiras do estudo histórico. Poderá tornar-se um dos campos mais importantes e relevantes, sobretudo no mundo emergente. A história ambiental pode não só “permitir uma leitura mais complexa do passado [e] também desafiar e revitalizar o sujeito da própria história”,<sup>26</sup> mas também impedir que a narrativa histórica fique presa em “contos trágicos”, na terminologia de Mark Carey, concedendo uma reinterpretação da nossa compreensão sobre os processos históricos.<sup>27</sup>

23 Beinart, “African History and Environmental History,” 302.

24 Joan Martinez-Alier, “Reflections,” *Development and Change* 43, no. 1 (2012), 341–59.

25 Tom Griffiths, “How Many Trees Make a Forest? Cultural Debates about Vegetation Change in Australia,” *Australian Journal of Botany* 50 (2002), 375–89, 377.

26 John MacKenzie, “Introduction,” *Environment and History* 10, no. 4 (2004): 371, 377.

27 Mark Carey, “Latin American Environmental History: Current Trends, Interdisciplinary Insights and Future Directions,” *Environmental History* 14 (2009), 221.



1ª Parte:  
Pensar com os animais





Harriet Ritvo

### Quão selvagem é o selvagem?

De acordo com as famosas palavras de Potter Stewart, um antigo juiz do Supremo Tribunal dos Estados Unidos, a pornografia pesada é difícil de definir, mas sabe-se o que é assim que se vê. Este processo de discernimento está longe de ser único: no que diz respeito à pornografia, muitos sentem uma confiança semelhante nas suas próprias reações. Contudo, este consenso quase instintivo não deu origem a definições universais nem a políticas universalmente aceitas. Dito de outra forma, quando “a” veem, algumas pessoas sabem o que é, outras não. Uma justaposição paralela de um método convergente e resultados divergentes também existe em relação aos animais selvagens. Até mesmo os que costumam pensar criticamente acerca da noção geral de *wilderness* acabam por recorrer a critérios pouco consistentes para categorizar como selvagem um animal em específico ou um grupo de animais. Tal como com a pornografia, há boas razões para esta inconsistência: tanto a pornografia como os animais selvagens provocam emoções fortes e diversas, pois ambos são genuinamente difíceis de definir e delimitar.

Deixando a pornografia de lado, não há qualquer linha ou fronteira óbvia que demarque um animal selvagem dos que não o são. Pelo contrário, há cada vez mais áreas ambíguas, as mais conspícuas das quais englobam os animais domesticados que passaram a viver fora do controlo humano e os animais não domesticados que vivem em ambientes humanos. Estas dificuldades de definição têm sido agravadas por uma mudança prolongada na valência histórica. Muito resumidamente, no século XVIII (pelo menos para algumas pessoas afortunadas, em alguns contextos), a natureza selvagem começou a ser menos assustadora e mais emocionante. Como tem sido frequentemente referido por investigadores, a arte e literatura do Romantismo evidenciam claramente esta grande transição na sensibilidade ocidental. Este é o motivo pelo qual os viajantes do século XIX, tal como os seus sucessores do século XX, admiravam paisagens austeras de montanhas e mares tempestuosos. Esta mudança também afetou as atividades e instituições de cariz mais pragmático, estando espelhada, a título de exemplo, nas práticas dos jardins zoológicos oitocentistas e, em particular, nas sociedades de aclimatização a que foram frequentemente associados. Aqui, o exótico e o selvagem foram convertidos em doméstico ou domesticável, pelo menos em teoria ou desejo.

Quando o jardim zoológico do Regent's Park abriu as suas portas ao público, em 1828, uma pequena área estava reservada ao que denominaram como experiências de criação.<sup>1</sup> (Esta área cedo provou ser inadequada e imprópria, tendo sido movida para uma fazenda fora da cidade.) Alojava várias espécies de veados, ovelhas, cabras, zebras, cangurus, zebus, coelhos, avestruzes, emas, galináceos (parentes selvagens das galinhas e perus), patos e gansos, os quais foram selecionados para receber um público muito mais restrito do que a coleção principal. Muitos dos patronos mais eminentes dos zoológicos eram agricultores de elite com interesse na criação de animais domésticos. No relatório de 1829, a Direção da Sociedade Zoológica definiu do seguinte modo o principal objetivo da fazenda: “melhorar a qualidade ou propriedades dos [quadrúpedes domesticados e aves] comestíveis, o que se aplica tanto aos indivíduos do nosso país como de países estrangeiros, desde que não tenham estado em aviários ou estábulos.”<sup>2</sup> Esta formulação acaba simultaneamente por privilegiar o selvagem e por fundi-lo com a domesticação. No auge do primeiro entusiasmo pela criação de raças puras, uma infusão híbrida de selvageria poderia ser tão desejável como a pureza inata registada em livros sobre criação.

Como se acabou por verificar, os primeiros anos da fazenda acabaram por ser os seus únicos anos. Manter animais vivos era e é dispendioso e as finanças da jovem Sociedade Zoológica eram frágeis. Décadas mais tarde, em 1860, a Society for the Acclimatisation of Animals, Birds, Fishes, Insects and Vegetables, no Reino Unido, cujo único objetivo consistia em incentivar tais introduções e cruzamentos, também fracassou. Porém, a sua congénere francesa, Sociéte d'Acclimatation, que beneficiou tanto de um apoio oficial como de uma extensa rede colonial, teve muito mais sucesso. Fundada em 1854, incentivou a introdução de animais selvagens e exóticos domesticados com o mesmo entusiasmo. A hibridização era uma preocupação recorrente dos seus membros e as cabras de pelo comprido eram particularmente desejadas. Na entrega do prémio anual da Sociedade, em 1911, o presidente louvou os vencedores por terem “criado a raça mais bonita e produtiva, a mais adaptada às nossas necessidades, que se tornou para nós um motivo de enorme alegria.”<sup>3</sup>

1 Peter Chalmers Mitchell, *Centenary History of the Zoological Society of London* (London: Zoological Society of London, 1929), 93.

2 Citado em Henry Scherren, *The Zoological Society of London: A Sketch of Its Foundation and Development, and the Story of Its Farm, Museum, Gardens, Menagerie and Library* (London: Cassell, 1905), 43.

3 Edmond Perrier, “Societe d'Acclimatation. Distribution des Recompenses.” Manuscrito, 12 fevereiro 1911. MS 2227, Natural History Museum, Paris.



Antes da Sociedade completar uma década, o seu “Jardin Zoologique d’Acclimatation” abriu as portas no Bois de Boulogne. Como o nome sugere, foi concebido como uma instituição híbrida. Incluía as atrações comuns de um jardim zoológico, exigidas pelo público geral—grandes felinos, elefantes e outros animais icônicos—mas estas constituíam apenas uma parte da sua coleção, e não a mais importante, pelo menos teoricamente. A sua missão central era muito mais pragmática, podendo ser resumida no termo “zoologia aplicada”. O jardim zoológico pretendia ser um laboratório para o estudo da aclimatização e as suas prioridades eram eminentemente práticas. Assim, as primeiras exposições enfatizavam o potencial económico dos animais das colónias francesas (a Argélia acabou por ser uma preocupação constante, como fonte e alvo de animais aclimatizados), e albergou a maior coleção de animais exóticos agrícolas na Europa.<sup>4</sup> Não obstante, as sociedades de aclimatização mais fortes e eficazes estabeleceram-se no outro lado do mundo, nas colónias britânicas da Austrália e Nova Zelândia. Em 1861, a Acclimatisation Society of Victoria estabeleceu os seus objetivos com recurso a uma linguagem muito semelhante à da Sociedade Britânica: “a introdução, aclimatização e domesticação de animais inofensivos, tanto com fins utilitários como ornamentais; o aperfeiçoamento, propagação e hibridização de raças recentemente introduzidas ou já domesticadas [etc.]”. Esta terminologia foi subsequentemente empregue por sociedades semelhantes, fora da Austrália e da Nova Zelândia.<sup>5</sup> À semelhança das sociedades europeias, também aqui seria difícil extrapolar um sentido claro do que era selvagem e do que era doméstico a partir das espécies adquiridas ou criadas. A variedade de alvos debatidos era tão ambiciosa e caprichosa como no Reino Unido—incluindo babirusas e girafas, assim como espécies mais comuns, como antílopes, veados, ovelhas e cabras. Poucos anos após a sua fundação, a Acclimatisation Society of Victoria passou a ter camelos, lhamas, alpacas, lebres, várias espécies de cabras, ovelhas e veados, bem como vários tipos de aves e peixes. O enfoque no consumo (ou seja, alimentação) era igualmente forte. Tal como na Europa, pretendia-se que os antílopes fossem uma alternativa à monotonia da carne de vaca e de cordeiro e que o enorme mutum sul-americano pudesse ser um complemento às aves. Até mesmo a fauna australiana, frequentemente menosprezada pelos aclimatizadores por motivos utilitários e estéticos, poderia ser selecionada em prol desta campanha. Os mais aventureiros defendiam que “a carne [de vombate] era sempre... um enorme

4 Michael A. Osborne, *Nature, the Exotic, and the Science of French Colonialism* (Bloomington: Indiana University Press, 1994), ch. 4.

5 *The Rules and Objects of the Acclimatisation Society of Victoria* (Melbourne: William Goodhugh, 1861), 3.

prazer”, “o opossum é bom... especialmente cozido” e “um lagarto monitor... caso se consiga ultrapassar a aparência repugnante, é um alimento aprazível e excelente.”<sup>6</sup> Em 1864, um jantar comemorativo, num hotel em Melbourne, foi descrito como uma “justa homenagem à causa da aclimatização... [e] também um triunfo gastronómico completo... Como entrada, havia caril, patês e guisados, onde apareciam conspicuamente vombates, *bandicoots* e periquitos”.<sup>7</sup>

Não obstante a excentricidade de grande parte do discurso (e comportamento) relacionado com a aclimatização, tanto na Austrália como na Nova Zelândia as Sociedades de Aclimatização receberam apoio público, apesar dos diferentes graus de entusiasmo público e de reações dos contribuintes. Pelo menos em alguns lugares, eram aprovados por religiosos e seculares, levando alguns clérigos paroquiais em Vitória a tentar persuadir o seu rebanho de que “uma sociedade que multiplica... as dádivas de um Criador Todo Poderoso... é digno do apoio tanto do Filósofo, como do Cristão.”<sup>8</sup> Em ambos os casos, os aclimatizadores também tiveram que lidar com suspeitas crescentes de que muitas das introduções eram mais prejudiciais do que benéficas: os membros da Sociedade Australiana, por exemplo, juraram repetidamente não serem os responsáveis por aquilo que rapidamente se tornou uma praga de coelhos. Até a revista *Nature* opinou, a 12.000 milhas de distância, dizendo que “a Sociedade de Aclimatização Inglesa acabou, felizmente, antes de causar danos, mas o seu exemplo tem sido prejudicial nas nossas dependências.”<sup>9</sup>

Assim, estes aclimatizadores entusiastas eram vistos tanto como irresponsáveis, como excêntricos. Contudo, a frequente separação radical entre os objetivos ostensivos e as espécies sugeridas para os alcançar pode também ser vista como uma expressão concreta de uma ambiguidade que atormentou mesmo os naturalistas mais conscientes. A identificação de espécies, dos seus limites, sempre foi tão necessária como problemática. A definição convencional de fronteira entre organismos semelhantes—a capacidade de produzir descendentes férteis—foi claramente desconsiderada por muitos animais (e ainda mais por plantas). Os tratadores do século XIX faziam experiências

6 George Bennett, *Acclimatisation: Its Eminent Adaptation to Australia* (Melbourne: William Goodhugh, 1862), 19.

7 “Acclimatisation Society’s Dinner held at Scott’s Hotel, Collins Street West, on Wednesday, July 6th, 1864,” *The Yeoman*.

8 Carta enviada por E. Wilson a clérigos paroquiais, março de 1864. Victoria State Library SLT 285.2945.M24.

9 *Nature* (1872), citado em *Hawkes’s Bay Acclimatisation Society Centenary 1868-1968*, ed. Joyce M. Wellwood (Hastings, NZ: H. B. Acclimatisation Society, 1968), 24.

através de cruzamentos entre espécies e géneros e os visitantes admiravam os híbridos resultantes do cruzamento entre burro e zebra, gado bovino e bisonte, cão e lobo.

Esta ambiguidade tem estado presente na classificação dos animais domesticados, uma vez que nenhum deles se tornou suficientemente diferente dos ascendentes selvagens para evitar a produção de crias férteis e alguns podiam acasalar alegremente (ou, pelo menos, eficazmente) com relativos mais distantes. Porém, e apesar destas demonstrações persuasivas de parentesco, o surgimento da taxonomia moderna do século XVIII levou os classificadores a atribuir à maioria dos tipos de animal doméstico o próprio nome da espécie (à exceção dos coelhos e suínos). Assim, as ovelhas domésticas são classificadas como *Ovis aries*, enquanto o muflão é *Ovis orientalis*; os cães são *Canis familiaris*, o lobo é *Canis lupus*. Esta prática é muito recomendada em termos de conveniência, mas também constitui um reconhecimento tanto da dificuldade de diferenciar os animais domésticos dos seus parentes selvagens, como da necessidade de o fazer, apesar de tudo.

As implicações de fazer ou não estas distinções ultrapassa a esfera intelectual. Como as atividades dos aclimatizadores oitocentistas demonstram, o mundo físico é aqui simultaneamente construído e descrito e, claro, tal continua a ser feito. Recentemente, o advento das análises ao DNA tornou mais fácil a distinção entre animais domésticos e selvagens, ao mesmo tempo que dificultou essa mesma distinção. Tomemos como exemplo a Scottish Wildcat Association, estabelecida em 2007 com o intuito de proteger os restantes elementos da pequena subpopulação britânica da espécie amplamente distribuída do ancestral do gato doméstico. (Obviamente, o facto de estas criaturas serem consideradas dignas de proteção evidencia uma valorização claramente moderna de animais selvagens, já que os guardas cinegéticos Vitorianos caçaram os ancestrais destes animais e pregaram as suas peles às portas de celeiros.) Os felinos em causa têm muitas semelhanças com os gatos malhados domésticos, apesar de tenderem a ser maiores e mais irascíveis. Possivelmente foi este o motivo que levou à distinção entre animais selvagens puros e miscigenados, que se destaca no *website* da Associação: “Em 2004, um grupo de cientistas... estimou que existiam 400 gatos selvagens, sendo os restantes 5.000 gatos assilvestrados ou híbridos”. Advogavam ainda “a melhoria da proteção legal, a dinamização de campanhas de sensibilização pública, o apoio a programas de criação em cativeiro e a criação de reservas especiais para gatos selvagens que, por sua vez, viriam a beneficiar muitas outras espécies.”<sup>10</sup> Como consequência, o gato selvagem escocês foi declarado como “espécie

10 Scottish Wildcat Association, <http://www.scottishwildcats.co.uk/wildcat.html>.

prioritária” (pelo menos na Escócia). Ironicamente, e graças aos esforços dos aclimatizadores oitocentistas, tornou-se, assim, possível beneficiar do estabelecimento de um livro sobre criação, um programa de criação em cativeiro e outras medidas que acabam por obscurecer a fronteira cultural entre o selvagem e o doméstico, ainda que se pretenda reforçar a barreira genética que os separa.

Thomas R. Dunlap

## Pensar com as aves

O pensamento humano esteve desde sempre associado aos animais. Tal deve-se, em parte, ao facto de as peles serem usadas para vestuário, os ossos para ferramentas e a carne para alimentação, ou ainda por serem predadores. Não obstante, o mais importante parece ter sido a percepção dos animais como sendo simultaneamente semelhantes e diferentes de si, permitindo aceder tanto ao mundo exterior, como ao interno. Ainda o fazem. A sua atratividade é, em parte, atemporal—ainda nos admiramos perante a arte rupestre neolítica—mas também é cultural. Na nossa cultura, a compreensão dos animais passa pela ciência e chegamos a eles a partir das nossas casas, nas sociedades industriais. Coube a Darwin inserir por completo a nossa fisicalidade no reino animal, a etólogos, como Konrad Lorenz, a inserção da nossa mente e várias gerações de ecólogos e biólogos explicaram detalhadamente o impacto da nossa espécie no mundo. Apesar de não usarmos totens animais, exceto no domínio desportivo, os animais são tidos como bioindicadores, testamos neles os nossos medicamentos e procuramos no comportamento dos chimpanzés pistas sobre as raízes da nossa própria natureza. A geração que se mudou para as cidades no final do século XIX também começou a procurar um retorno à natureza a partir daí. Baseou-se essencialmente nas aves, as quais permanecem as criaturas que mais frequentemente nos aproximam da natureza e despertam o nosso interesse ao longo da vida. A forma como as pensamos e como essas formas de pensar têm alterado permite-nos compreender o mundo natural. Destacam-se aqui três abordagens, abordagens essas que, embora remontem ao século XIX, ainda continuam fortes: a observação de aves, que mistura ciência, sentimentos, autodidatismo e competição; as aves perto de casa, interligando a natureza e o nosso quotidiano; e a conservação de aves, a qual constitui uma reação organizada da sociedade ao nosso efeito no selvagem, natural.

A observação de aves, aparentemente a mera identificação e listagem de espécies, interliga natureza e cultura. As características biológicas das aves tornaram a sua observação um hobby atrativo: não se escondem, têm relativamente poucas formas e muitos verificaram a existência de padrões de penas. No caso das aves norte-americanas, por exemplo, pertencentes a cerca de quatro dúzias de famílias, a maior parte das pessoas já conhecia, antes de começar, gaviões, garças, pica-paus e tordos. Isso ajudou-os a

identificar facilmente a secção correta do guia e, a partir daí, a plumagem conduzia-os ao nome da espécie. O sucesso inicial encorajou-os a continuar o hobby, embora se tenham mantido desafios até para os especialistas. Os pardais eram todos muito semelhantes e as gaivotas juvenis tinham uma variedade enorme de plumagens; distinguir uma rapina a voar muito alto exigia um conhecimento detalhado sobre a morfologia e comportamento; e a identificação de aves através das suas vocalizações requeria um conjunto completamente diferente de conhecimentos. Listar, como qualquer bom jogo, era fácil no início e depois impossível de controlar.

Enquanto a biologia tornava a listagem um hobby plausível, era a cultura que definia essa lista. Os observadores de aves definiram limites espaciais, através da demarcação de linhas de propriedade, e limites temporais com base no calendário, geralmente através da elaboração de listas para o que observavam perto de casa, no estado, na nação (e, mais recentemente, no mundo) durante um dia, um ano, ou uma vida. A ciência desempenhou um papel central, podendo a observação de aves ser vista, em termos utilitários, como uma versão individual e estreita do grande projeto de história natural de catalogação, classificação e mapeamento da variação de produções vitais (para usar uma descrição periódica). Ao subordinarem a estética e emoção à ciência, os observadores de aves contavam espécies em vez de formas, mesmo quando estas podiam ser facilmente diferenciadas no campo. Na lista, a toutinegra fêmea pouco colorida e de partida para a migração outonal era o mesmo que o seu par que regressava na primavera, de coloração distinta e brilhante, facilmente identificado, e o falcão-ferruginoso a sobrevoar a pradaria não contava mais do que um pombo no parapeito da janela. Os observadores de aves alteravam as listas conforme as mudanças de ideias dos ornitólogos, apagando uma identificação quando o Comité de Nomenclatura da União de Ornitólogos Americanos “aglomerou” duas das (até então) espécies como subespécies do junco, ou adicionando uma quando o Comité considerou dois quíscalos como espécies distintas [*Quiscalus major* e *Quiscalus mexicanus*]. A ciência acabou por alterar também as denominações comuns das aves. Antes da observação de aves, as pessoas usavam os nomes que quisessem, pelo que, dependendo da zona onde se vivia nos Estados Unidos, o “pássaro vermelho” correspondia ao cardeal, ao sanhaçu-escarlate, ou sanhaçu-vermelho. Espécies comuns poderiam ter dezenas de nomes distintos, chegando um ornitólogo a compilar 103 nomes para o pica-pau-mosqueado. Confrontados com este caos lexical, os primeiros autores de guias recorreram às normas da American Ornithological Union para nomes de língua inglesa.

Aqui, pelo menos, tratava-se de um conjunto autoritário. Para ajudar os leitores, era frequentemente adicionada uma seleção de nomes comuns, a qual foi progressivamente retirada à medida que as pessoas começaram a aprender sobre aves a partir dos livros e não da vizinhança, dizendo “águia-pesqueira” em vez de “gavião-pescador” e “mariquita-de-asa-amarela” em vez de “rabo-de-manteiga”.

O enraizamento da observação de aves na reforma feminista americana, na era progressista, tornou centrais a listagem e a competição. O estudo das aves era tido como uma forma perfeita para levar as mulheres educadas e de boas maneiras ao exterior para fazerem exercício físico e como forma de ciência autodidata, encorajando, ao mesmo tempo, o apoio à conservação da avifauna, mas os defensores dificilmente recomendariam o método estabelecido. Alvejar aves e preparar as suas penas para coleção era uma afronta tanto para o sentimento humano, como para as sensibilidades mais apuradas, ou para a conservação. Em contrapartida, as mulheres eram estimuladas a atribuir um nome ao que viam, tendo Florence Merriam descrito o *modus operandis* em *Birds through an Opera Glass* (1889), o primeiro verdadeiro guia de campo. A listagem dava às noviças um ponto de partida, prazer ao fim do dia e uma competência, enquanto a competição incentivada aperfeiçoava as técnicas de campo. O guia americano, que servia a sua audiência, evoluiu para um livro desprovido de praticamente todas as informações, exceto nomes. Noutros países, onde a observação de aves se desenvolveu a partir da história natural, a identificação no campo era vista como um primeiro passo no estudo das aves, pelo que os guias incluíam muita informação sobre a história de vida. A adoção mais generalizada do guia americano e da listagem competitiva após a II Guerra Mundial constitui um capítulo importante na história do estudo amador da natureza, apesar de ser pouco estudado.

À semelhança da observação de aves, o interesse popular nas aves presentes ao redor das casas é uma prática cultural que teve a sua base na biologia. As mulheres victorianas desde cedo demonstraram interesse em trazer as aves que construía os ninhos nas suas árvores e cantavam nos arbustos para o seu próprio reino, a esfera do doméstico. Viam nas aves aquilo que Mabel Osgood Wright denominou *The Friendship of Nature* ou, recorrendo a um título de Neltje Blanchan, um conhecimento dos seus *Bird Neighbors*. As aves no jardim continuam a despertar interesse, como o demonstra a revista moderna *Birds and Blooms* ou a grande procura de comedouros para aves (alegadamente) à prova de esquilo, comedouros especializados e casas-ninho, mas a ecologia e



o movimento ambientalista transformaram o jardim numa extensão da casa, um local de encontro da casa e do mundo. As pessoas viam o seu trabalho como um contributo individual para a preservação ambiental, escolhiam as plantas que serviriam de alimento, locais de nidificação e abrigo para as aves, bem como pela própria beleza, e davam as boas-vindas a todas as espécies, não apenas às aves canoras de cores vistosas, tão apreciadas na época victoriana. Mabel Wright, apesar do seu forte comprometimento com os ideais humanistas, pensava que o falcão-do-tanoeiro, predador de outras aves, era útil apenas para a prática de tiro ao alvo, embora um par nidificante tenha passado a ser uma atração na vizinhança e alguns observadores de aves tenham optado por deixar pão para os estorninhos, de forma a atraírem os falcões.

Tal como outros aspetos da interação com aves, a conservação alterou a nossa forma de pensar. A primeira geração, caracterizada por campanhas fortemente marcadas por ideais humanistas e sentimentos nacionalistas, trabalhou com o intuito de pôr fim à caça comercial, coleta de ovos e o aprovisionamento comum de aves canoras. Os seus sucessores, mais conscientes das aves como parte dos sistemas naturais e que presenciaram a expansão de casas e indústrias para áreas selvagens, exerceram pressão para criar reservas para a avifauna em vários níveis, desde o parque local ao National Wildlife Refuge System. Na década de 1950, os observadores de aves expuseram os perigos dos resíduos de pesticidas e o movimento ambientalista que surgiu com a controvérsia, e em parte por causa dela, alterou o enfoque da conservação: da proteção da natureza e vida selvagem para a defesa de sistemas bióticos de que todas as espécies, incluindo a nossa, dependiam. Os bandos de periquitos selvagens que se desenvolveram em algumas cidades americanas eram vistos não como uma adição cromática à vida das aves, mas como espécies potencialmente invasoras e como uma consequência indireta do tráfico de espécies. A morte de albatrozes no Oceano Antártico devido à ingestão de sacos de plástico e pedaços de esferovite é um testemunho eloquente e alarmante do alcance extraordinário dos nossos artefactos comuns.

A investigação ambiental chamou os observadores de aves para a conservação, esbatendo as fronteiras nem sempre claras entre cientistas e cidadãos. Desde 1920, os ornitólogos recorreram ao trabalho amador para anilhar aves e, desde a década de 1940, a registos como o Audubon Christmas Bird Count anual para acederem às populações, embora tenham mobilizado as massas face à necessidade de dados atuais pormenorizados sobre muitas espécies. Em 1986, a US Fish and Wildlife Service

deu início a um censo das aves nidificantes nacionais, dirigido por Chandler Robbins (ornitólogo, observador de aves e escritor de guia de campo) para avaliar a abundância relativa de aves canoras através de relatórios sobre o que observadores de aves experientes ouviam todas as primaveras. Na geração seguinte, os computadores e a internet permitiram uma recolha de dados a uma escala muito mais alargada e as suas ferramentas analíticas podiam beneficiar mesmo de observações de iniciantes. Atualmente, 200.000 pessoas enviam anualmente relatórios para os programas do Cornell Laboratory of Ornithology, os quais têm vários objetivos, desde a proteção de espécies ameaçadas a seguir doenças ornitológicas pelo continente—este último com relatórios de comedouros de jardins.

Comuns em todo o lado, visíveis até mesmo no coração das cidades, as aves aproximaram-nos do selvagem e a observação de aves incentivou uma maior atenção dada ao mundo que, a par da educação, sensibilizou para a importância da natureza e para os nossos laços com ela. Os observadores de aves sabiam que alguns dos silvídeos (felosas e toutinegras) que viam no parque nas manhãs primaveris vinham dos trópicos e continuariam para as florestas boreais. Relacionavam a aparência de algumas novas espécies e o desaparecimento de outras com alterações numa zona húmida ou prado da vizinhança. Além disso, a facilidade de movimentação das aves entre a cidade e o espaço selvagem questionou as próprias categorias de selvagem e doméstico, o lugar dos humanos e a esfera da natureza, tornando-as boas para pensar, num mundo tão dominado por humanos que alguns chegaram a propor uma nova era geológica: o Antropoceno. A subida do nível médio das águas, as alterações climáticas globais e as doenças emergentes acabaram por tornar a nossa civilização, se não mesmo a espécie, em perigo.

Os nossos métodos e abordagens alteraram-se desde que os primeiros homínídeos fizeram linhas com osso e espalharam pigmentos pelas paredes das cavernas, mas as aves servem hoje os mesmos propósitos de outrora: compreender as outras “tribos” com as quais partilhamos o mundo e a jornada, desde os tempos mais remotos.

### Leituras e reflexões adicionais

As relações dos humanos com as aves vão muito para lá do que está no meu livro sobre os guias de campo norte-americanos dedicados às aves: *In the Field, Among the Feathered* (Oxford: Oxford University Press, 2011). Os próprios guias de campo merecem mais atenção. Em termos científicos, Mark V. Barrow Jr., em *A Passion for Birds: American Ornithology after Audubon* (Princeton: Princeton University Press, 1998), faz uma introdução à realidade americana e a antiga, mas ainda útil, obra de Paul Lawrence Farber, *Discovering Birds: The Emergence of Ornithology as a Scientific Discipline, 1760-1850* (1982; reimpressão, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997) introduz a disciplina como um todo. Duas das obras de Harriet Ritvo, *The Animal Estate* e *The Platypus and the Mermaid and Other Figments of the Classifying Imagination* (Cambridge: Harvard University Press, 1987 e 1997), fazem uma introdução às dimensões culturais mais vastas. Além destes, existe uma enorme e dispersa literatura sobre humanos e aves desde a Antiguidade. Um bom ponto de partida é *Birdscapes: Birds in Our Imagination and Experience* (Princeton: Princeton University Press, 2009), de Jeremy Mynott, um estudo pessoal e, de certa forma, peculiar, mas quase enciclopédico sobre o significado das aves para os humanos. À semelhança do trabalho de Ritvo, estimulará a imaginação. É ainda interessante comparar um guia de campo do seu país com um de outro continente. Visto que os livros têm que atrair pessoas comuns, vender e ser cientificamente respeitáveis, todos os aspetos, desde o papel aos arranjos das ilustrações, carregam uma mensagem cultural, algumas tão imediatas e locais como a tecnologia de impressão disponível à data, outras tão universais como a necessidade de ordenar tudo aquilo que nos rodeia.

Mahesh Rangarajan

### **Passados animais, futuros humanizados: a coexistência com grandes animais selvagens numa economia emergente**

O passado ambiental da Índia contrasta não só com o do Japão, da América do Norte e da Europa, mas também com o das sociedades que estiveram, até há pouco tempo, sob o domínio colonial. A Índia está entre os países BRICS (onde também se inclui o Brasil, Rússia, China e África do Sul), os quais são globalmente vistos como economias emergentes no novo século. Contudo, há uma segunda característica que distingue a Índia: o facto de se ter tornado, em 1950, uma democracia constitucional. Neste aspeto, tem tido um passado menos agitado do que o Brasil (com os seus períodos de ditadura militar) ou a África do Sul (onde o *apartheid* terminou apenas com a Guerra Fria). Ambas as características (expansão económica e democracia política) complexificam a história das relações humanas com o ambiente circundante.

Isto é muito evidente no caso dos grandes animais que partilham o seu espaço vital com mais de um milhão de humanos no país. Aqui, os legados históricos desempenham um papel central: apesar de existirem tigres em 13 países asiáticos, o maior número e a maior diversidade genética estão no subcontinente indiano. Atualmente extintos na Ásia ocidental, os leões subsistem na Floresta de Gir, na Índia ocidental, e a sua área aumentou mais de cinco vezes na última década. As tensões da coexistência são enormes e os grandes vertebrados selvagens têm vivenciado o decréscimo considerável de espaço vital e os seus números nos dois últimos séculos. Os ataques de elefantes às culturas agrícolas afetam meio milhão de agricultores, a maior parte dos quais com parcelas inferiores a dois hectares. Num país eminentemente rural, com um elevado número de ungulados domésticos para fornecer leite e carne, lã e peles, é considerável que um terço das dietas de todos os grandes carnívoros consistam no gado doméstico. Mesmo nos Grandes Himalaias, onde existem lobos e leopardos-das-neves, são grandes os níveis de conflito entre pastores e predadores.

Atualmente, é comum falar do fim da natureza e do selvagem. Existem humanos na Índia há milénios e, no Vale do Ganges, centro demográfico durante 2.000 anos, a produção de arroz remonta a um período quatro vezes superior. É praticamente impossível pensar numa parcela de terra qualquer ou corpo de água que seja prístino no sentido estrito do termo. No passado, assistiu-se a um movimento de oscilações, em que a terra

limpa ficou posteriormente coberta de mato e floresta após o abandono da agricultura, como consequência da deslocação do curso dos rios, da ausência repetida de chuva ou com as exigências de lucros que forçaram os camponeses a abandonar a área.

Num sentido ideal, a natureza e a cultura eram raramente vistas como entidades separadas. As hierarquias humanas assentes numa ordem social baseada no sistema de castas foram muitas vezes transpostas para o mundo natural. De forma semelhante, a dominação real ou guerreira da floresta característica da caça era um substituto para a guerra. Pessoas e animais ultrapassavam fronteiras e disputavam os mesmos espaços, onde também coexistiam. As fronteiras entre natureza e cultura eram, e são, permeáveis.

O *Arthashastra*, um manual político que remonta possivelmente ao século III a.C., estabeleceu diferentes larguras de estrada para a cidade, a aldeia e as florestas de elefantes, sendo estas últimas locais onde os grandes animais eram apreendidos para serem treinados para o exército. Durante 150 anos, até o início de 1700, o império dos governantes *Mughal* abrangia grande parte do sul da Ásia e mais além, onde impediam as chitas de caçar antílopes. Este costume era tão difundido na Índia que na China os treinadores eram, em sua maioria, muçulmanos oriundos do subcontinente.

Embora não existisse qualquer sentido de harmonia e paz com a natureza, é indubitável que nos séculos mais recentes se assistiu a uma ruptura com o passado. O domínio britânico, primeiro sob a alçada da Companhia Britânica das Índias Orientais e depois da Coroa, que viria a terminar em 1947, teve como um dos principais marcos a dominação completa do espaço rural, sobretudo depois da revolta de 1857. Os príncipes e a aristocracia detentora de terras juraram lealdade à Coroa e canalizaram as suas energias marciais para os animais da floresta. As suas reservas cinegéticas e florestais, desbastadas para satisfazer a procura industrial britânica, estavam protegidas da expansão agrícola. Muitas vezes, os impostos laborais e o estabelecimento de limites para a pastagem, queima, caça e pesca eram usados como forma de reordenamento destes espaços, permitindo fornecer troféus e madeira.

Em 1947, quando a Coroa foi perdendo importância, os novos governantes Indianos depararam-se com este legado. Como poderiam os políticos permitir a procura da igualdade numa sociedade fortemente hierarquizada? Inevitavelmente, as desigualdades sociais e económicas viriam a colidir com a promessa de igualdade. Assegurar

a mudança através de eleições, tribunais, protestos pacíficos e diálogo, em vez de bombas ou armas, iria ser um desafio, e cabe à história decidir se este objetivo foi ou não cumprido.

Para os nossos objetivos, o que importa reter é que houve uma tentativa de assimilar o melhor do antigo com a promessa do novo. Na década de 1940, o Primeiro-Ministro Jawaharlal Nehru interveio no sentido de salvar os leões de Gir dos caçadores de troféu. De modo semelhante, o primeiro Governador-Geral da Índia, Rajaji, prescindiu dos direitos de caça nas montanhas Sivalik, e a área é agora um parque nacional em sua homenagem. A estabilidade da criação do edifício democrático dependia fortemente de artifícios do crescimento industrial moderno. No caso da barragem de Nagarajunasagar, no sul da Índia, onde um antigo templo budista esteve ameaçado pelas águas represadas para a pesca, assistiu-se a uma transplantação bem-sucedida para um novo espaço com vista para o lago. A natureza, como a cultura, desempenhou um papel essencial para conceder ao novo estado raízes passadas mais profundas.

Como em muitos países recém-independentes, e com base tanto na experiência americana como na soviética, a expansão industrial era tida como crítica para garantir a autossuficiência económica do país. Para tal, foram implementados projetos como grandes barragens e siderúrgicas, a limpeza de terras para albergar os refugiados resultantes da Partição da Índia e a fundação de novas cidades como capitais estatais—Chandigarh, no norte, e Gandhinagar, a oriente. A destruição de florestas e pântanos foi considerável e, em muitos casos, a natureza era vista como obstáculo à criação de riqueza nacional, tendo levado, por exemplo, à morte de crocodilos em albufeiras como recompensa. As populações e os aglomerados dependentes das florestas sofreram consideravelmente com as restrições imperiais em termos de acesso, desta vez em nome do desenvolvimento nacional.

Contudo, não faltaram os corretivos para estas tendências. Os debates e discussões mais generalizados, não apenas no Partido do Congresso Nacional Indiano, mas também nos movimentos mais amplos para a liberdade, reforma social e transformação económica geraram não uma, mas várias visões da natureza. Nehru abordou esta questão numa carta escrita precisamente uma década após a independência. Em 15 de agosto de 1957, pediu aos ministros-chefes dos estados indianos para refletirem sobre o modo como os grandes projetos poderiam ter impactos “na economia da nature-

za, estabelecida ao longo dos tempos”, devendo ser avaliadas tanto as “consequências nefastas”, como os benefícios. Nas suas palavras:

Temos muitos projetos de vales fluviais de grande escala que estão a ser desenvolvidos por engenheiros. Pergunto-me, contudo, até que ponto são feitas prospeções ecológicas da área antes do início dos projetos e quais os efeitos que terão no sistema de drenagem e na flora e fauna locais.<sup>1</sup>

Tais preocupações demonstram os limites do poder na Índia no pós-independência. Ao contrário da China, após a revolução de 1949, o país não passou por um desenraizamento profundo e destruição de terra, pastagens e regimes de produção baseados nas florestas. Além disso, o tipo de extensão agrícola também não era tão rígido como o promovido noutras partes do continente asiático. Em 1947, um ano antes da carta de Nehru ter sido escrita, o Secretário-Geral Nikita Sergyevich Khrushchev lançou a *Campanha das Terras Virgens*, na URSS, com o intuito de expandir a agricultura para as terras marginais. Em 1958, o *Grande Salto em Frente*, campanha lançada por Mao Tsé-Tung, pretendia “(fazer) crescer grão no topo das montanhas e no fundo dos lagos”. Não obstante, estas grandes campanhas falharam. A conquista e subjugação da natureza, tão central na visão de mudança, foi parcialmente humilhada pelos elementos naturais, ainda que a um enorme custo humano.<sup>2</sup>

À semelhança de outros países, a década de 1960 na Índia foi marcada por uma agitação política e social, no cerne da qual estavam preocupações ecológicas. Muitos dos atuais parques e santuários foram delineados desde então, totalizando cerca de seis por cento da paisagem, o que é significativo numa terra com 350 habitantes por quilómetro quadrado. Não é mera coincidência que muitos destes locais coincidam com parques que foram criados por príncipes e reservas florestais da época imperial. Em muitos casos, permaneceram fortes conflitos em termos de acesso e direitos, excetuando o facto de a luta atual ser pelo reconhecimento legal dos direitos de usufruto.

- 1 Jawaharlal Nehru, “No. 67. Letter to Chief Ministers, Independence Day, 15 August 1957,” in *Letters to Chief Ministers, Volume 4, 1954-1957*, ed. Sarvepalli Gopal (Delhi: OUP, 1988), 543–44. As dúvidas expressas por Nehru necessitam ser enquadradas no contexto mais vasto de promoção de tais projetos. Ver também Rohan D’Souza, “Damming the Mahanadi River: The Emergence of Multipurpose River Valley Development in India,” *Indian Economic and Social History Review* 40 (2003): 81–105.
- 2 Judith Shapiro, *Mao’s War against Nature: Politics and the Environment in Revolutionary China* (Berkeley: University of California Press, 2004); William Taubman, *Nikita Khrushchev: The Man and His Era* (New York: W.W. Norton, 2004), 262–63 e 266–67.

A expansão económica trouxe oportunidades (a esperança média de vida na Índia duplicou desde a independência, passando para 68 anos), mas também acentuou as desigualdades, ou até reduziu outras oportunidades, dependendo do modelo de desenvolvimento. O que é crítico no contexto indiano é a escala de conflitos baseados em recursos, semelhante talvez à dos países com tamanho de continentes, como o Brasil e a China. Contudo, ao contrário destes, a Índia é uma sociedade predominantemente rural e, não obstante as grandes alterações, detém ainda o maior número de pessoas pobres no planeta.

O desafio não é travar, mas planejar o desenvolvimento. Neste sentido, a promulgação legal dos direitos de titularidade tem desempenhado um papel crucial, como o exemplifica o Forest Rights Act 2006, que dá uma medida de segurança a pequenos proprietários presentes há décadas. Mais importante ainda, os direitos comunitários passaram a ser legalmente reconhecidos, pelo facto de que agora um desvio nas áreas florestais requer uma permissão da Câmara Municipal (Gram Sabha). No famoso caso das montanhas Niyamgiri, de 2010, a proposta para uma grande mina de bauxita foi rejeitada devido à desaprovação local. Uma das principais consequências foi a salvaguarda de um corredor de elefantes, o que parece pouco importante face a derrotas maiores, mas dá margem à esperança. A democracia garante liberdade, mas ainda se depara com o desafio da igualdade.

A Índia, como a África do Sul e outras antigas colónias, debate-se em várias frentes. Não obstante, ainda que o regime do *apartheid* se tenha cristalizado nos finais da década de 1940, a Índia estava a iniciar-se na experiência da democracia em larga escala (não exclusivo da Índia). Concomitantemente, surgiu o dilema de criar espaços para a natureza, ainda que a pegada humana aumente e muitas das vezes quebre as redes vitais. Ao contrário de previsões apocalípticas, o panorama global dá lugar a um otimismo prudente. Se as populações dos grandes animais selvagens estão estáveis, ainda que numa fração da paisagem, parte do crédito é devido aos que com eles partilham os espaços.<sup>3</sup> Não se trata de romantizar as relações humanos-natureza, uma vez que o futuro das mesmas reside numa capacidade mais abrangente não só de conceder espaços para a natureza, mas também de conceder segurança aos que pagam os custos. O futuro também depende da capacidade da democracia em regular interesses económicos poderosos. Tal como acontece em muitos outros aspetos, o destino da natureza está no potencial das instituições e práticas humanas aceitarem o desafio. A paz com a natureza requer paz entre as pessoas.

3 Vivek Deshpande, "Vidarbha Tiger Walks Hundred Kilometers, Braves NH in Search of a Mate," *Indian Express*, 6 de outubro de 2013.



Interlúdio

Tom Griffiths

## O monstro da floresta

“Enigmáticos são os modos dos animais selvagens”, escreveu James Stevenson-Hamilton, e ainda mais são, certamente, os modos dos humanos, nomeadamente nos seus encontros, reais ou imaginados, com a natureza ameaçadora. O que se segue é o relato de um passeio recente na Europa, que se baseia profundamente na brilhante investigação de Jane Carruthers sobre os modos de negociação do selvagem.

No ano passado, segui com os meus filhos já crescidos as pegadas do escritor escocês Robert Louis Stevenson que, em 1878, fez uma viagem de burro pelas montanhas francesas de Velay, Gévaudan e Cévennes. O segundo livro de Stevenson, carinhosamente conhecido como RLS, intitulado *Travels with a Donkey in the Cévennes* (1879), foi sobre aquela viagem de doze dias, tendo sido a sua primeira conquista literária famosa. Nas nossas mochilas levamos esse livro e todos os dias lemos um capítulo, em consonância com o nosso guia.

O nosso passeio começou perto de Le Puy, no planalto Velay, um extenso planalto vulcânico de *puys* delicados, montes arborizados que formam cadeias onduladas em forma de cones e cúpulas entre a criação de gado e campos de trigo. Mal se atravessa o Rio Loire, de repente o limite sul do planalto passa para uma região mais áspera: o Gévaudan. Parece selvagem, duro, hostil e repleto de melancolia.

Na manhã em que íamos percorrer as florestas de Gévaudan, o nosso anfitrião na cidade medieval de Pradelles entregou-me o jornal local, onde aparecia uma fotografia e uma manchete que declarava a chegada do lobo (*Le loup est arrivé!*). Apresentava indícios de que o lobo, praticamente extinto na área desde a década de 1930 e que viria a regressar a França pelos Alpes Italianos na década de 1990, estava agora de volta a Gévaudan, um dos seus domínios mais antigos e notórios. O nosso anfitrião pretendia agitar-nos com esta notícia ameaçadora, uma vez que sabia que tínhamos uma tenda e que estávamos determinados a acampar, como Stevenson. Enquanto dono de uma *chambres d'hôtes* (cadeia de hotéis), não era do seu interesse incentivar alguém a acampar. *Le Loup* sempre teve os seus usos humanos.

Naquela manhã, um vento frio do norte confirmava a nossa chegada a uma região nova e severa. Estávamos a entrar no território de “La Bête du Gévaudan”, um lobo (ou lobos) que aterrorizou a população em meados do século XVIII, matando cerca de cem pessoas entre 1764 e 1767, sobretudo crianças e mulheres jovens a pastorear o gado ovino e bovino.

“A besta” não se limitava a atacar; devorava. Lançava-se sobre o pescoço, feria as vítimas e arrancava as cabeças dos corpos. Vinte mil camponeses de cem paróquias foram enviados para o campo para matá-lo, em fevereiro de 1765, mas falharam. Continuou a provocar e iludir uma série de caçadores reais e a matar. *La bête* tornou-se uma sensação nacional, garantindo a atenção do rei e atraindo comentários de Voltaire, Immanuel Kant, Frederico II da Prússia e do escritor Inglês Horace Walpole.

Stevenson levava consigo um revólver como precaução face a possíveis ataques de lobos ou de bandidos. No seu entender, se os lobos tivessem sobrevivido nalgum lugar na Europa, no final do século XIX, esse lugar seria aqui: “Pois esta”, escreveu, “era a terra da memorável BESTA, o Napoleão Bonaparte dos lobos... comia mulheres e crianças e ‘pastoras celebradas pela sua beleza’; perseguia cavaleiros armados...” Stevenson esperava poder encontrar um descendente da criatura, uma vez que estava à procura de uma aventura. Chegou inclusive a considerá-la sua aliada. Após um encontro com duas raparigas perto de Fouzilhic que se riram dele e o provocaram (uma deitou a língua de fora), recusando dar-lhe direções e convidando-o a seguir as vacas, Stevenson desabafou no seu diário: “A Besta de Gévaudan comeu cerca de cem crianças; começou a nutrir alguma simpatia por ela”.

Contudo, Stevenson também observou que o terror que outrora inspirava permanecia ativo, mesmo cem anos depois: ele encontrou um homem que se recusou a sair da sua porta à noite, ainda que Stevenson tenha pedido ajuda na estrada por estar perdido. O homem repetiu obstinadamente o adágio local: “É noite... Não passarei da porta”. Stevenson—o representante nómada da modernidade mundana—parecia estar a ver no limiar da porta um passado rural de superstição e medo. Refletiu que “se todos os lobos tivessem sido como este lobo, teriam mudado a história da humanidade”.

E se, de facto, todos os lobos *tivessem* sido como este? Quase todas as histórias e estórias de *La Bête du Gévaudan* baseiam-se na crença de que este era apenas um lobo.

Numas histórias era extraordinariamente grande, anormalmente feroz, tinha um desejo corrupto de sangue, era um lobisomem. Noutras era uma espécie desconhecida, um híbrido, uma hiena, um sobrevivente selvagem do mundo pré-histórico. Os seus olhos tinham um brilho satânico, saltava desfiladeiros num único salto, era sobrenatural, era um instrumento de punição divina. Noutras, considerava-se que fora criado com malícia, treinado com um objetivo, manipulado por um humano psicótico; era um homem em pele de lobo. Todas estas teorias surgiram ao longo dos séculos, a maioria das quais poucos meses após os primeiros ataques.

Ora, e se os ataques fossem apenas um surto predatório intenso, mas normal, de lobos que se moviam pela área? A questão central passaria então a ser: por que é que este surto em específico se tornou uma sensação nacional e a quais interesses é que esta lenda serve? Tal é o argumento de uma nova história convincente, *Monsters of the Gévaudan* (2011), da autoria do investigador americano Jay M. Smith, cujo trabalho se enquadra numa tradição europeia entusiasmante de micro-história, em que historiadores como Carlo Ginzburg, Emmanuel le Roy Ladurie, Natalie Zemon Davis e Alain Corbin se centraram na história de uma única vida, cidade ou evento histórico.

Contudo, antes de continuarmos com esta linha de pensamento, temos de nos perguntar se somos capazes de aceitar que lobos normais ataquem, firam e decapitem. Esta é uma questão importante para um caminhante com uma tenda ao anoitecer em Gévaudan. Seria o camponês desagradável e leigo, que irritou Stevenson por não se aventurar para além do seu limite à noite, um covarde supersticioso, como Stevenson pensou, ou seria ele realmente um homem racional, espelho da memória social?

Na França do século XVIII, os ataques lupinos fatais eram razoavelmente comuns. O historiador Jean-Marc Moriceau documentou cerca de três mil ataques fatais em França, entre o século XVI e inícios do século XIX, estimando que o verdadeiro número possa ter sido três vezes superior. Surto intensos e grotescos de mortes semelhantes ao de Gévaudan já tinham ocorrido antes: Moriceau estima que tenha havido em França, em meados do século XVIII, uma média de cem ataques fatais de lobo por ano.

Era ilegal para os camponeses possuírem armas de fogo. As mulheres e crianças de Gévaudan, um local remoto, selvagem e escassamente povoado, tinham apenas os seus bastões, com os quais se defendiam a si e ao gado. Eram vulneráveis, mas

não tinham outra escolha senão desempenhar os seus papéis na economia familiar. Encontravam-se no limite das florestas a proteger um dos seus poucos pertences (o gado que possuíam ou guardavam), enquanto os seus maridos e pais trabalhavam nos campos, recolhiam madeira ou andavam pelas estradas à procura de trabalho. O gado ovino e bovino eram recursos preciosos: fertilizavam os campos, davam leite, queijo, vestuário e aqueciam as pessoas, com as quais partilhavam a habitação, nos invernos rigorosos do Maciço Central. Estas famílias camponesas eram exploradas pelos seus senhorios de tipo feudal e beneficiavam da menor porção das colheitas de grãos finos de uma área marginal em termos agrícolas. No final da primavera e do verão, quando ainda faltavam alguns meses para a colheita outonal, a transumância do gado para as pastagens de montanha levava-os para locais mais remotos. As mulheres e crianças estavam isoladas, com medo e mal nutridas. Estavam com fome—e os lobos também.

Enquanto percorríamos os caminhos florestais melancólicos de Gévaudan e contemplávamos o nosso acampamento, discutíamos *la bête* e o que poderia ser real e imaginado. Se a predação lupina era uma parte tão significativa da vida em espaços rurais remotos, então porque é que os ataques de Gévaudan se tinham tornado uma sensação nacional? Embora chocantes, é possível que os primeiros ataques no verão de 1764 tenham sido aceites localmente como uma causa natural. Contudo, o facto de terem continuado, aliado a outros fatores, contribuiu para atribuir as mortes a uma besta extraordinária. As superstições locais sobre lobisomens, bruxas e demónios foram provavelmente as menos exacerbadas. Segundo Smith, a maior influência estava nas opiniões e objetivos de elites urbanas educadas, incluindo-se aqui cientistas, jornalistas, aristocratas, o Bispo e o Rei. Os cientistas estavam a começar a desenvolver um forte interesse pelo exótico no mundo natural, pela análise de espécies híbridas e pela separação entre monstros reais e imaginados. Os jornalistas, por seu turno, estavam a criar uma audiência nacional para histórias sensacionalistas, com os jornais impressos a conquistar uma audiência nova e mais alargada, para além de que o fim da Guerra dos Sete Anos, precisamente um ano antes do seu aparecimento, deixou vazias as colunas dos jornais, que procuravam, assim, contos locais de sangue e luta. Os veteranos franceses retornados dessa guerra, humilhantemente derrotados no estrangeiro, estavam desesperados por recuperar a sua honra em casa, pelo que fizeram caçadas a um inimigo que esperavam que desaparecesse (e cujas características singulares e lendárias gostavam de exagerar).

O Bispo e o Rei também viram aqui uma oportunidade para manipular os seus súbditos. O Bispo de Mende, a cidade catedral da região, pediu rezas públicas e emitiu uma circular oficial (“uma obra-prima de provocação”, segundo Smith), onde invocava a besta como a ira de Deus, atribuindo as culpas desta “praga extraordinária” à desobediência espiritual. “Uma besta feroz, desconhecida nas nossas latitudes, aparece de repente, miraculosamente, sem que ninguém saiba de onde tenha surgido . . . é porque ofenderam DEUS . . . !” O Rei Luís XV, por seu turno, deparando-se com dificuldades políticas, viu uma oportunidade de reverter o medo, a lealdade e os sofrimentos dos camponeses a seu favor através da oferta de uma recompensa pela morte “da besta”. A identificação e difamação de um inimigo, a par de um período de tréguas, foram desde cedo estratégias políticas para a resolução de problemas internos.

Assim, a *mentalité* da década de 1760 era favorável, segundo Jay Smith, a que “muitos pudessem aceitar, e até esperar, a presença de um monstro”. Uma única besta teria de ser descoberta e morta; uma única e extraordinária besta teria de ser apresentada ao Rei. Contudo, a criatura demonstrou ser estranhamente elusiva, especialmente para os caçadores reais, pelo que a sua lenda aumentou. Quando um lobo *era* empalhado, embalsamado e levado para a corte real, em Versalhes, o seu tamanho era desanimadoramente normal... E cedo as mortes de Gévaudan recomeçaram. Nesta altura, as próprias elites que incitaram o sentimento de crise começaram a sentir algum embaraço por estimularem uma crença popular num monstro, começando a atribuir a lenda à superstição rural. No entanto, os camponeses de Gévaudan continuaram a esconder-se ansiosamente atrás das suas portas à noite.

\*\*\*

O que é intrigante na lenda de *la bête* é a forma como surge numa altura da história Ocidental em que estamos à beira da modernidade. O Antigo Regime está instável, a Revolução Francesa está em preparação e o nascimento do mundo moderno é iminente. Foi precisamente este tipo de conhecimento *a posteriori* que moldou a lenda. Na França do período pós-revolucionário, a besta de Gévaudan passou a representar o mundo tradicional, rural e supersticioso de onde a modernidade racional se libertou. Para os homens do mundo urbano oitocentista e novecentista, a besta era fruto da criação de camponeses ignorantes e mulheres crédulas. Era parte de um mundo que tivemos que deixar para trás para nos tornarmos o que somos, um mundo onde se podia acreditar na

existência de tal monstro. Era, assim, tanto fantástico como necessário. Era um pesadelo de infância, um *rite de passage* de onde a consciência adulta emergiu. Neste sentido, a singularidade da besta e as suas qualidades lendárias foram intensificadas na literatura, mesmo por racionalistas modernos, e o contexto histórico real acabou por ser suprimido. Existe uma arqueologia do esquecimento no cerne da modernidade.

Esse limiar sobre o qual Stevenson olhou—a porta que o agricultor de Fouzilhac não se atreveria a passar—não era, afinal, uma fronteira clara entre o arcaico e o moderno, entre a superstição e a racionalidade. Para as nossas sensibilidades pós-modernas, o mundo tradicional parece mais racional do que se pensava e o nosso próprio tempo mais supersticioso. O agricultor rural à porta era rude, mas racional, e o viajante urbano que o confrontou era sonhador e estava perdido. Na Austrália dos anos 1980, cidadãos inteligentes desprezaram o testemunho de aborígenes e recusaram-se a aceitar que um dingo pudesse levar um bebé de uma tenda num parque nacional. Preferiram acreditar que Azaria, o nome do bebé, significava “Sacrifício no Espaço Selvagem” e que a tinta e o leite encontrados debaixo do carro eram sangue infantil. Encontraram um monstro numa mulher adventista de Sétimo Dia que se recusou a chorar para as câmeras de televisão. Os monstros, como o Mr Hyde de Stevenson, irrompem muitas vezes descontroladamente de dentro de nós mesmos, e são projeções das nossas ansiedades incitadas por criadores de opinião, políticos, bispos e locutores de rádio.

Os defensores contemporâneos do lobo estão entre os últimos que alimentam a lenda da besta de Gévaudan, defendendo que um lobo normal nunca poderia ter matado daquela forma. Gérard Ménatory, promotor de um parque para lobos na região e interessado em recuperar a reputação do lobo, defende, com base nos seus conhecimentos atuais dos lobos, que a besta da década de 1760 era uma hiena, provavelmente treinada por um humano. Outro defensor do lobo favorece a teoria de um híbrido lobo-cão também treinado por alguém sinistro e, em 2004, um outro identificou a besta como sendo um “hemicyon”, uma espécie de cão-urso que se pensava extinto há mais de cinco milhões de anos. Neste caso, um indivíduo teria sobrevivido até o século XVIII, no remoto Gévaudan.

Algumas semanas depois da nossa caminhada, em outubro de 2012, os jornais *Midi-Libre* e *La Lozère Nouvelle* reportaram, da cidade de Pont-de-Montvert, a primeira prova convincente de que o lobo teria voltado, finalmente, às encostas de Mont Lo-

zère. Foram fotografadas algumas pegadas, vários ataques ao gado foram reportados e foi publicada uma silhueta desfocada da criatura à noite. Foi declarado como uma praga—esta palavra outra vez! As pessoas também diziam que o lobo ameaçava não só vidas, mas também modos de vida, uma vez que a economia e património de cevennes dependia de uma história de pastoreio transumante numa paisagem humanizada, e não na natureza selvagem. Contudo, existirá um lugar para espécies selvagens nas nossas vidas, perguntam os naturalistas de Lozère?


Em julho, numa pequena aldeia no Velay, um cavalo foi morto e encontrado parcialmente devorado. A sua cabeça e pescoço foram particularmente atacados, os olhos e orelhas comidos. “Cresci com cavalos, mas nunca tinha visto algo tão horrível”, confessou um aldeão ao *Paris-Match*. As populações locais indagaram-se: “Que tipo de besta poderia atacar com tal ferocidade? O que escondem as florestas cerradas das montanhas?”. No ano passado, o presidente da Câmara Municipal viu um grande felino com uma cauda longa de um amarelo acastanhado. Alguns pensam que é um puma da América do Sul, nunca antes visto no continente europeu.

Penso que é uma dimensão curiosa e limitativa da nossa humanidade que sejamos muitas vezes incapazes de aceitar o poder da natureza. Subestimamos constantemente a natureza e pensamos que a podemos controlar, domar e subjugar, quer seja um lobo ou um dingo. Contudo, quando nos apanha desprevenidos, esforçamo-nos por encontrar uma explicação extraordinária, em vez de uma comum, e, em vez de sermos humildes e respeitarmos a natureza selvagem, procuramos envolver a humanidade ou circunstância numa explicação particular.

Acontece o mesmo com a besta selvagem das florestas australianas, o fogo, que espoleta nas matas e consome muitas vezes pessoas. A nossa investigação foca-se “na besta”, no próprio fogo—nos seus atributos físicos, na forma como se move e consome e nos seus efeitos nas vítimas—acabando por menosprezar o contexto social, ecológico e histórico que lhe subjaz. Ao invés de aceitar o seu regresso certo como parte de um ciclo ecológico da floresta, procuramos atribuir as culpas do seu surgimento excepcional a um humano errante—um líder distraído, uma empresa de energia negligente, um incendiário sinistro. Desta forma, não estamos presentes quando, inevitavelmente, a besta regressa.



**Agradecimentos:** Os meus agradecimentos para Jay M. Smith pelo *Monsters of the Gévaudan* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011), Jean-Marc Moriceau pela *Histoire du Méchant Loup* (Paris: Fayard, 2007), Jane Carruthers por *Wildlife and Warfare* (Pietermaritzburg: University of Natal Press, 2001) e para o próprio RLS.

The painting depicts a stark, arid landscape. The foreground is dominated by rich, reddish-brown earth, textured with visible brushstrokes. Several pieces of bleached, weathered driftwood are scattered across the ground. In the middle ground, a dark, gnarled tree with a dense, dark canopy stands prominently. The background is a pale, hazy sky, suggesting a distant horizon. The overall mood is one of desolation and the harshness of a dry environment.

2ª Parte:  
Dentro e fora das  
reservas de vida selvagem





Bernhard Gissibl

## Os parques nacionais como cosmopolitismo

Os parques nacionais e outras áreas protegidas têm o potencial de, como poucos outros tópicos, abrir a história ambiental tanto a discussões continuadas acerca da história transnacional e global, do desenvolvimento e da ajuda externa, como a discussões mais recentes sobre o cosmopolitismo nas humanidades e ciências sociais.<sup>1</sup> Este último interesse nas formas de cosmopolitismo praticadas e existentes não teve, contudo, grandes repercussões na escrita em história ambiental. Não obstante, a verdade é que o ambientalismo, a conservação e o estabelecimento de parques têm sido projetos eminentemente cosmopolitas, transnacionais em termos de constituição e composição, planetários no seu comprometimento e consciência, universais nas suas reivindicações e ambições e, certamente, convictos da legitimidade e urgência da sua missão. Tal como foi referido pelo presidente da IUCN, Martin Holdgate, no Congresso Mundial de Parques de 1992: “Todos devem ser uma ‘parks person’”<sup>2</sup> (“pessoa de parque”).

Oriundos de movimentos nacionais compartimentados da Europa e América do Norte, nos finais do século XIX, os conservacionistas auto-identificaram-se como cidadãos ambientais mundiais, coincidindo as suas ações com aquilo que Sidney Tarrow denomina como cosmopolitismo enraizado: orientado para o bem-estar futuro do planeta e humanidade e inserido em relações e mobilidades transnacionais, ao mesmo tempo que recorrem aos recursos do próprio país ou Estado-nação, sobretudo em termos de financiamento e apoio político.<sup>3</sup> A primeira organização ambiental de carácter mundial, a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), é um bom exemplo: consiste num centro institucional cosmopolita composto por uma direção, secretariados e várias comissões científicas especializadas, cujos membros são várias organizações e corpos governamentais “enraizados” a nível nacional.

1 Para estudos mais completos sobre este campo, destacam-se: Gerard Delanty, ed., *The Routledge Handbook of Cosmopolitanism Studies* (Abingdon: Routledge, 2012) e Maria Rovisco e Magdalena Nowicka, eds., *The Ashgate Research Companion to Cosmopolitanism* (Farnham: Ashgate Publishing, 2011).

2 Martin W. Holdgate, “Foreword,” in *Parks for Life: Report of the IVth World Congress on National Parks and Protected Areas, 10-21 February 1991*, ed. Jeffrey A. McNeely (Gland: The World Conservation Union, 1993), v.

3 Sidney Tarrow, *Strangers at the Gates: Movements and States in Contentious Politics* (New York: CUP, 2012), cap. 11.

O comprometimento moral genuíno dos ativistas para o bem-estar futuro da humanidade e do planeta poderia ser reconhecido caso se renovasse a ênfase nos aspetos cosmopolitas do estabelecimento de parques. Estas intenções cosmopolitas têm recebido pouca atenção em estudos de ecologia política que sublinharam o grau em que o pretense David da conservação, no seu combate contra o Golias da economia capitalista global, alcançou ele próprio tendências hegemónicas e opressivas, nomeadamente no Sul Global. Ao terem sido muitas vezes projetos infraestruturais do tipo *top-down*, os parques tiveram e têm o potencial de abrir o espaço rural isolado para o mundo, sobretudo o mundo do turismo e da ciência. Em comparação com outros projetos cosmopolitas emanados das sociedades ocidentais, a peculiaridade da conservação reside no modo entusiasta com que encara a alteridade e diversidade do não humano, na defesa dos direitos da natureza e na importância concedida às espécies, habitats e lugares longe da casa de cada um. Esta orientação multiespécies é provavelmente a característica mais distintiva que a conservação pode dar ao estudo dos cosmopolitismos. Por sua vez, o inquestionável antropocentrismo do cosmopolitismo, a sua preocupação com os direitos humanos e a importância dada à diferença cultural e múltiplas identidades demonstram claramente o lado muitas vezes anti-humano da integração do não humano na conservação. De facto, os conservacionistas sempre tiveram dificuldades em lidar com a alteridade dos humanos que, por vários motivos, se abstiveram de se juntar à comunidade de “*parks persons*”, dadas as dúvidas acerca da sabedoria universal da ecologia não humana e as perceções distintas acerca da parte específica do planeta que os “*parks people*” tinham escolhido para proteção eterna.

Para a caracterização de tais tensões, recorre-se muitas vezes a terminologias inadequadas como “global versus local”, “globalização ambiental” ou “governança global”, usadas atualmente para descrever a história da criação de parques pelos continentes. Pelo contrário, deparamo-nos com atritos oriundos do cosmopolitismo conservacionista dominante e do cosmopolitismo dos parques nacionais. Neste caso, a globalização, com a sua tónica unidirecional, como a governança, enquanto conjunto benevolente de regras para todas as partes interessadas envolvidas, aproxima-se da autoperceção dos conservacionistas como prossecutores de uma preocupação progressiva e essencialmente apolítica. O cosmopolitismo já engloba, no próprio termo, a natureza combativa e os processos conflituosos por detrás da governança da conservação. Como Bruno Latour e Isabelle Stengers enfatizaram, este termo engloba “o significado mais forte de *cosmos* e o significado mais forte de *política*”, protegendo o *cosmos* do fechamento

premature da política, e vice-versa.<sup>4</sup> Enquanto o cosmopolitismo diz respeito a atitudes e a um modo pacífico de lidar com a diferença, o cosmopolitismo associado aos parques alerta-nos para os conflitos e contestações que surgem a partir de percepções antagônicas do mundo que estiveram envolvidas na construção de um “planeta protegido”. Este planeta comum não é um dado adquirido, mas continua a ser construído a partir da pluralidade de mundos que se encontram no projeto da conservação.

Há muitos aspetos da história global dos parques nacionais que poderiam beneficiar de uma (re)leitura cosmopolita. Um exemplo poderia ser a reformulação dos parques selecionados como “património da humanidade” e a sua inclusão na arquitetura de governança do Património Mundial da UNESCO, desde 1972;<sup>5</sup> outro exemplo seria a série de Congressos Mundiais de Parques, que ocorrem de dez em dez anos, desde 1962. Sem dúvida, estas conferências têm permitido à comunidade de “*parks people*” o desenvolvimento de um sentido de unidade “global” e missão além-fronteiras e intercontinental. Os extensos relatórios destes encontros demonstram o crescimento desta comunidade em termos de número, profissionalismo e diversidade cultural. Contudo, estes congressos também podem ter, eles próprios, fins cosmopolitas. A título de exemplo, a dedicação do Parque Nacional de Yellowstone às “pessoas do mundo,”<sup>6</sup> no âmbito do Congresso Mundial de Parques de 1972, ou a generosa oferta de financiamento e especialistas para o estabelecimento mundial de parques, feita sobretudo pelos Estados Unidos nos congressos realizados nesse país, em 1962 e 1972, devem ser vistos como parte de um conjunto de tentativas mais amplas no quadro da diplomacia ambiental estadunidense da Guerra Fria. Estas tentativas envolveram tanto as atividades mundiais do Serviço Nacional de Parques e *Peace Corps*, como o envolvimento conservacionista das fundações filantrópicas estadunidenses e USAID.<sup>7</sup> O Yellowstone poderá ter sido um ponto de referência para a conservação a nível mundial,<sup>8</sup> mas foi apenas com estes

4 Bruno Latour, “Whose Cosmos, Which Cosmopolitics? Comments on the Peace Terms of Ulrich Beck,” *Common Knowledge* 10, no. 3 (2004): 450–62, 454; Isabelle Stengers, “The Cosmopolitical Proposal,” in *Making Things Public: Atmospheres of Democracy*, eds. Bruno Latour and Peter Weibel (Cambridge, MA: MIT Press, 2005), 994–1003.

5 Andrea Rehling, “Universalismen und Partikularismen im Widerstreit: Zur Genese des UNESCO-Welt-erbes,” in *Zeithistorische Forschungen/Studies in Contemporary History* 8, no. 3 (2011), <http://www.zeithistorische-forschungen.de/16126041-Rehling3-2011>.

6 “The Work Continues,” in *Second World Conference on National Parks, Yellowstone and Grand Teton National Parks, USA, September 18-27, 1972*, ed. Hugh Elliott (Lausanne: Arts Graphiques Heliographia SA, 1974), 12; “Centennial Celebration at Yellowstone,” in *ibid.*, 17.

7 Ver Tom Robertson, “This is the American Earth’: American Empire, the Cold War, and American Environmentalism,” *Diplomatic History* 32, no. 4 (2008): 561–84.

8 Ver as contribuições em Bernhard Gissibl, Sabine Höhler e Patrick Kupper, eds., *Civilizing Nature: National Parks in Global Historical Perspective* (Oxford, New York: Berghahn Books, 2012).

esforços comuns na década de 1960 que a exportação ativa e sistemática do “modelo” Yellowstone teve realmente lugar.

Há um terceiro exemplo do cosmopolitismo conservacionista que merece uma atenção mais crítica por parte dos historiadores do ambiente: o cosmopolitismo enraizado das ONGs transnacionais e a sua mediação entre membros nacionais e projetos de conservação longínquos. Organizações como a WWF, Fauna & Flora International, The Nature Conservancy ou a Sociedade Zoológica de Frankfurt dependem de membros e doadores nos seus países de origem para apoiar projetos desenvolvidos no estrangeiro. Estão normalmente registadas com o estatuto de caridade e são reconhecidas como benfeitoras e representantes da institucionalização da consciência global verde nas sociedades ocidentais. Por forma a obter os fundos necessários ao seu trabalho, estas organizações permitem que os seus apoiantes “habitem o mundo de longe,”<sup>9</sup> através de um sistema altamente profissional de financiamento, relações públicas, *marketing* de comunicação e contactos com os *media*. Tomemos como exemplo a Sociedade Zoológica de Frankfurt (ZGF), uma das principais ONGs na conservação internacional, reconhecida pelo seu empenhamento a longo prazo no Serengeti e Ilhas Galápagos. O que o célebre diretor da ZGF, Bernhard Grzimek, fez foi provavelmente o que mais contribuiu para a emergência de uma consciência ambiental cosmopolita na Alemanha Ocidental. Desde finais da década de 1950, as suas campanhas mediáticas tornaram o gnu e a zebra do Parque Nacional do Serengeti uma preocupação dos conservacionistas a nível mundial. Ainda assim, o envolvimento da Alemanha no Serengeti é especial uma vez que é o mercado nacional financiador da ZGF, o que faz com que a proteção do Serengeti se deva não só ao facto de ser um ecossistema de savana único, mas também porque preserva a herança de Grzimek e a continuação de meio século de investimento emocional e financeiro alemão. Durante décadas, a ZGF acabou por monopolizar, de certa forma, o acesso de jornalistas e cineastas ao Serengeti. Para a maioria destes, bastava começar pela sede da ZGF, em Seronera, seguido de visitas a aldeias cuidadosamente selecionadas e a conversas com informantes escolhidos, como o Masai Joe Ole Kuwai. Normalmente, isso era suficiente para fazer com que as audiências nacionais acreditassem no carácter benéfico da conservação ocidental para os Maasai e africanos rurais, em geral. O recentemente falecido Kuwai era, contudo, um dos muito poucos Masai educados na ciência da conservação ocidental que trabalhava para a ZGF, acabando por não ser surpreendente

9 Bronislaw Szerszynski e John Urry, “Visuality, Mobility, and the Cosmopolitan: Inhabiting the World From Afar,” *British Journal of Sociology* 57, no. 1 (2006): 113–31.

que vezes alternativas, a mobilização pastoralista ou a politização do conservacionismo tenham tido uma fraca cobertura mediática alemã nas últimas décadas.

É do senso comum que relações públicas e *marketing* não dizem respeito à pluralidade de perspectivas ou a representações imparciais do fenómeno em questão. O seu imperativo é criar consenso, procurar criar laços, estimular doações e apresentar a conservação como um problema técnico que deve ser resolvido através da gestão e aplicação de conhecimentos científicos. A preocupação cosmopolita da conservação é domesticada para apelar à audiências nacionais específicas e às suas experiências. De facto, o *marketing* das ONGs acaba por esconder dos públicos ocidentais as complexidades e paradoxos da conservação, sem os confrontar com o cosmopolitismo dos parques no estrangeiro e os mecanismos mercantis das caridades nacionais.

Desta forma, a maquinaria das relações públicas, filmes, posters, jornais, brochuras e comunicados de imprensa de ONGs transnacionais que alimentam e sustentam o laço emocional com ambientes distantes deve ser sujeito a uma investigação crítica por parte dos historiadores ambientais.<sup>10</sup> Não obstante a crescente mobilidade turística em todo o mundo, a familiaridade da maioria dos doadores individuais ocidentais com os parques nacionais do Hemisfério Sul permanece virtual e é construída sobretudo através de imagens e imaginários evocados por filmes sobre a vida selvagem, pela indústria do turismo e por ONGs ligadas à conservação. Mas quando e como é que estas ONGs descobriram a necessidade de mercantilar a conservação e profissionalizar as suas relações públicas? Que estratégias usaram e por quê? Que imaginários mobilizam, como é que adaptam as suas representações a diferentes audiências, em que virtualismos assentam, que atitudes evocam e como é que todos estes aspetos se têm alterado com o tempo? Que mobilidades cosmopolitas geraram, não só do lado dos turistas e especialistas da conservação, mas também ao nível dos guias turísticos e comunidades locais?<sup>11</sup>

O que sugiro é uma espécie de análise da cadeia produtiva da conservação cosmopolita, uma que inclua os doadores, as suas motivações e princípios, as representações mediáticas das ONGs transnacionais, a ecologia política do projeto de conservação e a popu-

10 Ver, contudo, Dan Brockington, *Celebrity and the Environment: Fame, Wealth and Power in Conservation* (London: Zed Books, 2009), e William Beinart e Katie McKeown, "Wildlife Media and Representations of Africa, 1950s to the 1970s," *Environmental History* 14 (2009): 429–52.

11 Sobre o último, ver Noel B. Salazar, "Tourism and Cosmopolitanism: A View from Below," *International Journal of Tourism Anthropology* 1, no. 1 (2010): 55–69.



lação local afetada pela área protegida. A recolha de fundos da família Dresden para a Sociedade Zoológica de Frankfurt, através da circulação de calendários personalizados com fotografias do safari no Serengeti entre amigos, baseia-se num Serengeti diferente do dos pastoralistas Maasai, que pretendem reivindicar os seus direitos numa paisagem ancestral.<sup>12</sup> Atentar à cadeia produtiva da conservação mediada por ONGs poderia revelar que o projeto aparentemente universal de um “planeta protegido” está fragmentado numa pluralidade de áreas protegidas, cada uma das quais cristalizada numa multiplicidade de mundos conectados, embora fisicamente afastados. Ao confrontar o cosmopolitismo das ONGs ligadas à conservação com o cosmopolitismo da própria conservação, os historiadores ambientais podem transmitir a transparência que as ONGs conservacionistas subcrevem na teoria, mas negam frequentemente na prática.

Ora, por quê o cosmopolitismo? Vista a partir do Serengeti, a conservação da última metade do século tem sido pautada não tanto pela crescente conexão (sem considerar a teleologia progressista) sugerida pela globalização, mas mais pelos paradigmas e legitimações conservacionistas em mudança e a sua contínua contestação por vários atores ao nível local. Falar do cosmopolitismo do estabelecimento de parques em vez da globalização ou governança das áreas protegidas poderia permitir “pregar um susto [à] autoconfiança”<sup>13</sup> saudável do cosmopolitismo prático. A nossa disciplina está particularmente bem posicionada para mobilizar o *cosmos* contra a globalização, uma vez que os historiadores ambientais, ao contrário das ciências sociais do cosmopolitismo até então, sempre souberam que o *cosmos* contém agentes não humanos que devem integrar o projeto de um mundo comum. Acima de tudo, o cosmopolitismo revela que não existe um mundo abstrato que aguarda uma proteção cada vez maior. Pelo contrário, somos confrontados com uma multiplicidade de mundos cujas inúmeras articulações devem ser consideradas para que a conservação tenha sucesso na prática, a longo prazo.

12 Ver ZGF-Gorilla 2 (2013): 25.

13 Stengers, “Cosmopolitical Proposal,” 996.

Clapperton Mavhunga

## Um olhar exógeno sobre o parque nacional: sobre uma epistemologia africana da natureza

Este artigo explora o conceito de “natureza” a partir dos significados e práticas de comunidades africanas que, no âmbito do estabelecimento de parques nacionais e reservas cinegéticas, foram deslocadas para o “outro lado da cerca” e criminalizadas como caçadoras furtivas, durante e após o colonialismo.<sup>1</sup> Tais significados e práticas manifestam-se na entrada de aldeões nas florestas agora designadas como parques nacionais, em busca de lenha, cogumelos e vegetais selvagens, ervas para cobertura dos telhados, pesca, larvas *mopani* comestíveis e carne. Na perspectiva da conservação da biodiversidade, a caça furtiva é considerada um inimigo a ser combatido. Parte do problema reside na interpretação destas atividades à luz do seu valor nominal (caça furtiva), como uma questão legal, ao invés de um conhecimento ambiental.

O objetivo deste artigo consiste, assim, em enquadrar estas práticas nas relações mais vastas e espiritualmente fundamentadas entre pessoas, animais, florestas, montanhas e o ambiente natural. Através de uma leitura de tradições orais, rezas, poemas, contos e práticas transmitidas ao longo de gerações, proponho olhar para a “caça furtiva” como um conjunto de práticas inovadoras criminalizadas, crenças e conhecimento que foi transmitido de geração em geração e que evoluiu através da performance, memória e transmissão oral.<sup>2</sup> Práticas estas que governam as relações humanos-natureza fora do parque, enquanto o pensamento ocidental acerca da biodiversidade é soberano na conservação. O parque e a aldeia tornaram-se vizinhos em circunstâncias conflituosas. O primeiro foi criado através da remoção forçada das comunidades da segunda, no final do século XIX e durante o século XX. Apesar de as pessoas terem sido fisicamente removidas e realojadas fora do parque, seus corações, espiritualidades e necessidades materiais nunca saíram da terra tornada parque nacional. Permaneceram lá e a interpretação da paisagem foi feita de acordo com os seus próprios significados e práticas.

1 Jane Carruthers, *The Kruger National Park: A Social and Political History* (Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1995), 89.

2 Fikret Berkes, *Sacred Ecology: Traditional Ecological Knowledge and Resource Management* (Philadelphia: Taylor and Francis, 1999), 8; Chuck Striplen e Sarah DeWeerd, “Old Science New Science: Incorporating Traditional Knowledge into Contemporary Management,” *Conservation in Practice* 3, no. 3 (2002): 20; Iain J. Davidson-Hunt e Fikret Berkes, “Changing Resource Management Paradigms, Traditional Ecological Knowledge, and Non-Timber Forest Products,” in *Forest Communities in the Third Millennium*, ed. I. Davidson-Hunt et al., 78–92 (St. Paul: USDA Forest Service, 2000).

Desde os tempos coloniais, o problema da conservação da biodiversidade e parques cinegéticos tem residido no facto de obrigar as comunidades africanas vizinhas a protegerem os animais que foram o principal motivo da sua remoção forçada. “Incentivos” ou “benefícios” simbólicos, como um pedaço de carne por cada elefante ou búfalo morto por ricos caçadores de troféus e defensores estrangeiros do direito à posse de armas, e a “participação” em projetos de conservação (raramente na conceção, algumas vezes na implementação), eram oferecidos aos aldeões. Nenhum destes serve sinceramente os interesses dos aldeões; apenas alargam “incentivos” simbólicos, com o intuito de salvar os animais e lucrar com os que gostam de matar um elefante ou búfalo pelos seus chifres.

Têm havido grandes discussões a nível mundial sobre a integração do conhecimento indígena nos métodos científicos ocidentais aplicados aos estudos de impacto ambiental, agricultura sustentável, conservação da biodiversidade e práticas médicas.<sup>3</sup> Contudo, os governos, ONGs e agentes corporativos integram muitas vezes o próprio conhecimento sem referir a fonte ou usam-no para ludibriá-los em relações de exploração. A parceria pode acabar por se assemelhar à existente entre um cavaleiro e um cavalo.<sup>4</sup> É por este motivo que, para além da análise política e sociológica do próprio parque a partir de dentro, como Jane Carruthers, Terence Ranger e outros fizeram, é tão ou mais importante explorar estas “florestas” a partir de fora, através das lentes de um habitante local, de forma a perceber o que estas árvores, animais, pedras, rios e pertença significam.

A discussão que se segue considera os significados da natureza nas tradições e trajetórias de pensamento e prática a partir da aldeia. A minha sugestão é que muitas vezes é difícil localizar os africanos na história ambiental devido a uma falta de consideração das filosofias subjacentes às práticas. Aqui, o enfoque recairá exclusivamente nas conexões, filosofias e práticas, tomando como exemplo os vaShona, o grupo cultural-linguístico predominante no Zimbabué.

3 John Sallenave, “Giving TEK its Rightful Place in Environmental Impact Assessment,” *Northern Perspectives* 22, <http://www.carc.orgipubs/v22no1/know.htm>.

4 Clapperton Mavhunga, “Even a Rider and a Horse are a Partnership,” *Otyx* 41, no. 4 (2007): 441–42; C. Mavhunga e Wolfram Dressler, “On the Local Community: The Language of Disengagement?” *Conservation and Society* 5, no. 1 (2007): 44–59; Barbara Tapela, Lamson Maluleke e Clapperton Mavhunga, “New Architecture, Old Agendas: Perspectives on Social Research in Rural Communities Neighbouring the Kruger National Park,” *Conservation and Society* 5, no. 1 (2007): 60–67.

## Os usos dos animais

Até a chegada da Crisandade no final do século XIX, a espiritualidade ancestral era o único alicerce da vida entre os vaShona. De acordo com a sua cosmovisão, havia momentos em que os domínios dos humanos e dos animais estavam separados e rigidamente delimitados, outros em que humanidade e animalidade eram indivisíveis. O reino da humanidade e dos animais tinha um soberano, o *mhondoro*, que era simultaneamente um leão, rei da floresta e o espírito ancestral mais antigo (*mudzimu*), um chefe ou fundador de clã que, após a sua morte, voltara em espírito para tomar conta dos vivos. Apenas o *mhondoro* e o *mudzimu* poderiam interceder entre *Mwari* (deus) e os vivos. Este espírito antigo manifestava-se e falava com os vivos através de um médium humano, o *svikiro* (porto de destino), rugindo como um leão entre as palavras.<sup>5</sup> Assim, ver um leão era ver o espírito do clã.

Inevitavelmente, o domínio dos humanos (aldeia) e o domínio dos animais (floresta) convergiam no *mhondoro*. O acontecimento mais revelador desta convergência é o enterro de um chefe, o qual não consiste numa mera disposição de carne; é, na verdade, a primeira etapa no nascimento de um espírito ancestral, o que envolve a convergência de matéria leonina e humana. É por isso que entre os vaUngwe, um povo Shona de Rusape, na zona oriental do Zimbabué, o líquido drenado do corpo mumificado do chefe falecido era recolhido e enterrado separadamente do cadáver. A partir deste líquido, acreditava-se que surgiria um leão ou *mhondoro*, por isso era proibido abater um leão, sob pena de ser a reencarnação do chefe. Um outro povo Shona, os Saunyama, também de uma zona oriental do Zimbabué, Nyanga, acreditava que uma cria de leão “se estabelece numa campa, onde é alimentado pelos guardiões do túmulo.”<sup>6</sup> Quando do sacrifício de um touro preto ou boi para o *mhondoro*, algumas sociedades Shona deixam-no ao relento durante a noite. Se não encontrassem a carcaça, os espíritos tinham aceitado o sacrifício; se nem pegadas vissem, tinham-no rejeitado e estavam descontentes com alguma coisa.<sup>7</sup>

Os vaShona acreditavam que o *mhondoro* enviava certos animais para comunicar com eles, sobretudo em tempos de perigo. *Chapungu* (arlequim), a sentinela e principal

5 Friedrich Wilhelm Traugott Possett, *Fact and Fiction: A Short Account of the Natives of Southern Rhodesia* (Bulawayo: Government of Southern Rhodesia, 1935), 82.

6 *Ibid.*, 82.

7 *Ibid.*, 82–83.

mensageira dos espíritos ancestrais, era enviada pelo *mhondoro* especialmente quando um parente estava a andar na estrada ou a acampar na floresta, ou, em tempo de guerra, para alertar para um perigo iminente ou para assegurar que estava tudo bem.<sup>8</sup> *Chapungu* comunicava através dos seus batimentos de asas, cambalhotas, vocalizações específicas (*Kovo-o-o*) ou um voo silencioso, pacífico. Os ancestrais também poderiam enviar *kamba* (uma tartaruga) e *kovo* (um esquilo). Se o primeiro atravessasse o caminho ou o segundo fizesse o mesmo com a cauda para baixo, tal significava que o caminho era bom. Caso contrário, se o *kamba* parasse ou o *kovo* atravessasse com a cauda para cima, avizinhava-se perigo e a viagem deveria ser terminada imediatamente.<sup>9</sup>

Acreditava-se que as bruxas eram particularmente adeptas das “armas da mãe natureza,”<sup>10</sup> sobretudo contra figuras sociais invejáveis ou odiadas, como chefes. Entre os Shona, acreditava-se que os *zvimbanana*, ou gnomos “com a forma de um ser humano coberto com poucos tufo de pelo,” imitavam a voz de qualquer ser humano e, quando atacavam, a vítima iria morrer.<sup>11</sup> O grupo mágico noturno era composto pela própria bruxa (na sociedade Shona, a bruxa era geralmente uma mulher) com uma hiena, um babuíno, uma lontra, uma coruja e uma tarambola enquanto sentinela, a liderar o caminho em frente. Afinal havia algo como estar armado até aos dentes com a natureza.

Os membros ou vísceras dos animais selvagens e domésticos eram tidos como armas muito potentes. A bÍlis de um crocodilo era o veneno mais potente, matando instantaneamente. Os poderes políticos do chefe muShangwe Chihunduro deviam-se à “medicina bélica e cauda mágica que possuía.” Chihunduro era conhecido por usar “abelhas ferozes numa cabaça” para atacar os seus inimigos.<sup>12</sup> Cada vez que embarcava para uma expedição militar, consultava a cauda. Se esta permanecesse ereta, o sucesso estava garantido; caso permanecesse prostrada, tal significava uma derrota. Ambos os poderes, da cauda e das abelhas, foram desmantelados quando a sua mulher, dada pelos Rozvi rivais, voltou para o seu povo e revelou os segredos do marido.<sup>13</sup> O recurso

8 Martinus Daneel, *Guerilla Snuff* (Harare: Baobab Books, 1995), 84-120.

9 Ibid., 15.

10 Jacob Darwin Hamblin, *Arming Mother Nature: The Birth of Catastrophic Environmentalism* (Oxford: Oxford University Press, 2013); Posselt, *Fact and Fiction*, 82.

11 C. Togarepi, “Kudeketera Kwomuroyi,” in *Nehanda Nyakasikana: Nhorido Dzokunyikadzimu*, ed. T. Jongwe (Gweru: Mambo Press, 1983), 246.

12 Posselt, *Fact and Fiction*, 141.

13 Ibid.

a insetos mortos como arma tem ressonâncias na história africana, no que diz respeito aos mosquitos e moscas tsé-tsé.<sup>14</sup>

Os vaShona aprenderam com vários animais a sua estratégia de gestão de riscos. No caso da doninha, por exemplo, que lançava um gás odorífero sobre os seus inimigos para se defender, caso as pessoas alguma vez encontrassem uma, deveria mantê-la para si próprio, daí os adágios: *adenha chidembo ndechake* (se alguém irritar a doninha, ela é sua)<sup>15</sup> ou *chidembo hachivhiyirwe pane vanhu* (uma doninha não é esfolada entre as pessoas).<sup>16</sup> Os Shona sabiam que “não poderiam seguir aquilo que, uma vez encontrado, não tinha regressado,”<sup>17</sup> como o exemplifica o encontro com uma *mhungu* (cobra do Egito). Ao entrar num buraco, a cobra extremamente venenosa vira imediatamente a sua cabeça para o exterior, enquanto o resto do seu longo corpo desliza pelo buraco através da contração e expansão musculares. Para as cobras, os buracos (normalmente em cavernas de argila abandonadas criadas por térmitas, aberturas entre rochas ou em troncos de árvores grossas) eram fortalezas que ofereciam cobertura quando lutavam contra um inimigo.

O mesmo acontecia com os lagartos (*matsvinyu*, singular *dzvinyu*), como no seguinte adágio: “Quando um lagarto se aquece ao sol (é porque) ele vê (que) um buraco (está próximo).”<sup>18</sup> Esta tendência do réptil de constante procura nas imediações do seu refúgio foi interpretada de duas formas, relacionadas com questões de género. Por um lado, no que diz respeito às mulheres casadas, o lagarto era a fonte de um feitiço poderoso para pacificar maridos mulherengos ou violentos, sendo apropriadamente chamado *chipotanemadziro* (o que nunca se afasta das paredes da casa). A sua cauda era cortada quando o pobre bicho ainda estava vivo e era posteriormente seca e transformada num potente feitiço (*mupfuhwira*) para domar o marido problemático.<sup>19</sup> Por outro lado, para os homens, responsáveis pela segurança da comunidade contra o ataque de inimigos, o lagarto era um bom professor de estratégia defensiva. Para

14 John McNeill, *Ecology and War in the Greater Caribbean, 1620-1914* (Cambridge: Cambridge University Press, 2010); Timothy Mitchell, *Rule of Experts: Egypt, Techno-Politics, Modernity* (Berkeley, CA: The University of California Press, 2002); Lansiné Kaba, “Archers, Musketeers, and Mosquitoes: The Moroccan Invasion of the Sudan and the Songhay Resistance (1591-1612),” *Journal of African History* 22 (1981): 457–75.

15 *Adenha chidembo ndechake*.

16 *Chidembo hachivhiyirwe pane vanhu*.

17 *Chapinda karnwe hachiteenvi*.

18 *Dzvinyu kuzambira zuva kuona mwena*.

19 Aaron C. Hodza, *Denhe Renduri neNhorimbo* (Harare: Mercury, 1980), 19.

eles, a lição era: nunca lutar contra o agressor fora das suas fortificações e posições defensivas preparadas.

As montanhas também desempenhavam um papel importante. As trilhas, cavernas e os pontos mais altos eram bem conhecidos, sendo as posições de emboscada cuidadosamente preparadas nas saliências camufladas dos penhascos com vista para as trilhas abaixo. As grutas eram transformadas em celeiros, com mantimentos suficientes para sustentar os ocupantes durante dias. Os pontos mais altos eram transformados em posições de sentinela para detetar de longe o inimigo. Era comum entre os chefes e reis Shona posicionar os vassallos em quem mais confiavam em assentamentos estratégicos, sobretudo em colinas e prováveis vias de aproximação de inimigos, para atuarem como sentinelas.<sup>20</sup>

Os povos Duma e Manyika do sudeste do Zimbabué contavam não só com montanhas mutuamente visíveis e uso de fumo (durante o dia) ou fogueira (durante a noite), mas também com o som. Ao avistar um inimigo, a sentinela tocava imediatamente o seu *hwamanda* (trompete feito de chifre de *kudu*), alertando o próximo que, por seu turno, tocava o seu para alertar o seguinte e por aí adiante, até que a mensagem chegasse a toda a comunidade. Em seguida, todos os homens iam buscar as suas armas e anunciavam à corte do seu chefe ou, caso não houvesse tempo e o inimigo estivesse próximo, iam direto ao combate.<sup>21</sup>

Enquanto os homens válidos ocupavam as suas posições de combate entre as paliçadas das montanhas, mulheres, crianças e idosos levavam o gado pelas trilhas da montanha ou até mesmo cavernas. Estas paliçadas teriam sido preparadas durante o período de paz com celeiros de alimentos e grandes potes de água nas cavernas para acomodar as pessoas e gado por um período consideravelmente longo de estadia. A segurança Shona era uma segurança coletiva, sendo a divisão do trabalho primordial.

O rato-do-campo ou *beva* (comestível nas sociedades Shona, ao contrário do *gonzo*, o rato doméstico) foi a inspiração para este sistema defensivo. Para apanhar os ratos, as pessoas

<sup>20</sup> Posselt, *Fact and Fiction*, 36.

<sup>21</sup> Richard Mahambayedwa Gwabuya Mtetwa, "A Political and Economic History of the Duma of South-Eastern Rhodesia from the Early 19th Century to 1945" (Dissertação de Doutoramento: University of Rhodesia, 1976); H. H. K. Bhila, "Firearms as a Factor in Manyika Politics from the Sixteenth to the Twentieth Century," *Rhodesian History* ix (1978): 91.

cavavam as suas tocas (*mwena*) extremamente sinuosas, aprendendo durante o processo acerca de um potencial sistema defensivo. Ao escavar, chegavam primeiro ao *garingiro* (dormitório) dos ratos, onde viam o *mambuze-mbuze* (camas) feito de abeto, penas e outros materiais suaves, seguido do celeiro (*marishe*), onde escondiam pequenos furtos dos campos e florestas. A partir desta loja subterrânea, um ou mais *mbudo* (rotas de fuga) conduziam à superfície, demonstrando que, se o plano A (sair através da entrada principal) falhasse, os ratos tinham sempre um plano B. Em seguida, os ratos dirigiam-se para o *diziro*, um outro buraco mais impenetrável para os escavadores, que os ratos fechavam depois de escavar (*kutsindira*).<sup>22</sup> De acordo com um provérbio Shona, “um rato não escava os seus túneis subterrâneos sem uma saída (no outro lado)”.<sup>23</sup> Parecia haver sempre uma “estratégia de fuga”. Os ratos também eram conhecidos por prepararem com bastante antecedência os meses de carências que teriam pela frente, daí que “um rato das canas [*muduhwa*] só descansa após todas as canas terem sido cortadas.”<sup>24</sup>

Os vaShona também foram “treinados” por outros animais na arte da vigilância. Através da observação de babuínos a colocar uma sentinela no topo das árvores e montanhas, enquanto todo o grupo devorava culturas nos campos agrícolas até à emissão de um latido de advertência por parte dessa *nharirire* (sentinela), os Shona inventaram um provérbio: “O que ladrou disse alguma coisa.”<sup>25</sup> Os animais não emitiam apenas barulho ou som—comunicavam entre eles numa linguagem própria, gerindo os seus próprios riscos através do posicionamento de sentinelas e emissão de sinais de alarme. A avestruz, por exemplo, tirava partido da sua altura para avisar cabras-de-leque inocentes da aproximação de um caçador, as quais transmitiam a mensagem a outros animais através dos seus roncos e movimentos repentinos.<sup>26</sup>

Os animais também “ensinaram” os vaShona a iludir o inimigo através da camuflagem. A fraude era a essência do seguinte adágio: “rir com o dente superior enquanto se esconde o inferior.”<sup>27</sup> De facto, “o dente é um tonto; sorri até para o seu inimigo.”<sup>28</sup> Esta camuflagem era uma das duas armas mais poderosas do camaleão, tendo sido

22 Gerald Chikozho Mazarire, “Defence Consciousness as Way of Life: ‘The Refuge Period’ e Karanga Defence Strategies in the 19th Century,” *Zimbabwean Prehistory* 25 (2005): 10.

23 *Mbeva haicheri mwena usine mbudo.*

24 *Tsenzi inogara yatema/yadziya.*

25 *Chati homu chareva.*

26 John Guille Millais, *A Breath from the Veldt* (London: Henry Sotheran, 1895), 24, 81.

27 *Kusekerera nezino repamusoro wakaruma repasi.*

28 *Zino irema, rinosekerera nemuvengi waro.*



imortalizada no adágio: *kungwara kwerwavi kukusandura mavara* (a inteligência do camaleão para mudar de cores [e misturar-se com o seu ambiente]).<sup>29</sup> Assim escondido, o camaleão torna-se invisível para a sua presa, vai atrás da mosca, permanece imóvel, depois avança devagar e, quando está ao seu alcance, lança a sua língua a uma velocidade surpreendente. A mosca limita-se a desaparecer. Em termos de rapidez e surpresa na guerra, não havia outro mestre, exceto talvez a píton.

### Conclusões

Em 1995, Jane Carruthers destacou que a justificação moral para a proteção dos animais selvagens tende a menosprezar a exclusão dos africanos (sobretudo aqueles a custo dos quais o parque existe) dos parques e os seus usos. Ali, “do outro lado da cerca, longe dos relativamente intactos ecossistemas protegidos com as suas pastagens exuberantes e vida selvagem abundante, viviam comunidades empobrecidas, desesperadas por terra e acesso a recursos naturais.”<sup>30</sup> A abordagem aqui defendida pretende olhar para a inovação, e não apenas para a miséria, do outro lado da cerca, para um conhecimento que está a ser criminalizado quando, na verdade, é extremamente original e culturalmente incorporado. Não pretendo defender que todas as filosofias e práticas dos vaShona em relação à natureza são consistentes com realidades contemporâneas e futuras, nem tampouco que a conservação da biodiversidade seja completamente estranha para os africanos. Pelo contrário, a ideia de reservas cinegéticas já existia antes da colonização europeia, cabendo ao chefe designar quando, onde e quanto podia ser retirado das florestas. Havia divisões claras entre *masango* (florestas), *mind*a (campos), *mapani* (pastagens) e *misha* (aldeias), cada um dos quais com objetivos específicos. Os riscos de quebrar tais tabus eram conhecidos, sendo severamente punidos nas raras ocasiões em que se atreviam. Estes códigos de conduta eram designados para assegurar a sustentabilidade e dar segurança em caso de catástrofes. A natureza não estava fora da cultura. Como o *mhondoro* demonstra, no esquema espiritual das coisas, as criaturas da floresta e as criaturas da aldeia eram todas *Mwari's zvisikwa* (criações). Nem a aldeia nem as florestas terminavam nos seus limites.

29 *Kungwara kwarwavi kusandura mavara*.

30 Carruthers, *The Kruger National Park*, 89.

Emily Wakild

## No limite: o potencial dos parques e justiça no Sul Global

Em julho de 2013, Donna Edwards, membro do Congresso de Maryland, apresentou uma proposta de lei no Congresso dos Estados Unidos relativa à criação de um novo parque nacional—*na lua*. A proposta apelava à proteção dos artefactos das viagens de Apollo, antecipando futuras visitas comerciais à lua. É possível que, em 1995, esta proposta pudesse ser aclamada como uma inovação democrática, um reflexo futurista da “Mente Americana” ou de grupos ligados à conservação. Nos últimos 20 anos, contudo, o estudo dos parques nacionais passou de algo convencional e institucional, até heróico, para um amplo conjunto de debates acerca das contestações sociais em áreas designadas como parques.<sup>1</sup> Na verdade, os debates modernos acerca da conservação de recursos naturais e alocação dos respetivos benefícios não são novos, embora tenham emergido entre cientistas sociais e naturais críticas inovadoras sobre as consequências sociais dos parques.<sup>2</sup> No que diz respeito aos historiadores, assistiu-se a um crescente questionamento não só do que era *natural* acerca dos parques nacionais, mas também do que era *nacional*, quando criados em países tão diversos como o Afeganistão ou Zimbabué. Como resposta a este questionamento, desenvolveu-se uma nova visão dos parques, a qual demonstrava a centralidade das relações coloniais, regidas por conflitos entre utilizadores e moradores e moldadas, peculiarmente, pelos caprichos da sociedade, mercados e ciência. Dito de outra forma, os parques tornaram-se locais para analisar a política em vez de paraísos naturais prístinos. Algumas destas críticas surgiram no contexto geral da viragem cultural da história, durante a década de 1990, e da sua consideração de que o mundo moderno é um espaço social e culturalmente construído. Mais enfaticamente, contudo, esta abordagem crítica teve origem nas fronteiras vulneráveis do mundo, apresentadas num pequeno e poderoso livro cor-de-rosa sobre o Parque Nacional Kruger, na África do Sul.

- 1 Roderick Frazier Nash, *Wilderness and the American Mind* (New Haven: Yale University Press, 1967); Ambrosio González e Víctor Manuel Sánchez L., *Los Parques Nacionales de México: Situación Actual y Problemas* (México: Instituto Mexicano de Recursos Naturales Renovables, 1961); J. Baird Callicott e Michael P. Nelson, eds., *The Great New Wilderness Debate* (Athens: University of Georgia Press, 1998); Bernhard Gissibl, Sabine Höhler e Patrick Kupper, *Civilising Nature: National Parks in Global Historical Perspective* (New York: Berghahn Books, 2012).
- 2 Para exemplos provocativos recentes, ver Peter Kareiva e Michelle Marvier, “What is Conservation Science?” *BioScience* 62, no. 11 (2012): 962–69; e Michael Soule, “The ‘New Conservation’,” *Conservation Biology* 27, no. 5 (2013): 895–97.

*The Kruger National Park*, de Jane Carruthers, introduziu uma perspectiva do Sul Global no estudo da conservação, através de um estudo de caso de um parque no hemisfério sul. Ao esclarecer o entrelaçamento entre as pessoas e um espaço particular ao longo do tempo, esta mudança geográfica derrubou barreiras tradicionais. Retirando dos Estados Unidos da América o enfoque da história dos parques, o livro introduziu a ideia de que os parques são artefactos culturais, políticos e históricos e não espaços naturais *sui generis*,<sup>3</sup> pelo que teriam interesse tanto por si só, como enquanto “espelhos” ricos da sociedade. E que lugar melhor do que o Kruger!?! Com uma clareza e perspicácia características, Carruthers conduziu o leitor numa expedição através da caça e coleta dos San, Nacionalismo Africânder e estudos científicos. O Parque Nacional Kruger, em particular, e a África do Sul, em geral, têm desde cedo atraído a atenção internacional devido aos seus espetaculares mamíferos, répteis e aves, que abasteceram jardins zoológicos museus por todo o mundo. Contudo, era algo completamente diferente historicizar essas espécies no contexto do seu posicionamento no parque de onde eram endêmicas. Esta tentativa assegurou que as pessoas, paisagens e animais do Sul Global passassem a fazer parte dos debates acerca da história da conservação e, ao posicioná-los no centro do estudo histórico, atribuiu aos parques periféricos uma significância global.

Carruthers demonstrou que o Parque Nacional Kruger era o resultado de redes e trocas que transcendiam as fronteiras nacionais. Embora o estado colonial fosse proeminente nestas forças sistémicas, o Parque Nacional era também contestado por aqueles que se preocupavam com a pesquisa científica, caça desportiva e turismo internacional. Estas redes de conhecimento entrelaçadas nas políticas de conservação “não têm sido homogêneas e não resultam de uma única causa.”<sup>4</sup> O desejo de proteger certos aspetos da natureza teve origem num conjunto de experiências num lugar particular, a par do contexto global e do *timing* das políticas nacionais.

Neste que foi o primeiro e mais famoso Parque Nacional da África do Sul, as forças nacionalistas, coloniais e internacionais criaram experiências mutuamente fortalecedoras. Atualmente, estas forças poderiam ser chamadas “transnacionais”, mas em 1995 Carruthers demonstrou a forma como a história do Kruger foi moldada pela colaboração entre caçadores, cientistas e colonizadores, por conhecimentos práticos e científicos

3 Para outras críticas semelhantes, ver Antonio Carlos Diegues, *O Mito Moderno da Natureza Intocada* (São Paulo, Brazil: NUPAUB-USP, 1994) e Arturo Gomez-Pompa, “La Conservación de la Biodiversidad en México: Mitos y Realidades,” *Boletín de la Sociedad Botánica de México* 63 (1999): 33–41.

4 Jane Carruthers, *The Kruger National Park* (Pietermaritzburg: Natal University Press, 1995), 6.

sobre a vida selvagem e pastagens e por diversos graus de envolvimento público de um conjunto de grupos políticos. Embora o livro *The Kruger National Park* não fosse explicitamente uma história comparativa, Carruthers ressaltou a questão da diferença. Com o Yellowstone em pano de fundo e os seus escritos posteriores sobre a Austrália, que adicionaram outra dimensão comparativa, outros investigadores internacionais poderiam agora servir-se da África do Sul e da história do Parque Nacional Kruger para fugir à norma do modelo Yellowstone.

A obra apresentou um parque profundamente enraizado na sociedade que o criou, com os seus aspetos opressivos. O Kruger era um símbolo, mas um símbolo ambíguo, com diferentes significados para diferentes grupos sociais, significados esses desenvolvidos a partir de linhas raciais. Resistindo à tradição compensatória de repetir narrativas e feitos heróicos, o texto procurou explicar o ambiente filosófico e político subjacente à criação de uma forma exclusiva de conservação da natureza, onde “as reservas cinegéticas eram invenções brancas que punham a vida selvagem à frente da humanidade e que serviram de instrumentos de expropriação e subjugação.”<sup>5</sup> Ao invés de oferecer uma narrativa de espaços que foram gradualmente democratizados ou de cientistas presentes, esta lição do Sul Global expôs a forma como as desigualdades da experiência colonial, incluindo desigualdades de poder e participação pública, moldaram a legislação conservacionista que incrementou as diferenças sociais. Tornou-se impossível olhar para os parques com neutralidade, uma vez que muitos foram usados para reforçar sistemas de exclusão e dominação (quer de brancos sobre negros, pessoas de fora sobre os locais, cientistas sobre gestores tradicionais, entre outros).<sup>6</sup> Esta crítica continua a ter impactos no mundo da conservação.

A consideração de Carruthers de que os parques afetam diferentemente populações distintas permitiu compreender reivindicações de justiça e injustiça relacionadas com os parques e o mundo não humano. Sem julgar a moralidade do caso, alterou o enfoque dos debates para uma perspetiva histórica sobre a alocação de recursos e benefícios. Apresentou a ideia curiosa, descoberta nos relatos publicados pelos colonizadores bran-

5 Ibid., 101.

6 Uma triologia de obras do início da década de 2000, influenciada por esta crítica, usou esta perspetiva para visitar os parques norte-americanos e olhar para estas tensões: Louis Warren, *Hunter's Game: Poachers and Conservationists in Twentieth-Century America* (New Haven: Yale University Press, 1999); Mark David Spence, *Dispossessing Wilderness: Indian Removal and the Making of the National Parks* (New York: Oxford University Press, 2000); Karl Jacoby, *Crimes against Nature: Squatters, Poachers, Thieves, and the Hidden History of American Conservation* (Berkeley: University of California Press, 2003).

cos, de que os africanos eram intrusos e destruidores do ambiente, não obstante a abundância da vida selvagem e a estabilidade ambiental, apoiadas pelos seus estilos de vida. Além disso, uma outra contradição—de que a transformação agrícola e a introdução de mercados e armas de fogo contribuíram mais para o rápido decréscimo da vida selvagem do que a administração nativa—revelou também a desigualdade subjacente à ideia de conservação, que, contudo, nem sempre tomou a mesma forma. Uma política de remoção das populações africanas foi corrigida em 1905, quando os gestores das reservas procuraram formas de transformar os ocupantes em inquilinos e trabalhadores.<sup>7</sup> Esta noção de que os parques tinham várias funções, entre as quais a perpetuação de desigualdades de poder, está na base das injustiças cometidas em nome da conservação.

Deve ser sublinhado que, a partir desta análise cuidadosa e direta emergiu uma apreciação crítica do Parque Nacional Kruger, que articulou as flutuações da criação e gestão de parques, expandindo as possibilidades de compreensão dos que beneficiavam dos parques e da forma como esta alocação deveria ser ajustada. Carruthers resistiu a enquadrar o problema em dualismos como: conservação ou desenvolvimento, erradicação da pobreza ou populações de animais selvagens. O seu objetivo não era denunciar a conservação para que esta fosse abandonada, para que os parques fossem repensados para gerir apenas humanos ou para expulsar totalmente cientistas ou brancos privilegiados. Infelizmente, outros investigadores não foram tão cuidadosos.

Quando é que foi a última vez que você leu algo de cientistas sociais em que os parques ou a conservação da natureza eram apresentados de uma forma positiva ou simples? Atualmente, a *wilderness* tornou-se preocupante, os cientistas criam “refúgios” e a conservação é descrita como uma ferramenta capitalista brutal de usurpação da soberania.<sup>8</sup> Simultaneamente, estes estudos tendem a distorcer, através da fragmentação e generalização, as alterações na conservação ao longo do tempo, o seu desenvolvimento em circunstâncias culturalmente distintas e o seu papel para influenciar ou mitigar desafios ambientais mais vastos. A aplicação de perspetivas sociais, económicas e políticas estimula as polaridades da história, embora se tenha verificado

7 Carruthers, *The Kruger National Park*, 92. O exemplo da Reserva Cinegética Sabi é aí desenvolvido.

8 William Cronon, “The Trouble with Wilderness; or, Getting Back to the Wrong Nature,” in *Uncommon Ground: Rethinking the Human Place in Nature*, ed. William Cronon (New York: W. W. Norton, 1996), 69–90; Mark Dowie, *Conservation Refugees: The Hundred-Year Conflict between Global Conservation and Native Peoples* (Cambridge, Mass: MIT Press, 2009); Dan Brockington, Rosaleen Duffy e Jim Igoe, *Nature Unbound: Conservation, Capitalism, and the Future of Protected Areas* (London: Routledge, 2008); Emma Marris, *Rambunctious Garden* (New York: Bloomsbury, 2011).

muitas vezes uma certa arrogância na consideração implícita de que a conservação “real” apenas pode ter origem em certos locais. As conquistas parecem ter sido ultrapassadas pela genealogia. Ausente destas críticas está a constatação de que as mesmas forças que ameaçam a conservação dos espaços naturais também ameaçam a conservação de culturas indígenas. Ao colocar ambos em lados opostos, desviamos o nosso olhar do panorama mais vasto: as forças do desejo consumista insaciável e irresponsável, sistemas económicos que descuram os serviços sociais e ecológicos e um regime energético ganancioso que não respeita nem a natureza nem a cultura. O pessimismo parece agora ter envolvido o mundo académico num debate polarizado do preconizado pelo texto original de Carruthers.

O que obteríamos se a história da conservação prestasse atenção a outros parques, noutras locais? Na América do Sul, incluiríamos parques como Nahuel Huapi, na Argentina (inicialmente denominado Parque Nacional do Sul), que começou por ser um espaço privado e que foi formalmente concedido ao estado por um explorador-naturalista nacionalista, em 1903. Desconhecedor da melhor forma de estabelecer tais espaços, o governo argentino consultou Bailey Willis, especialista estadunidense em parques, acabando depois por ignorar a sua recomendação de modelar a área com base no exemplo da industrialização em curso perto do Lago Michigan. Os argentinos optaram pelo modelo suíço, em conformidade com o qual fizeram as suas escolhas.<sup>9</sup>

Também encontraríamos a coalescência de cientistas do Peru, Alemanha, Quênia, Polónia e Estados Unidos da América, no início da década de 1970, à procura de novas formas de falar sobre a diversidade e abundância de espécies no Parque Nacional Manu. Manu é um caso paradigmático da conservação nos Neotrópicos: não foi nem o primeiro nem o último parque na Amazónia, mas foi designado pelo Peru, foi recentemente criado e é extremamente remoto. Como o demonstra a quase cómica fronteira do parque no mapa, a maioria dos limites do parque é, na realidade, imaginária, nunca tendo sido atravessada por uma pessoa de Lima, da Alemanha ou dos EUA. Mais de 90% do parque é inacessível devido à regulação e questões práticas. Uma complexa teia de circunstâncias históricas explica o isolamento da região, incluindo as doenças trazidas pelos espanhóis há quinhentos anos atrás, os ciclos da borracha do século XIX e até a violência recente e incompreensível do movimento político Sendero Luminoso, que re-

9 Bailey Willis, “El Parque Nacional del Sud,” *Boletín Dirección General de Agricultura y Defensa Agrícola*, no. 2 (1913); “La Argentina Pintoresca,” *El Diario*, San Martín de los Andes, 23 dezembro 1917.

sultou no massacre de cerca de 70.000 peruanos na década de 1990. Apesar de, e talvez devido a este contexto, o parque e as áreas protegidas adjacentes ocupam uma área do tamanho da Suíça, com menos de 500 visitantes por ano e menos de 3.000 residentes permanentes. Não é, assim, mera coincidência que esta área remota e sem estradas retenha simultaneamente a maior biodiversidade do planeta e o maior número de “pessoas em isolamento voluntário.”<sup>10</sup>

No seu todo, a inserção do Sul Global na história ambiental, a consideração de redes de conhecimento transnacionais e a atenção prestada a questões de injustiça e desigualdade entre humanos concederam ao trabalho de Carruthers os seus contornos, tendo contribuído fortemente para alargar as possibilidades da história da conservação e repensar o enfoque daquilo que os historiadores ambientais podem seguir. É praticamente impossível escrever hoje sobre a conservação sem apreensão. *The Kruger National Park* defende que a história da conservação deve incluir a história social e política local. Cabe aos historiadores continuar a assegurar que os debates da conservação não degenerem em falsos binários. A obra de Carruthers dá um modelo de questionamento: leva os historiadores a levantar questões não apenas sobre *o que* aconteceu, mas *porquê* aconteceu. Todos os parques nacionais têm histórias políticas e sociais, como Carruthers subtilmente sugere, histórias essas que são necessárias para compreender não só o modo como a conservação tem moldado as populações locais, mas também os motivos que fazem com que os povos e os animais selvagens nativos sejam obrigados a competir pelos últimos espaços selvagens. A conservação não deve ser a única culpada: uma sequência de alterações e um conjunto de atores também precisam ser considerados. A justiça não se faz apenas com a eliminação da conservação ou com a consideração da conservação e colonialismo (ou capitalismo) como forças coiguais. No Sul Global, os efeitos da ciência transnacional e as particularidades da conservação continuam a merecer um olhar atento.

E talvez se deva pensar na lua, também.

10 Eleana Llosa Isenrich e Luis Nieto Degregori, *El Manu a través de la Historia* (Lima: Proyecto Pro Manu, 2003).

Interlúdio





Jane Carruthers

## As explorações artísticas de Mandy Martin

A arte ambiental envolve-se com a paisagem e respetiva biota (flora e fauna) para capturar a atenção humana através da estética. Concedendo uma perspetiva diferente ao ambiente e outro modo vital de se envolver com ele, a arte é uma poderosa aliada da história ambiental e concede uma perspetiva diferente à disciplina. A história ambiental rege-se pelo intuito de compreender natureza e cultura e explorar os interstícios entre ambos, podendo o artista ser, neste sentido, um parceiro do historiador.

Tal como o nome indica, o enfoque da história ambiental recai na geografia e topografia, clima, recursos hídricos e biota, bem como nas respetivas conexões com histórias humanas particulares (sociais, económicas, culturais ou políticas) em termos da sua alteração ao longo do tempo. A arte ambiental também o pode fazer. Mandy Martin, uma artista australiana reconhecida e talentosa, lidera projetos ambientais que exploram os benefícios da colaboração interdisciplinar entre o escrito e o visual. Um outro artista e observador de ambientes que despertou recentemente o interesse de investigadores é Thomas Baines, o artista-explorador oitocentista que viajou extensivamente na África e no Norte da Austrália (1855–1857).<sup>1</sup> A filosofia artística de Martin espelha a de Thomas Baines:

Adoto muitas vezes o modelo de um artista explorador do século XIX que integra uma equipa de exploração científica para servir os projetos interdisciplinares ambientais modernos. Este modelo está na base tanto do sujeito, como do estilo dos meus quadros.<sup>2</sup>

A arte de Mandy Martin alia o estético, o humano, o científico, o histórico, o universal e o específico. Explora as fronteiras sobre questões ambientais passíveis de dividir grupos humanos, como os aborígenes e colonos australianos, preocupações locais e globais, local e espaço, ciência e humanidades. Ao viajar extensivamente por zonas australianas que não são o habitat comum do artista, traduz ideias abstratas em trabalhos visualmente

1 As publicações de Jane Carruthers sobre Thomas Baines incluem: Jane Carruthers e Lindy Stiebel, eds., *Thomas Baines: Exploring Tropical Australia, 1855 to 1857* (Canberra: National Museum of Australia Press, 2012); *The Life and Work of Thomas Baines*, com Marion Arnold (Cape Town: Fernwood Press, 1995).

2 Mandy Martin, "Interlude I: Landscape Studies 2007," in *Desert Channels: The Impulse to Conserve*, eds. Libby Robin, Chris Dickman e Mandy Martin (Melbourne: CSIRO Publishing, 2010), 81.

reais. Para além disso, capacita outros a pensar visualmente, a apreciar e compreender os diversos ambientes e até a produzir arte.

Inserir um elemento estético no pensamento ambiental, como Martin faz, sustenta-se em fundamentos intelectuais sólidos. A história inspira o trabalho, sensibiliza o observador para os danos ambientais, ao mesmo tempo que encoraja uma apreciação daquilo que é especial, ou que vale a pena registar, sobre os locais. Esta preocupação não se centra no dramático (apesar de por vezes o fazer, como no caso das cheias do Channel Country), mas no típico e reconhecível, nos lugares valorizados pelas populações locais. O talento desta arte ambiental consiste em transformar o “ordinário” no universal, mediante um forte elemento simbólico, contribuindo para as discussões acerca do cuidado e manutenção da terra, incorporando metáforas imaginárias e abrindo portas para compreender o que outras disciplinas não conseguem. As pinturas transmitem uma compreensão e uma paixão por processos ecológicos e pela produção de conhecimento sobre os mesmos. Tem sido referido que, para Martin, o ambiente real e o ambiente representado estão em constante diálogo.<sup>3</sup> Através da sua arte, consegue explicar o poder da natureza e traduzi-lo numa linguagem pictórica acessível, simultaneamente universal e específica.<sup>4</sup>

A especificidade da obra de Martin inclui a utilização de pigmentos e areia dos locais representados e breves descrições escritas na obra, relacionadas com a hora do dia, o tempo e a estação, o nome do local ou do rio e possivelmente o nome de uma árvore. Apesar de ser uma artista totalmente moderna, virada para as preocupações do século XXI, a genealogia de Martin enquanto comentadora visual de ambientes remonta aos artistas-exploradores da época imperial, os quais interpretaram paisagens coloniais para uma audiência Europeia. Recorrendo muitas vezes ao simbolismo do sublime Romântico, característico das visões dos segundos colonizadores australianos, considera-se como uma artista-exploradora, dizendo repetidamente que foi através dessa lente que pintou as paisagens naturais, industriais e agrícolas da Austrália, a qual informa tanto o sujeito, como o estilo dos seus quadros. Contudo, adapta este modelo de artista-exploradora do século XIX para se integrar nos projetos interdisciplinares ambientais modernos.<sup>5</sup> Ao fazê-lo, faz alusão a Ludwig Becker, o artista que acompanhou os exploradores australianos Burke e

3 Peter Haynes em Mandy Martin e Tom Griffiths, *Watersheds: The Paroo to the Warrego* (Mandurama, 1999), 36.

4 Peter Haynes em Mandy Martin, Jane Carruthers, Guy Fitzhardinge, Tom Griffiths e Peter Haynes, *Inflows: The Channel Country Warrego* (Canberra, 2001), 47.

5 Mandy Martin em Robin, Dickman e Martin, *Desert Channels*, 81.

Wills na sua tentativa de alcançar, por terra, o Golfo de Carpentaria a partir de Melbourne, em 1860, tentativa essa em que acabaram os três por falecer.

Muitos artistas expõem o seu trabalho em galerias urbanas conceituadas. Evidentemente, a obra de Martin também é exibida em tais ambientes—incluindo até no Parliament House, em Camberra<sup>6</sup>—mas tem um objetivo ativista e social claro. Uma característica do seu trabalho é ser social e localmente inclusivo. Expõe em pequenas galerias locais e regionais, frequentemente com os seus colaboradores—muitas vezes australianos aborígenes—e os seus livros registam os projetos que lidera e coordena. As técnicas de inclusão variam entre *workshops* artísticos que exprimem as ressonâncias entre a arte, ciência e história, até colaborações com escultura, mapeamento, filme, fotografia e som. Ao mesmo tempo que emancipa os seus parceiros, mantém-se aberta ao significado de todas estas dimensões, incluindo o trabalho escrito das humanidades e a recolha de dados e principais conclusões das ciências naturais. Nas suas palavras: “A observação artística pode ser fortuita, ou apenas intuitiva, mas talvez não esteja assim tão distante das preocupações da própria ciência. Este deslize da percepção humana, a tensão entre *o que* vemos e *como* o vemos, está no centro tanto da arte como da ciência.”<sup>7</sup> Para os historiadores ambientais, os desafios são muito semelhantes: a forma como interpretamos e explicamos o nosso conhecimento sobre aquilo que vemos ou o que foi registado está no cerne da disciplina.

6 Na altura em que foi pedida para o New Parliament House Committee Room, em 1988, esta foi a maior pintura já encomendada na Austrália.

7 Mandy Martin em Steve Morton, Mandy Martin, Kim Mahood e John Carty, eds., *Desert Lake: Art, Science and Stories from Paruku* (Canberra: CSIRO Publishing, 2013), 183.







3ª Parte:  
Conhecer a natureza





William Beinart

### **Invasões biológicas, biodiversidade e diversidade biocultural: alguns problemas conceituais para historiadores**

Esta apresentação tem por base um livro sobre a história da piteira, um cacto oriundo do continente Americano, na África do Sul e aproxima-se dos interesses de Jane Carruthers na troca de acácias entre a Austrália e a África do Sul.<sup>1</sup> Partindo deste caso específico, pretendo aqui generalizar e abordar uma das questões que considero centrais nos debates contemporâneos de história ambiental e conservação: como é que poderemos encontrar um equilíbrio entre a conservação da biodiversidade, de um lado, e, de outro, um reconhecimento de que as transferências de espécies integram sistemas dinâmicos de produção que têm sustentado as civilizações humanas e criado um valor incalculável? As transferências de plantas, incluindo algumas semi-invasoras, estão no cerne de muitas paisagens botânicas e culturais híbridas, algumas vezes valorizadas, que nunca vão ser completamente revertidas. Associado a esta questão, existe um conjunto de problemas referente à linguagem e conceitos usados para compreender tais alterações. O termo “transferências de plantas” fornece potencialmente uma perspectiva distinta da concedida por termos como invasões ambientais, alienígenas e imperialismo ecológico. Quer sejamos protecionistas, adeptos da restauração ecológica ou mesmo do hibridismo, a nossa linguagem molda as nossas análises e este debate também levanta questões sobre o próprio significado da biodiversidade, um conceito que geralmente exclui a agência e influência humanas. Poderá a diversidade biocultural ser desenvolvida como uma ideia mais totalizadora que seja útil para historiadores?

Simultaneamente, procuro explorar diferentes corpos de literatura, os quais não estão adequadamente integrados. Por um lado, os africanistas, os interessados em grupos subalternos noutros continentes e os que desenvolvem novos trabalhos sobre a diversidade biocultural tendem a privilegiar os interesses das pessoas, sobretudo dos colonizados e mais pobres. Por sua vez, a literatura sobre as invasões biológicas, bem como a economia ecológica, pioneira na ideia cada vez mais premente de serviços dos ecossistemas e respetiva quantificação, tende a enfatizar os custos ambientais e económicos

1 William Beinart e Luvuyo Wotshela, *Prickly Pear: The Social History of a Plant in the Eastern Cape* (Johannesburg: Wits University Press, 2011); Jane Carruthers e Libby Robin, “Taxonomic Imperialism in the Battles for *Acacia*: Identity and Science in South Africa and Australia,” *Transactions of the Royal Society of South Africa* 65, no. 1 (2010): 48–64.



das transferências de plantas. A título de exemplo, o milho, a piteira e a acácia-negra têm desempenhado um papel ambientalmente nocivo para a biodiversidade indígena da África do Sul, mas socialmente importante para os menos favorecidos. No caso da piteira e da acácia-negra, o seu valor tem sido realçado pelo seu potencial invasor. A acácia-negra, sujeita atualmente a uma das maiores campanhas de erradicação, tem também sido alvo de análises detalhadas por parte de cientistas e economistas, os quais argumentaram que os seus custos em relação ao consumo de água são muito superiores ao seu valor enquanto cultura agrícola ou fonte de lenha e materiais de construção para os mais pobres.<sup>2</sup> Contudo, existem contra-argumentações que questionam os cálculos,<sup>3</sup> sendo necessário perceber quem beneficia da água e quem beneficia da planta. Neste sentido, o valor da acácia-negra pode ter sido maior há algumas décadas, já que, atualmente, a eletrificação rural e novos estilos de construção podem estar a reduzir a procura e até a facilitar a invasão.

Um dos problemas neste debate é a tendência na literatura referente aos serviços dos ecossistemas de conceder valores muito elevados à biodiversidade indígena. Para os investigadores que recorrem a argumentos quantitativos para a proteção ambiental face às forças globais que priorizam a exploração, o potencial destes valores elevados é estimulante para repensar a história de ambientes naturais e espécies indígenas. Seriam a *Acacia karoo* (também merecedora de um livro) ou a *Themeda triandra* económica e ambientalmente mais importantes a longo prazo que os diamantes na África do Sul? A mesma questão poderia ser aplicada a espécies exóticas como o milho, acácia-negra e piteira. Contudo, o recurso a tais quantificações deve ser feito com cautela (por exemplo, na valorização da água), na medida em que podem ter impactos negativos nos modos de vida dos mais desfavorecidos.

Poucos protagonistas dos serviços dos ecossistemas consideram que as espécies exóticas podem também desempenhar papéis valiosos. Os meus limitados conhecimentos sobre esta literatura, onde o conceito de proteção da biodiversidade é central, sugerem que se focam na riqueza de ambientes imperturbados. Em 2010, Ano Internacional da Biodiversidade, Pavan Sukhdev, o primeiro autor de um artigo publicado na *Nature*, desenvolveu um argumento inovador, ao considerar que os serviços do ecossistema

2 M. P. de Wit, D. J. Crookes, B.W. van Wilgen, "Conflicts of Interest in Environmental Management: Estimating the Costs and Benefits of a Tree Invasion," *Biological Invasions* 3 (2001): 167–78.

3 Andreas de Neergaard et al., "Australian Wattle Species in the Drakensberg Region of South Africa – An Invasive Alien or a Natural Resource?" *Agricultural Systems* 85, no. 3 (2005): 216–33.

são mais benéficos para os mais pobres, nomeadamente em termos de acesso a bens públicos ou comuns.<sup>4</sup> Traz também as invasões biológicas para o centro da discussão sobre a degradação e custos ambientais, parecendo defender um conceito purista ou nativista de biodiversidade. O enfoque do relatório da UNEP, *Dead Planet Living Planet*, também recaiu em grande medida nos ecossistemas relativamente pouco perturbados.<sup>5</sup> Tais conceitos de biodiversidade têm uma aplicabilidade espacial limitada, muitas das vezes desprovida de dimensão histórica, e não permitem abarcar a diversidade real das espécies de plantas nas regiões mais inabitáveis do mundo, ou seja, a maior parte do mundo. Além disso, não podemos assumir, em termos históricos, que os mais pobres prefiram plantas indígenas ou retirem delas mais valor—isso quase certamente não é o caso para a maioria das comunidades africanas.

Michael Soulé considerou que “uma política de oposição cega às espécies exóticas tornar-se-á mais cara, mais irracional e, finalmente, contraprodutiva quando começar a atingir grandes proporções. Só as exóticas mais agressivas serão eliminadas no futuro.”<sup>6</sup> No seu entender, será necessário estudar ecologia híbrida ou mista para a maior parte do mundo. Termos como ecossistemas cosmopolitas ou multi-horticulturais também têm sido propostos para conceitualizar ecologias plurais, como grande parte da Grã-Bretanha, que é eminentemente híbrida. O conceito de biodiversidade não impossibilita tal abordagem, mas penso que o estudo da biodiversidade tende a desviar-se de áreas de hibridismo ou a julgá-las como sendo degradadas.

Esta visão que coloca as pessoas, sobretudo os mais pobres, e os seus direitos a recursos em primeiro plano será aqui considerada como tipicamente africanista ou populista. Defendi em publicações recentes que devemos ser cautelosos para não cairmos automaticamente nestas posições.<sup>7</sup> É também importante considerar o panorama geral da destruição massiva da natureza indígena a uma escala global, para a qual contribuem, cada vez mais, as invasões biológicas, segundo estudos científicos. As plantas introduzidas podem ser economicamente vantajosas por determinados períodos de tempo, mas o seu valor

4 Pavan Sukhdev, “Costing the Earth,” *Nature* 462, no. 7271 (2009): 277.

5 Christian Nellemann (ed.), *Dead Planet Living Planet: Biodiversity and Ecosystem Restoration for Sustainable Development* (UNEP, 2010), [http://www.unep.org/pdf/RRAccosystems\\_screen.pdf](http://www.unep.org/pdf/RRAccosystems_screen.pdf).

6 Michal E. Soulé, “The Onslaught of Alien Species, and Other Challenges in the Coming Decades,” *Conservation Biology* 4, no. 3 (1990): 233–39.

7 William Beinart, “African History and Environmental History,” *African Affairs* 99, no. 395 (2000): 269–302; William Beinart, Karen Brown e Dan Gilfoyle, “Experts and Expertise in Colonial Africa Reconsidered: Science and the Interpenetration of Knowledge,” *African Affairs* 108 (2009): 413–33.

pode diminuir como consequência de alterações utilitárias e tecnológicas ou ainda de mudanças em termos das percepções e valores estéticos.<sup>8</sup> Na África do Sul, o jacarandá foi intensivamente plantado nas estradas urbanas e valorizado pela sua sombra e flores—Pretoria chegou inclusive a ser denominada Cidade dos Jacarandás. Atualmente, a espécie é considerada invasora uma vez que pode afetar cursos de água sensíveis. A única região florística do Cape Floral Kingdom tem sido cada vez mais defendida e a Montanha da Tábua foi declarada Patrimônio Mundial da Humanidade, concedendo um novo ímpeto comercial e científico à conservação da biodiversidade indígena. Aqui, a erradicação de acácias australianas invasoras, que crescem ao lado da vegetação de fynbos, parece profundamente justificada.

De que forma poderemos ultrapassar estes dilemas? À semelhança de Guyer e Richards, considero essencial introduzir uma dimensão social e cultural nos debates acerca da biodiversidade.<sup>9</sup> Devemos desenvolver não só uma linguagem menos emotiva, mas também uma abordagem mais flexível que reconheça as transferências de plantas e o seu impacto na cultura humana, nomeadamente em áreas densamente povoadas e agrícolas, que cobrem grande parte da superfície terrestre. O termo “paisagem cultural” é muitas vezes usado para caracterizar estas áreas, mas tende a referir-se a ambientes que foram alvo de intervenções, incluindo construções, e não a paisagens mais irregulares que caracterizam muitos contextos urbanos e agrários. Um outro enfoque importante diz respeito à diversidade agroecológica, que abrange culturas agrícolas, apesar de tender a ser aplicada sobretudo a pequenas explorações com várias espécies, incluindo as nativas.

O conceito de diversidade biocultural pode ser útil para compreender algumas destas complexidades. Foi referido pela primeira vez no início dos anos 1990 por Darrel Posey, etnoentomólogo e ativista dos direitos dos povos indígenas, relativamente à América Latina.<sup>10</sup> O seu objetivo consistia em capturar a “ligação indissociável entre a diversidade biológica e cultural”, defender o conhecimento indígena e argumentar que, em certos locais-chave, como a Amazónia, a conservação da biodiversidade passaria pela proteção

8 Peter Coates, *American Perceptions of Immigrant and Invasive Species: Strangers on the Land* (Berkeley: University of California Press, 2007).

9 Jane Guyer e Paul Richards, “The Invention of Biodiversity: Social Perspectives on the Management of Biological Variety in Africa,” *Africa* 66, no. 1 (1996): 1–13.

10 Darrell A. Posey (ed.), *Cultural and Spiritual Values of Biodiversity* (London: United Nations Environmental Programme, 1999); Kristina Plenderleith (ed.), *Indigenous Knowledge and Ethics: A Darryl Posey Reader* (New York: Routledge, 2004).

dos povos indígenas, devido aos seus conhecimentos, capacidades e larga experiência histórica de viver numa espécie de equilíbrio com a natureza. A proteção da identidade cultural seria, assim, a forma mais eficaz de conservação da biodiversidade.

A ideia foi posteriormente desenvolvida em tentativas de mapear a diversidade biocultural a uma escala global, sendo a linguagem usada como o principal vetor cultural.<sup>11</sup> Loh e Harmon tentaram qualificar áreas de elevada diversidade natural e linguística indígenas,<sup>12</sup> incluindo a Amazônia, África central, da Nigéria à Tanzânia, e o sudeste asiático/Papua Nova Guiné. No seu entender, as áreas de elevada diversidade cultural indígena eram as zonas mais importantes em termos de biodiversidade global. Esta onda de investigações tentou demonstrar que a diversidade biológica e cultural estavam fortemente interligadas e eram constituintes uma da outra, apesar de não ter sido encontrada uma clara conexão causal. Os protagonistas consideraram que tais índices de diversidade biocultural tinham implicações tanto teóricas como práticas nos investimentos estratégicos na conservação da diversidade biocultural.

Em 2006, Michelle Cocks constatou, após uma revisão da literatura, que o termo tem sido aplicado, sobretudo, a povos “indígenas, tradicionais”<sup>13</sup> e defendeu a sua adaptação a contextos mais amplos, por forma a catalisar uma rápida mudança social e uma ideia mais fluida de cultura. Não obstante, os seus estudos de caso na África do Sul abrangem ainda as mudanças no uso de plantas indígenas, no Cabo Oriental, demonstrando tanto a sua centralidade na continuidade cultural, como a sua importância num contexto mais mercantil, por exemplo, como parte de um tráfico comercial de plantas medicinais. É também uma ativista, defensora do conhecimento africano de plantas e da sua preservação e trabalha junto de escolas e comunidades através de uma pequena ONG.

No meu entender, existem problemas ainda mais profundos para os historiadores com o conceito de diversidade biocultural tal como é geralmente empregue. A título de exemplo, um estudo sugere que o Cabo Ocidental e a Austrália Ocidental detêm, apesar de

11 Luisa Maffi, *On Biocultural Diversity: Linking Language, Knowledge and the Environment* (Washington: Smithsonian, 2001).

12 Jonathan Loh e David Harmon, “A Global Index of Biocultural Diversity,” *Ecological Indicators* 5 (2005): 231–41.

13 Michelle Cocks, *Wild Resources and Cultural Practices in Rural and Urban Households in South Africa: Implications for Bio-cultural Diversity Conservation* (Grahamstown: Institute of Social and Economic Research, Rhodes University, 2006).

uma elevada diversidade de plantas, uma diversidade cultural muito reduzida, com poucas línguas.<sup>14</sup> Nestes casos, as tentativas de mapeamento eram a-históricas e descuravam a diversidade linguística antes da colonização—por esse motivo, a diversidade linguística e cultural é maior no presente, certamente com mais do que três línguas faladas na Cidade do Cabo. O conceito ainda se centra essencialmente na preservação e proteção do indígena, quer seja a cultura ou a natureza. O indigenismo é um conceito problemático por si só e, mais uma vez, ao contrário da biodiversidade, esta versão da diversidade biocultural falha ao lidar com mudanças ambientais, culturais e hibridismos.

De forma a tornar a diversidade biocultural um conceito mais abrangente, seria necessário incluir uma noção mais fluida de cultura e uma capacidade de catalisar a mudança histórica. Seria também necessário incluir todo o conjunto de plantas que são valorizadas, usadas ou toleradas pelas pessoas, bem como as intrusivas, exóticas ou indígenas. É necessário um conceito que reconheça a “agência” de espécies naturais, tais como as plantas invasoras (ou, pelo menos, as suas estratégias de reprodução e sobrevivência), em interação com a agência e cultura humanas. Também precisamos de um conceito mais flexível de biodiversidade. Será que a piteira aumenta ou diminui a biodiversidade? Numa escala nacional, poderia ser argumentado que as mais de 7000 espécies de plantas introduzidas na África do Sul se enquadram na primeira hipótese. Contudo, numa escala local, onde uma espécie exótica específica se torna dominante, podem suprimir outras espécies.

Tal abordagem à diversidade biocultural, que aceita implicitamente—e, espero, legítima—ecologias híbridas, não implica necessariamente um afastamento da proteção da biodiversidade indígena. Parece-me completamente plausível reconhecer biomas distintos, característicos de diferentes áreas, muitos dos quais estão ameaçados. Não pretendo abandonar um conceito de degradação ambiental e perda da biodiversidade, mas antes defender um argumento mais forte para diferenciação espacial de espaços protegidos. As paisagens culturais devem ser também reconhecidas pela sua beleza e valor (tal como acontece nos locais que são Património Mundial da Humanidade), mesmo que tenham vegetação exótica.

14 Larry J. Gorenflo et al., “Cooccurrence of Linguistic and Biological Diversity in Biodiversity Hotspots and High Biodiversity Wilderness Areas,” *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America* 109, no. 21 (2012): 8032–37.

Analisar e mapear a cultura e natureza em conjunto e ao longo do tempo é uma tarefa ambiciosa. Para Loh e Harmon, “a diversidade biocultural pode ser pensada como a soma total das diferenças do mundo, independentemente da sua origem. Inclui a diversidade biológica a todos os níveis, dos genes às populações, das espécies aos ecossistemas; a diversidade cultural em todas as suas manifestações (incluindo a diversidade linguística), das ideias individuais a culturas completas; e, mais importante, as interações entre todos estes aspetos.”<sup>15</sup> Esta é uma tarefa extraordinariamente ambiciosa e distinta do que tem vindo a ser feito até aqui. A minha sugestão é, essencialmente, uma abordagem totalizadora à história ambiental. Provavelmente, não basta um simples conceito como diversidade biocultural, o qual irá perder, efetivamente, alguma incisividade caso se torne demasiado abrangente. A alternativa reside, em parte, numa história ambiental mais descritiva que tente mapear e avaliar a complexidade da mudança em termos sociais e naturais. Esta é uma abordagem mais confortável para historiadores, que também irão discordar acerca do equilíbrio entre as prioridades humanas, da conservação do ambiente e da biodiversidade.

15 Loh e Harmon, “A Global Index,” 231–32.



Etienne Benson

## A biopolítica da fronteira

Começamos com uma história sobre ciência. Nas primeiras décadas do século XX, o ornitólogo britânico Henry Eliot Howard fez uma descoberta notável. Numa série de livros que culminou com *Territory in Bird Life*, de 1920, Howard descreveu o instinto para a posse de “território” que descobriu em toutinegras e outras aves. No seu entender, o ímpeto para reivindicar e defender uma parcela da paisagem claramente delimitada era o fator dominante na vida social das aves. Entre outros, definia quais os machos que se poderiam reproduzir, mantinha um balanço entre a população e os seus recursos, determinava a distribuição espacial das aves na paisagem e explicava o que as levava a cantar.<sup>1</sup>

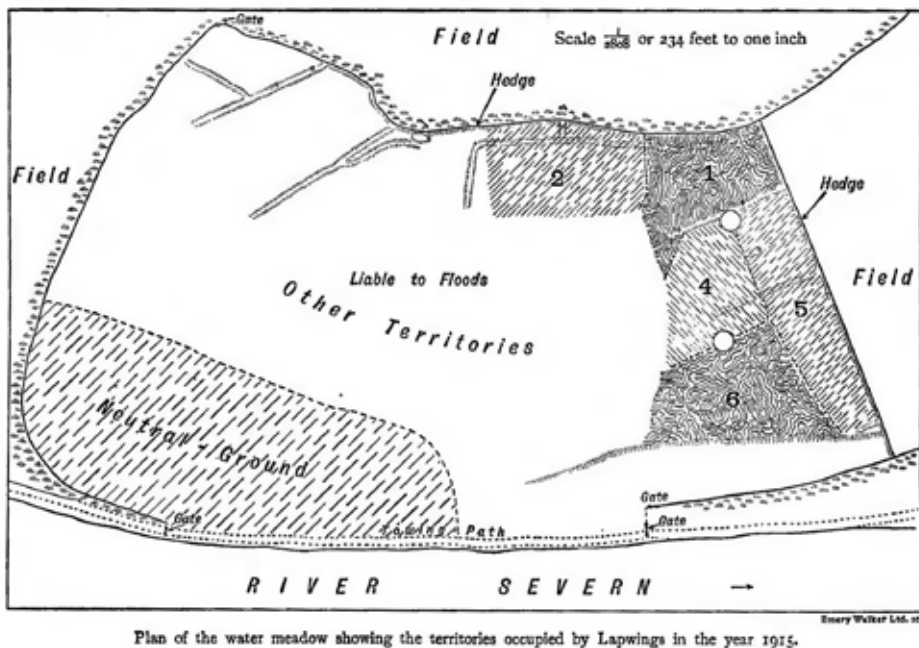


Figura 1: Mapa dos territórios de abibes machos perto da casa de Howard, em 1915, que lançam pistas sobre a importância das fronteiras territoriais humanas. H. Eliot Howard, *Territory in Bird Life* (London: John Murray, 1920), 58–59.

Howard não foi o primeiro a fazer tais afirmações, mas o seu trabalho teve um impacto muito superior ao dos seus antecessores. A partir da década de 1920, muitos biólogos

1 H. Eliot Howard, *Territory in Bird Life* (London: J. Murray, 1920).



seguiram o seu exemplo e o enfoque da etologia e o estudo do comportamento animal passou a recair sobre a territorialidade. No início da década de 1930, a ornitóloga americana Margaret Morse Nice advertiu para o facto de os seus colegas estarem “em perigo de se tornar obcecados pelo território”, perigo esse que, na década de 1960, estendeu-se a mamalogistas, ictiólogos, entomólogos, primatólogos e antropólogos. Esta centralidade no território viria a desvanecer-se na década de 1970, com o surgimento de novos modelos evolutivos, segundo os quais o território não era considerado o fator dominante na vida social animal, mas apenas uma de várias estratégias de maximização do *fitness* individual. Não obstante, o território e a territorialidade continuaram a ser críticos na caixa de ferramentas conceptual dos etólogos.<sup>2</sup>

Agora uma história sobre política. De acordo com o historiador diplomático Charles Maier, na década de 1860 teve início uma nova fase na história do Estado-nação territorial. De facto, foi a primeira transição significativa no sistema internacional, desde que a Paz de Vestefália estabeleceu, em 1648, os princípios modernos do Estado soberano. No final do século XIX, assistiu-se a uma intensificação radical do controlo das terras dentro das fronteiras nacionais, com auxílio de tecnologias como a ferrovia, o telégrafo e o recenseamento. Não satisfeitos com a mera extração de impostos nos territórios que controlavam, os países concentraram poder nas administrações nacionais e encarregaram-se de definir e defender as fronteiras, promover o crescimento económico e gerir populações.<sup>3</sup>

Este “redimensionamento territorial”, como Maier o denomina, atingiu o seu apogeu na década de 1960, com a desintegração dos impérios europeus e o surgimento de movimentos nacionalistas de independência. Contudo, a partir da década de 1970, a liberalização económica, o surgimento de poderosos agentes não estatais e a multiplicação de mecanismos de governança internacional puseram em causa o poder do estado soberano. Não obstante, mesmo com o seu domínio posto em causa, o poder do Estado-nação territorial permanece até o século XXI.<sup>4</sup>

- 2 Margaret Morse Nice, “The Theory of Territorialism and Its Development,” in *Fifty Years' Progress of American Ornithology, 1833-1933*, eds. T.S. Palmer e Frank M. Chapman (Lancaster, PA: American Ornithological Union, 1933), 89–100, citado em Richard W. Burkhardt, Jr., *Patterns of Behavior: Konrad Lorenz, Niko Tinbergen, and the Founding of Ethology* (Chicago: University of Chicago Press, 2005), 94.
- 3 Charles S. Maier, “Consigning the Twentieth Century to History: Alternative Narratives for the Modern Era,” *American Historical Review* 105, no. 3 (2000): 807–31. Ver também: James Scott, *Seeing like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed* (New Haven: Yale University Press, 1998).
- 4 Saskia Sassen, *Territory, Authority, Rights: From Medieval to Global Assemblages* (Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2006).

As narrativas precedentes sobre ciência e política foram apresentadas como se não estivessem interligadas—sem uma fronteira comum, digamos—mas as coincidências em termos temporais e no entendimento do território são evidentes. Apesar da investigação biológica sobre a territorialidade animal ter começado várias décadas após o início do novo regime geopolítico documentado por Maier, tanto o estudo do território biológico como o do crescimento dos Estados-nação territoriais parecem ter atingido o seu auge na década de 1960, seguido de um declínio posterior ou, pelo menos, de novos e, curiosamente, semelhantes desafios. Além disso, parecem estar baseados num modelo de território muito semelhante. Como poderemos compreender as ressonâncias entre estes campos tão díspares?

Existem duas formas comuns de responder a este tipo de interrogação. A primeira consiste em defender que os biólogos estavam apenas a projetar conceitos e preconceitos humanos no mundo natural. Maier baseou-se neste argumento para explicar as aparentes ressonâncias entre ideias sobre força na política e na física, no final do século XIX, na medida em que tanto os políticos como os cientistas partilhavam uma “imaginação espacial abrangente” das suas épocas. Aqui, a causalidade vai da cultura para a natureza. Os biólogos interpretaram o comportamento animal em termos territoriais semelhantes aos dos Estados-nação modernos, visto que o conceito era essencial para as culturas de que faziam parte. Poderemos considerar que Howard se centrou no território na vida das aves porque vivia num Estado-nação territorial, da mesma forma que Charles Darwin poderá ter considerado a competição como natural por estar imerso numa sociedade competitiva, na época Victoriana.<sup>5</sup>

A segunda abordagem consiste em defender que o recurso a conceitos semelhantes para explicar o comportamento humano e animal se deve ao facto de ambos se assentarem em raízes biológicas comuns. Esta forma de explicação tem poucos aderentes entre os historiadores, mas é popular na psicologia evolutiva e sociobiologia, tanto nas suas formas académicas como populares. Aqui, a causalidade vai da natureza para a cultura. Os proponentes deparam-se com o desafio de considerar as alterações no comportamento territorial em escalas históricas, mas o desafio não é insuperável. O conceito de territorialidade tem demonstrado ser suficientemente flexível para abranger tanto o território de caça tribal, como o Estado-nação moderno, tanto a área patrulhada por um grupo de

5 Maier, “Consigning the Twentieth Century to History,” 818; Robert M. Young, “Malthus and the Evolutionists: The Common Context of Biological and Social Theory,” *Past & Present* 43 (1969): 109–45.

chimpanzés, como o ninho defendido pelo peixe esgana-gato. As alterações históricas podem ser expressas em termos de territorialidade sem pôr em causa a constância fundamental do instinto. Podemos, assim, argumentar que o território desempenhou um papel central na diplomacia e etologia do século XX devido à sua centralidade nas vidas dos humanos e de muitos outros animais. Apenas foi aproveitado o florescimento das ciências biológicas no século XX para tornar claro esse facto.<sup>6</sup>

Não obstante as diferenças destas duas formas de explicação, ambas emergem da mesma matriz de crítica moderna e são o reverso da mesma moeda crítica. Como Bruno Latour referiu, esta forma de crítica começa por dividir o mundo em duas partes, *natureza* e *cultura*, e prossegue com a demonstração do modo como um fenómeno que pertence aparentemente a uma destas divisões da realidade é, na verdade, determinado pela outra. O aparente fator biológico do território na vida das aves é, de facto, uma interpretação cultural do comportamento animal à luz do conceito humano de território. Da mesma forma, uma instituição que parece ser unicamente humana, o Estado-nação, resulta de um processo ecológico e evolutivo comum a aves e humanos. Qualquer um destes mecanismos de crítica ficaria num impasse, sem a possibilidade de passar para o outro lado do dualismo natureza/cultura.<sup>7</sup>

Os debates sobre a evolução e a natureza humanas, que têm persistido desde as controvérsias da sociobiologia nos anos 1970 (mais concretamente, desde Darwin) têm demonstrado quais os impasses que essa dicotomia pode originar. Contudo, se nos recusarmos a sustentar a nossa crítica na divisão da realidade em duas esferas, natural e cultural, o que poderemos dizer sobre a ressonância misteriosa entre a compreensão do comportamento animal e a estrutura de sistemas políticos humanos com os quais iniciámos? Não nos podemos contentar com a consideração de que a territorialidade é “meramente” cultural ou “meramente” natural, nem poderemos resolver o problema com o argumento de que é um híbrido de natureza e cultura, uma “naturezacultura”. Se esta divisão é ilusória, como as ilusões visuais da psicologia Gestalt, há poucas vantagens em dizer que se vê um pato ou um coelho, um componente biológico ou cultural da territorialidade. Tal resposta apenas reitera a ambivalência que reveste a dicotomia

6 Robert Ardrey, *The Territorial Imperative: A Personal Inquiry into the Animal Origins of Property and Nations* (New York: Atheneum, 1966); Dale Peterson e Richard Wrangham, *Demonic Males: Apes and the Origins of Human Violence* (New York: Houghton Mifflin, 1996).

7 Bruno Latour, “Why Has Critique Run Out of Steam? From Matters of Fact to Matters of Concern,” *Critical Inquiry* 30, no. 2 (2004): 225–48.

que estamos a tentar ultrapassar. Continuando com a metáfora visual, ela não permite considerar a emergência da própria ilusão ou explicar o motivo da existência de linhas na página.<sup>8</sup>

Uma abordagem mais promissora combinaria, no meu entender, uma história cultural da ciência com uma abordagem das alterações biológicas e ecológicas ao longo dos tempos. Passível de demonstrar a forma como o conhecimento surge em situações socioecológicas específicas, ajuda a transformar essas situações e, desse modo, altera as condições para a produção de mais conhecimento. No caso da territorialidade, em vez de se recorrer às ideias de cientistas ou à organização dos Estados como ponto de partida, tal abordagem poderia começar, em alternativa, com os humanos e animais que coexistem na mesma paisagem, competindo e, às vezes, cooperando pelo que necessitam e pretendem. Quando os políticos e cientistas entraram na história, fizeram-no como atores, na tentativa de compreender e reordenar a paisagem e as relações no seu seio, de acordo com novos princípios, com o enfoque dos políticos a recair largamente nos humanos e o dos cientistas nos não humanos.<sup>9</sup>

Não obstante, cedo se torna evidente que até esta divisão entre humanos e não humanos é muito ténue. Os políticos estariam sempre preocupados com a produtividade das vacas, o contágio de doenças transmitidas por insetos e outras questões biológicas, enquanto os biólogos se centrariam nos programas de desenvolvimento económico, controlo de fronteiras e outras questões políticas. A política passaria a ter muito que ver com a natureza e a biologia com a sociedade. Tanto a ciência como a política estariam a contribuir para um sistema de conhecimento e poder—um sistema biopolítico, no sentido foucaultiano—que governou as vidas dos humanos e animais em termos espaciais e temporais. No século XX, um exemplo relevante pode ser encontrado na história dos parques nacionais e outras áreas protegidas, onde os conceitos políticos e biológicos de território estariam explicitamente articulados entre si, embora muitos outros potenciais exemplos pudessem ser referidos.<sup>10</sup>

8 Donna J. Haraway, *Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature* (New York: Routledge, 1991).

9 Susan Pearson e Mary Weismantel, "Does the Animal Exist? Toward a Theory of Social Life with Animals," in *Beastly Natures: Animals, Humans, and the Study of History*, ed. Dorothee Brantz (Charlottesville: University of Virginia Press, 2010), 17–37.

10 Jane Carruthers, "National Parks, Civilization and Globalization," in *Civilizing Nature: National Parks in Global Historical Perspective*, eds. Bernhard Gissibl, Sabine Höhler e Patrick Kupper (New York: Berghahn, 2012), 256–65; Michel Foucault, *Security, Territory, Population: Lectures at the Collège de France, 1977–1978* (New York: Palgrave MacMillan, 2009).

Um enfoque sobre situações em que cientistas, políticos e outros animais de vários tipos se encontraram em momentos históricos específicos poderá lançar nova luz sobre o trabalho de Howard acerca do território e sobre a trajetória do conceito durante o século XX, através da ciência e da política. Nascido em 1873, em Worcestershire, na região inglesa West Midlands, não muito longe dos centros industriais de Birmingham e Worcester, Howard passou grande parte da sua vida ativa como diretor de grandes siderurgias. Enquanto ornitólogo amador, fez as suas observações de aves e respetivos territórios nos tempos livres, nos terrenos à volta da sua casa de campo, perto de Stourport-on-Severn, ou no local de nascimento da sua mulher, no noroeste da Irlanda, que visitava frequentemente.<sup>11</sup>

Nestas condições, não é difícil perceber o grau de familiaridade de Howard não só com as aves e respetivos habitats, como também com a divisão da paisagem pelos humanos. Saber que as fronteiras legais e diplomáticas separavam as cidades, regiões e países, que as cercas, marcadores e linhas no mapa demarcavam a propriedade privada e que os direitos consuetudinários ora reforçavam, ora prejudicavam, disposições legais. Teria considerado, possivelmente, os impactos das fronteiras humanas na vida das aves, determinando os tipos de alimentos e abrigos disponíveis, assim como o número e tipo de predadores. Teria também considerado a forma como a presença ou ausência de certos tipos de animais influenciou a forma das perceções humanas de certas partes da paisagem. O seu objeto de estudo estaria numa paisagem exaustivamente territorializada.

O facto de pouco deste conhecimento situado aparecer na obra escrita de Howard é um indício do poder das divisões disciplinares que separam as ciências humanas e as ciências naturais. Se tivesse aparecido, poderia ter tornado claro que a ressonância entre as teorias do território na vida das aves e a estrutura do Estado-nação no século XX não se devia apenas à projeção de traços humanos nos animais, por parte dos biólogos, nem apenas às raízes biológicas comuns do comportamento animal humano e não humano, apesar de ambos desempenharem certamente um papel importante. Resultou igualmente da situação partilhada, simultaneamente biológica, ecológica, social, cultural, política e económica, em que humanos e outros animais se encontravam e que era a pré-condição necessária para a produção de qualquer tipo de conhecimento.

11 Richard Burkhardt, Jr., "Howard, Henry Eliot," *Complete Dictionary of Scientific Biography*, <http://www.encyclopedia.com/doc/1G2-2830905767.html> (acedido a 29 de maio de 2013); Burkhardt, *Patterns of Behavior*, 92–98.

Saul Dubow

## Aventuras em Gondwana: a ciência no Sul

Muito antes da moda moderna da história global, pensadores científicos e visionários começaram a pensar em termos de vastas escalas temporais e geográficas. Por volta de 1912, o meteorologista e geofísico alemão Alfred Wegener propôs o conceito extravagante de deriva continental, embora tenha sido necessário quase meio século para que a ideia obtivesse um apoio científico maioritário. Um dos mais recentes apoiadores de Wegener foi o eminente geólogo e arqueólogo sul-africano, Alex L. du Toit, cujo trabalho pioneiro para a Comissão Geológica da Colônia do Cabo se focou na bacia seca do Karroo, com o seu rico conjunto de estratos geológicos e fósseis pré-históricos. Em 1921, du Toit propôs a Gondwana como uma massa terrestre única convergente no Pólo Sul. Este supercontinente começou a fraturar-se há cerca de 160 milhões de anos, dando origem às massas terrestres da África, América do Sul, Índia e Austrália.

Em *Our Wandering Continents* (1937), du Toit procurou explicar a “arquitetura do mundo”.<sup>1</sup> Apesar de ser dedicada à memória de Alfred Wegener, esta obra veio, na verdade, modificar a visão de Wegener da existência de um único supercontinente, a Pangea, ao propôr a existência de duas grandes massas continentais hemisféricas: Laurásia, no norte, e Gondwana, no sul. Até ao início da década de 1960, quando a teoria das placas tectônicas viria a ser amplamente aceite, a teoria Wegener-du Toit de uma deriva continental foi “fortemente ridicularizada nas principais universidades do hemisfério norte”.<sup>2</sup> Quando da sua morte, em 1948, foi aclamado como possivelmente o “maior cientista que a África do Sul tinha produzido”.<sup>3</sup>

O potencial ideológico e científico da visão iconoclasta da história geológica global proposta por du Toit foi imediatamente reconhecido pelo político sul-africano Jan Smuts, que aproveitou a ciência como um meio de projetar as ambições nacionais da África do Sul a uma escala internacional. A filosofia pessoal holística de Smuts propunha uma visão cosmológica, de acordo com a qual todos os elementos do conhecimento (e fé) estavam conectados. O holismo ajudou-o a conceber a África do Sul como um Estado-

1 Sidney H. Haughton, *Obituary Notices of Fellows of the Royal Society* 6, no. 18 (1949): 385–95.

2 Arthur B. Ford, “The Road to Gondwana via the SCAR Symposia,” in *Antarctica: Contributions to Global Earth Sciences*, ed. Dieter K. Fütterer et al. (Berlin: Springer, 2006), 3.

3 “Obituary: Alexander Logie du Toit,” *The South African Archaeological Bulletin* 3, no. 9 (1948): 14.

-nação racialmente exclusivo e como um elemento vital da expansão do *Commonwealth* britânico, suficientemente vasto para integrar um sentimento nacionalista colonial crescente no seio dos domínios dos brancos e Cristãos.

Teoricamente, o Smutsianismo era maior do que a soma das suas partes. Contudo, a realidade da sociedade sul-africana racialmente dividida implicava que não poderia ou deveria ser concedido um estatuto igualitário a todas as partes humanas: o entendimento de Smuts de uma unidade superior pressupunha uma diversidade subjacente, pelo que a sua teoria do holismo pode ser tida como uma leitura conservadora da ciência evolutiva, a qual naturalizou as hierarquias sociais e raciais. Atento às interações complexas e adaptativas entre os organismos e os seus ambientes, o holismo serviu de inspiração para o que Peder Anker apelidou de “ecologia imperial”.<sup>4</sup>

A hipótese de Wegener e a mudança para o hemisfério sul interposta por Alex du Toit enquadravam-se na perspetiva geral de Smuts. Em 1925, numa notável palestra sobre o tópico da “África do Sul na Ciência”, Smuts procurou reorientar perspetivas científicas do norte para o sul. As ideias de Wegener não permitiam fazê-lo, enquanto as correções esclarecedoras permitiam compreender Gondwana. Smuts assumiu África como o “continente mãe” do hemisfério sul, a partir do qual a América do Sul, Índia, Austrália e Madagáscar se teriam posteriormente dividido. Ao colocar a África do Sul no centro desta “grande divisão”, Smuts estava a destacar a singularidade do país, bem como a sua importância universal, recorrendo habilmente a evidências de áreas como a botânica, zoologia, meteorologia, astronomia e paleontologia para defender o seu caso.

Smuts estava particularmente encantado com a recente descoberta feita pelo anatomista físico australiano, Raymond Dart, do *Australopithecus africanus*, que tinha acabado de ser recuperado de uma pedra de cal em Taung, no Cabo Setentrional. Contra a opinião científica prevalente (e espelhando o ceticismo do hemisfério norte sobre as teorias Gondwana da deriva continental), Dart defendeu que o *Australopithecus africanus* era o “elo perdido” crucial na evolução dos homínídeos, pelo que a sua descoberta validava a especulação de Darwin de que África seria o berço da humanidade.<sup>5</sup>

4 Peder Anker, *Imperial Ecology: Environmental Order in the British Empire, 1895-1945* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2001).

5 Saul Dubow, *A Commonwealth of Knowledge: Science, Sensibility and White South Africa 1820-2000* (Oxford: Oxford University Press, 2006).

Com base em premissas completamente diferentes das de Smuts, mas considerando alguns dos mesmos temas, Jane Carruthers tem explorado ao longo da sua notável carreira académica “aquilo que significa ser africano num mundo crescentemente transnacional”.<sup>6</sup> A sua abordagem à história ambiental está sempre alerta para a interconexão global. Contudo, enquanto alguns historiadores globais tendem a evitar as fronteiras nacionais, Carruthers permanece ciente das especificidades do estado sul-africano, bem como da porosidade da África Austral e das suas fronteiras enquanto região geopolítica.

No seu estudo de referência sobre a política ambiental do Parque Nacional Kruger, Carruthers, como William Beinart, baseou-se nas ideias conservacionistas dos Estados Unidos, embora a maioria do seu trabalho se foque nas interconexões no hemisfério sul, nomeadamente entre a África do Sul e a Austrália, que, com histórias partilhadas enquanto sociedades de colonos brancos dentro do império britânico, pedem, de facto, uma comparação. As suas heranças científicas têm muitas semelhanças e tem havido uma longa tradição de intercâmbio, para além de que as influências intelectuais têm sido movidas lateralmente entre ambos os países e mediadas indiretamente pela metrópole britânica.

Atualmente, a cooperação política Sul-Sul é muitas vezes invocada em termos entusiasmados, sobretudo enquanto rejeição de atitudes imperialistas e do domínio do hemisfério norte. Um importante projeto de investigação baseado na Austrália sobre etnicidade no Sul Global, liderado por Warwick Anderson da Universidade de Sidney, pretende evidenciar complementaridades intelectuais e redes comuns. Não obstante, as semelhanças não devem obscurecer as diferenças e tensões no seio do Sul Global. Os limites da cooperação são tão importantes como as possibilidades.

No seu estudo atento sobre “nacionalismos botânicos” em competição na África do Sul e Austrália, Libby Robin e Jane Carruthers demonstraram como a política da nomenclatura botânica dividiu a África do Sul (e África, em geral) da Austrália em Congressos Internacionais Botânicos consecutivos (em Viena, 2005, e Melbourne, 2011). Em pauta estava a disputa acerca do “tipo” de classificação do género *Acacia*: Africano ou Australiano. O estudo de Robin e Carruthers sobre as políticas institucionais e intelectuais em causa constitui um bom exemplo sobre as formas como os nacionalismos locais estão envolvidos num contexto global. Foi interessante descobrir que, em 1911, na ocasião da

6 Jane Carruthers, “Tracking in Game Trails: Looking Afresh at the Politics of Eco-history in South Africa,” *Environmental History* 11, no. 4 (2006): 804–29.



coroação do Rei George V, a acusação de que a África do Sul estava a roubar o emblema floral nacional da Austrália, nomeadamente a *sua* preciosa acácia (*Acacia*), espoletou as sensibilidades diplomáticas e nacionalistas coloniais.<sup>7</sup> A questão mais vasta defendida por Robin e Carruthers é que as complexidades dos nacionalismos, perspectivas e afinidades locais têm de ser sempre levadas em conta na história comparativa do império.

Um argumento semelhante foi recentemente apresentado por Bennett na sua história sobre as tentativas de estabelecimento de uma escola florestal em Tokai, Cidade do Cabo, em 1905-1906. Esta iniciativa particular foi parte de um conjunto de esforços desenvolvidos antes e imediatamente após a unificação política da África do Sul, em 1910, para criar instituições científicas e técnicas nacionais viáveis. A silvicultura foi, desde longa data, um espaço de partilha da experiência intercolonial, havendo redes intrainperiais bem estabelecidas e as trocas botânicas eram uma característica estabelecida dos impérios britânico e holandês. O Jardim Botânico Nacional Kirstenbosch, fundado em 1912, era a síntese do sul-africanismo em ação. Não obstante, enquanto o Kirstenbosch florescia, a tentativa de criar uma escola nacional de silvicultura na vizinha Tokai fracassou, muito devido a rivalidades intercoloniais e sensibilidades que afetavam o ainda não unificado Estado. O ideal partilhado de “silvicultura imperial”, tal como aquele expressado na que viria a ser a primeira escola de silvicultura na África do Sul (bem como no hemisfério sul), não foi cumprido.<sup>8</sup>

A relativa ambivalência da África do Sul sobre a exploração da Antártica é uma outra instância em que a colaboração Sul-Sul foi prosseguida ineficazmente. A era heróica imperial da exploração polar já tinha passado quando Smuts, na palestra de 1925 previamente referida, apoiou fortemente um apelo feito por G. C. Simpson, diretor do Instituto de Meteorologia de Londres, para uma colaboração internacional nas estações meteorológicas na Antártica.<sup>9</sup> Nesta altura, o explorador polar australiano George Hubert Wilkins também apresentou planos semelhantes, onde se incluiria a África do Sul, que tinha interesses económicos e estratégicos no Atlântico Sul, como a caça

7 Libby Robin e Jane Carruthers, “National Identity and International Science: The Case of *Acacia*,” *Historical Records of Australian Science* 23 (2012): 34–54; ver também Jane Carruthers e Libby Robin, “Taxonomic Imperialism in the Battles for *Acacia*: Identity and Science in South Africa and Australia,” *Transactions of the Royal Society of South Africa* 65, no. 1 (2010): 48–64.

8 Brett M. Bennett, “The Rise and Demise of South Africa’s First School of Forestry,” *Environment and History* 19 (2013): 63–85. Para mais discussões sobre as rivalidades regionais que a unificação sul-africana gerou nas comunidades e instituições científicas, ver Dubow, *A Commonwealth of Knowledge*.

9 Jan Christiaan Smuts, “South Africa in Science,” *South African Journal of Science* 22 (1925): 14.

à baleia e pesca. Havia também apoio para uma expedição sul-africana à Antártica por parte de um professor australiano de zoologia da Universidade de Stellenbosch, E. J. Goddard, que ressaltou a questão do prestígio nacional e da cooperação internacional da *Commonwealth*.<sup>10</sup>

As afinidades australianas com a Antártica e com a ideia de Gondwana, tão bem evocadas no apelo de Tom Griffiths a uma abordagem “temporalmente profunda” à história ambiental e ecológica, têm despertado até agora um interesse intermitente na África do Sul.<sup>11</sup> Apesar de haver certo entusiasmo entre alguns grupos para estabelecer um “setor” sul-africano soberano na Antártica, o expansionismo Smutsiano em direção ao sul foi pouco concretizado durante o período entre guerras. Um esforço mais acordado da África do Sul para estabelecer a sua presença na Antártica foi, de facto, prosseguido durante os anos do *apartheid*, com o estabelecimento de estações meteorológicas nas Ilhas Marion e Gough, em 1948.<sup>12</sup> Uma década depois, a África do Sul assumiu oficialmente uma base norueguesa na Antártica e, no ano seguinte, tornou-se um dos doze estados fundadores signatários do Tratado da Antártica. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Eric Louw, que defendeu veementemente os interesses diplomáticos da África do Sul nas Nações Unidas nesta altura, encabeçou as reivindicações nacionais na Antártica. Numa altura em que o país enfrentava pressões crescentes para se isolar internacionalmente, uma presença visível na Antártica era extremamente atrativa, ao permitir provar o posicionamento científico e diplomático do país num mundo hostil.<sup>13</sup>

O ambiente político mais ameno da África do Sul no pós-*apartheid* concedeu novas possibilidades para uma maior colaboração científica internacional. Aqui os resultados são mistos. No que diz respeito à pesquisa na Antártica, um novo navio de investigação polar bem equipado, *SA Agulhas II*, entrou em funcionamento em 2012, embora não tenha sido totalmente utilizado até agora. Há preocupações de que o potencial do país para ter um verdadeiro impacto na investigação do Oceano Antártico não tem sido totalmente alcançado, devido a falhas governamentais para cumprir com promessas amplamente

10 Susanna Maria Elizabeth van der Watt, “Out in the Cold: Science and the Environment in South Africa’s Involvement in the Sub-Antarctic and Antarctic in the Twentieth Century” (Dissertação de Doutoramento, University of Stellenbosch, 2012), 33–35.

11 Tom Griffiths, *Slicing the Silence: Voyaging to Antarctica* (Sydney: UNSW Press, 2007), ch. 4; “Environmental History, Australian Style,” *Environmental Humanities* (a publicar, 2014), <http://environmentalhumanities.org/>.

12 Stanley P. Jackson, “Meteorology and Climatology,” in *A History of Scientific Endeavour in South Africa*, ed. Alec C. Brown (Cape Town: Royal Society of South Africa, 1977), 402.

13 Klaus J. Dodds, “South Africa and the Antarctic, 1020-1960,” *Polar Record* 180 (1996): 36–37.

divulgadas.<sup>14</sup> Em vez disso, espera-se mais do anúncio em 2012 de que a África do Sul iria cooperar com a Austrália num outro grande programa científico, o poderoso radiotelescópio Square Kilometre Array, o que vai permitir aos astrónomos recuar no tempo até à formação das primeiras estrelas e galáxias.

O poder do Square Kilometre Array depende de redes de conhecimento colaborativo bem conectadas. Foram investidas elevadas quantias de dinheiro pela África do Sul e competidores para garantir um resultado favorável, uma vez que vencer a licitação é sinónimo de prestígio para os países envolvidos. Em última instância, a decisão de centrar o projeto de €1.5 biliões na Austrália Ocidental ou no Cabo Setentrional, na África do Sul, resultou num compromisso salomónico em que ambos os países partilham um acordo duplo.

Esta solução largamente imprevista serve de advertência para o facto de as iniciativas científicas colaborativas transnacionais estarem raramente isentas de rivalidades. Apesar de reivindicarem a universalidade (e o que poderia ser mais universal do que um projeto para explorar o início do próprio universo), a ciência permanece profundamente nacional e significativamente competitiva, o que nem sempre é suficientemente reconhecido.

De modo semelhante, os historiadores da produção do conhecimento transnacional recorrem frequentemente à linguagem metafórica do mapeamento, *networking* e rede para demonstrar que as ideias não se dispersam do exterior para um centro. Pelo contrário, o processo é de reciprocidade e influência mútua, pelo que proliferam palavras como “hibridismo”, “fluidez” e “interpenetração”. Os autores que adotam tais abordagens “descentralizadas” assumem implicitamente que a mutualidade é benéfica para todos e que os esforços para transcender as fronteiras insulares do Estado-nação devem ser uma boa coisa. Em parte, podem sê-lo. Uma das fraquezas da história global consiste na sua tendência para “enfraquecer” diferenças na procura de congruência, escala e padrões de decisão. Jane Carruthers não comete este erro, ao englobar a dimensão histórica, ao mesmo tempo que não descuida os contextos e instituições locais que afetam a produção de conhecimento ambiental e científico. Este é um dos pontos fortes da sua abordagem enquanto historiadora ambiental.

14 Anne M. Treasure et al., “South African Research in the Southern Ocean: New Opportunities but Serious Challenges,” *South African Journal of Science* 109, no. 3–4 (2013): 1–4.

Libby Robin

## Biografia e empreendimento científico

### I. Fora da África

Jane Carruthers é uma líder mundial na análise da história social dos parques nacionais. A partir da sua “fronteira” na África do Sul, narra a história dos esforços políticos e sociais que deram origem ao maior e mais famoso parque nacional da África do Sul: o Kruger. No seu entender, tratou-se de uma história do republicanismo de 1925, já que atribuir ao novo parque o nome do ex-presidente heróico Kruger “era consistente com a visão africânder de saudar os heróis nacionais, dando o seu nome a monumentos e instituições”.<sup>1</sup> O apoio africânder dado ao Parque Nacional Kruger assegurou o sucesso do parque. Este monumento direcionado para um tipo específico de nacionalismo protegia simultaneamente a vida selvagem do Transvaal.

Através da biografia do primeiro diretor do parque, James Stevenson-Hamilton, Jane explorou a história popular que liga Paul Kruger à preocupação pela fauna africana. Embora Kruger tenha sido um famoso caçador e o responsável pela primeira reserva de caça estatal no Transvaal, na década de 1880, isto não parece ter sido determinante para a decisão de nomear o parque, em 1925. Na verdade, esta história fora descoberta por Stevenson-Hamilton poucos anos após a declaração do parque.<sup>2</sup> Assim, a ideia de que Kruger, o grande caçador, era um defensor de parques nacionais foi adaptada *a posteriori* por Stevenson-Hamilton, mais de uma década depois da nomeação do Parque Nacional Kruger, provavelmente como uma forma de atrair mais apoio para a proteção da vida selvagem.

Stevenson-Hamilton não foi, contudo, o único a adotar uma história de vida com outro propósito.

1 Jane Carruthers, *The Kruger National Park: A Social and Political History* (Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1995), 61.

2 Jane Carruthers, *Wildlife and Warfare: The Life of James Stevenson-Hamilton* (Pietermaritzburg: University of Natal Press, 2001); Carruthers, *The Kruger National Park*, 15.

## II. Territorialidade Científica

No contexto global da *Big Science* atual, as histórias de vida têm sido usadas para marcar um outro tipo de territorialidade que nada tem que ver com o nacionalismo. Heróis de renome permitem um reconhecimento global, dando a grupos científicos específicos um nicho no campo extremamente competitivo da autoridade científica e financiamento da investigação.

Tal como o climatólogo William Ruddiman comentou:

Centenas de grupos cujos nomes são acrónimos taquigráficos encontram-se todos os anos para debater um ou outro aspeto do clima. Estou certo de que, atualmente, existem mais grupos com acrónimos na área da climatologia do que o número de pessoas na época em que comecei (há quarenta anos).<sup>3</sup>

Mais do que os nomes de autores individuais, os acrónimos delimitam o território científico de equipas transnacionais com participantes de vários continentes, as quais funcionam e publicam enquanto unidade singular.

A *Big Science* tem vindo a crescer desde finais da década de 1950, quando C. P. Snow referiu que os “cientistas têm o futuro nos ossos”.<sup>4</sup> A ciência ambiental interdisciplinar, apoiada pela revolução informática que sustenta a modelação e previsão, é hoje muito mais comum do que a ciência desenvolvida a título individual. Guiada por orientações políticas estabelecidas pela UNESCO, pelo International Council of Scientific Unions (ICSU) e por outras organizações mais conhecidas pelos seus acrónimos, a tarefa de qualquer equipa consiste em ser reconhecida e destacar-se entre os muitos competidores, por forma a alcançar autoridade e financiamento.

Este novo uso da história de vida em prol da ciência talvez seja parte de um esforço para encontrar linguagens inter e intracientíficas comuns. Lydia e Stephen Pyne sublinharam que a história provou ser um “grande tema organizador” durante a era da Grande Aceleração, onde, “mesmo que ambas as culturas divergissem”, procuraram “pressupostos comuns sobre o funcionamento e possível compreensão do mundo”.<sup>5</sup>

3 William Ruddiman, *Plows, Plagues and Petroleum* (Princeton: Princeton University Press, 2005), 7.

4 C. P. Snow, *The Two Cultures* (Cambridge: CUP, 1959), 6.

5 Lydia V. Pyne e Stephen J. Pyne, *The Last Lost World: Ice Ages and the Invention of the Pleistocene* (New York: Viking, 2012), 247.

## II. As Invasoras de Charles Elton e sua Biologia

Charles Elton é considerado o “pai da biologia das invasões” por um grupo distinto de biólogos da conservação do século XXI, cujo trabalho se centra na biologia das espécies invasoras. Os ecólogos Dave Richardson, na África do Sul, e Daniel Simberloff e Matthew Chew, na América do Norte, exploraram as percepções de Elton sobre estas espécies e os seus estudos biográficos.<sup>6</sup> No campo da gestão de espécies invasoras, o seu nome é invocado por todos na caracterização da sua própria ciência.

As palestras originais de Elton na rádio BBC realçavam invasões explosivas: “Uma explosão ecológica significa que houve um enorme aumento do número de um tipo de organismo vivo—pode ser um vírus infeccioso como o *Influenza*... ou um fungo como o da doença da batata, uma planta como a piteira ou um animal como o esquilo cinzento”, explicava Elton. “Recorro à palavra ‘explosão’ deliberadamente, uma vez que significa o repentino descontrolo de forças que estavam anteriormente em contenção”.<sup>7</sup> Na obra *The Ecology of Invasions by Animals and Plants*, vários animais e plantas globalmente distribuídos foram considerados “invasores”, distintos de espécies autóctones. O termo espécie invasora implica que, antes da sua chegada, um ecossistema funcionava de forma diferente. As palestras de Elton e as suas preocupações acerca das ameaças ao “controlo” inspiraram os cientistas que, meio século mais tarde, tentavam compreender as alterações dos ecossistemas.

Os novos biógrafos—Chew, Simberloff e Richardson—usaram as transmissões radiofónicas de Elton para explicar a biologia das invasões a um público mais vasto. Para Dave Richardson, que recorre a Elton para aceder às “ilhas isoladas” das experimentações ecológicas, as palestras de Elton também representam a era de 1950, o início da intensificação da perda da biodiversidade.<sup>8</sup> O próprio carácter das invasões biológicas tem sido alterado com o crescimento de 250 por cento da população mundial e com uma economia mundial oito vezes superior à da década de 1950. Assim, Richardson

6 David M. Richardson, ed., *Fifty Years of Invasion Biology: The Legacy of Charles Elton* (New York and Oxford: Wiley-Blackwell, 2011); Matthew K. Chew, “Ending with Elton: Preludes to Invasion Biology” (tese não publicada, Arizona State University, 2006); Daniel Simberloff, “Charles Elton: Pioneer Conservation Biologist,” *Environment and History* 18 (2012): 183–202.

7 Charles Elton, *The Ecology of Invasions by Animals and Plants* (London: Methuen and Co, 1958), 15.

8 Richardson, *Fifty Years of Invasion Biology*, xiii; ver também Daniel S. Simberloff e Edward O. Wilson, “Experimental Zoogeography of Islands: The Colonization of Empty Islands,” *Ecology* 50, no. 2 (1969): 278–96.

usa as palestras de Elton para conceder à biologia das invasões uma crucial explicação para este meio século de crescimento antrópico.

A biografia coletiva de Peter Crowcroft, *Elton's Ecologists*, aborda a história do Bureau of Animal Population, em Oxford, onde o próprio Crowcroft se formou.<sup>9</sup> No seu entender, Elton adotou o termo “bureau” dos Estados Unidos para afirmar o enfoque do grupo de Oxford na ecologia aplicada a paisagens a uma escala global. Numa altura em que o principal empregador britânico de biólogos era a Colonial Office, a maioria dos trabalhadores do Bureau trabalhava no estrangeiro, por exemplo, na Austrália, onde biólogos como Francis Ratcliffe aplicaram, em 1929, a abordagem de Elton à gestão de uma espécie invasora: a raposa-voadora-de-cabeça-cinza, *Pteropus poliocephalus*. A história deste megamorcego nativo, cujos números sofreram um considerável aumento nas áreas frutícolas, foi uma das histórias que os alunos do Bureau ofereceram a Elton para as palestras posteriores na BBC.

É claro que a história da biologia das invasões poderá ser contada sem qualquer referência a Elton. Em *Ecological Imperialism*, o historiador ambiental Alfred Crosby focou-se nos humanos (europeus) enquanto invasores. De acordo com a sua tese ecológica, o sucesso da expansão europeia deveu-se sobretudo às vantagens da biota invasora associada. A linguagem de Crosby ecoava a de Elton na sua descrição das hordas biológicas invasoras “explosivas” que acompanharam a chegada dos europeus, embora não tenha referido os conhecimentos ecológicos de Elton, talvez porque o seu enfoque recaía no imperialismo e não na gestão científica do legado europeu.<sup>10</sup>

#### IV. Ecologia da Restauração e Aldo Leopold

A obra *Sand County Almanac*, de Aldo Leopold, constitui um marco literário nas discussões sobre o tratamento ético da natureza. Um dos seus subcapítulos, o famoso “The Land Ethic”, é inúmeras vezes citado em textos de cariz ecocêntrico, devido à importância concedida à restauração da terra danificada por práticas agrícolas pobres. Não obstante, o ecologista da restauração William R. Jordan III inspirou-se num outro Leopold, um Leopold mais novo que, enquanto professor de ecologia da vida selva-

9 Peter Crowcroft, *Elton's Ecologists: A History of the Bureau of Animal Population* (Chicago: University of Chicago Press, 1991).

10 Alfred Crosby, *Ecological Imperialism* (Cambridge: Cambridge University Press, 1986).

gem recentemente chegado à Universidade de Wisconsin, planeiou o Arboreto, em 1934. Este foi considerado por Jordan como “a primeira experiência em restauração ecológica mundial”.<sup>11</sup> O Arboreto consistia numa coleção de ecossistemas nativos de Wisconsin antes da agricultura, uma amostra reconstruída “daquilo que Dane County seria na altura em que os nossos antepassados aqui chegaram, na década de 1840”, como Leopold descreve.<sup>12</sup> Não era uma mera coleção de árvores, como outros arboretos, mas sim uma coleção de “comunidades de plantas e animais”.<sup>13</sup> Apesar de Jordan ser entusiasta da sua linhagem Leopoldiana, a “restauração ecológica” só viria a ser cunhada em finais dos anos 1980, no Wisconsin, por John Aber e Bill Jordan. Apesar de não ter sido o fundador desta subdisciplina, Leopold concedeu a sua pré-história, os seus direitos de nomenclatura e autoridade.

Não obstante, a restauração ecológica (ou a ecologia da restauração) também se pratica noutros locais. Embora o trabalho de Jordan tenha contribuído para a fundação da Society for Ecological Restoration, em 1987, e tenha sido reconhecido pela revista *Restoration Ecology* no seu primeiro número, em 1993, não há qualquer referência no primeiro número da revista *Ecological Restoration and Management*, sob a alçada da Ecological Society of Australia, desde 2000. Atualmente, os editores de ambas as revistas, Richard Hobbs e Tein McDonald, são australianos, têm interesses pragmáticos na restauração e um estilo muito menos filosófico e espiritual do que Jordan. Os australianos enfatizam a gestão a longo prazo e a restauração de ecossistemas, ligando “as descobertas da investigação científica e as necessidades e ações dos gestores no terreno”, de acordo com Richard Hobbs.<sup>14</sup> Enquanto o Arboreto de Leopold recolhia intensivamente comunidades de plantas, a restauração ecológica na Austrália começou numa escala mais vasta, em paisagens produtivas e não em terras agrícolas abandonadas. Denis Saunders, Robert Lambeck e Richard Hobbs aperfeiçoaram o seu estilo de restauração ecológica na região australiana *Wheatbelt*, na zona ocidental, e Ian Lunt e Peter Spooner na zona oriental do pastoralismo, com recurso a fontes históricas documentais, reconhecendo explicitamente o uso humano, tanto dos aborígenes, como dos colonizadores. Em locais

11 William R. Jordan III e George M. Lubick, *Making Nature Whole: A History of Ecological Restoration* (Washington: Island Press, 2011).

12 William R. Jordan III, “Making Nature Whole: Fifty Years of Ecosystem Reconstruction at the University of Wisconsin Arboretum,” *Papers From the 1982 Strategy Conference* (1982): 36.

13 *Ibid.*, 37.

14 Richard J. Hobbs, “Repair Versus Despair: Hope and Reality in Ecological Management and Restoration,” *Ecological Management and Restoration* 1, no. 1 (2000): 1–2.



com uma história de 50.000 anos de agricultura itinerante, a restauração para um “tempo antes dos humanos”<sup>15</sup> era impossível.

A filosofia e autoridade de Leopold são influentes na América do Norte e as suas reflexões eloquentes têm uma qualidade literária que ultrapassa a ecologia prática. Leopold é um bom representante para o tipo particular da restauração ecológica de Jordan, mas as suas ideias não são tão aplicáveis noutros contextos culturais. Para Jordan, a “restauração” é uma filosofia centrada no lugar, uma estratégia de gestão a ser aplicada noutros locais. Tal como o seu conceito-irmão, *rewilding*, a mesma palavra pode originar várias práticas diferentes. No Reino Unido, *rewilding* significa a restauração de zonas húmidas através da remoção de árvores; nos EUA, pode incluir a reintrodução de animais selvagens para preencher os nichos deixados pelas extinções do Pleistoceno.<sup>16</sup>

## V. A Resiliência de Holling

A ciência da resiliência exemplifica um outro tipo de *branding* disciplinar através de um “pai” científico. Neste caso, o progenitor Canadense C. S. (Buzz) Holling continua ativamente comprometido com esta nova ciência, que integra a ecologia e a sociedade. O conceito de resiliência foi por ele definido num artigo central, em 1973, que tem sido frequentemente citado pelos seguidores desta ciência para demarcar o seu território no campo mais vasto de gestão ambiental.

Neste artigo, Holling definiu a resiliência em ecologia como “uma medida de persistência de sistemas e a capacidade de absorção de mudanças e perturbações, mantendo-se as mesmas relações entre as populações”.<sup>17</sup> Este artigo é ainda muito citado por permitir diferenciar o conceito de resiliência de Holling de outros que surgiram

15 Ian D. Lunt e Peter G. Spooner, “Using Historical Ecology to Understand Patterns of Biodiversity in Fragmented Agricultural Landscapes,” *Journal of Biogeography* 32, no. 11 (2005): 1859–73. O termo “agricultura fire-stick” foi referido pela primeira vez em 1969, pelo arqueólogo Rhys Jones. Há exemplos mais antigos de restauração a pequena escala na Austrália. O próprio Jordan descreve um projeto de 1935, em Lumley Park (perto de Ballina, no estado Nova Gales do Sul), como “restauração urbana,” mas os projetos australianos de revegetação urbana (que decorrem normalmente em cidades muito grandes, e não em aldeias rurais, como Ballina) raramente são descritos como “restauração ecológica”.

16 Marcus Hall, ed., *Restoration and History: The Search for a Usable Environmental Past* (London and New York: Routledge, 2010).

17 C. S. Holling, “Resilience and Stability of Ecological Systems,” *Annual Review of Ecology and Systematics* 4 (1973): 14.

desde então.<sup>18</sup> Atualmente, a resiliência é um termo com um significado popular, o que constitui tanto um benefício como uma desvantagem para os que o pretendem utilizar para definir uma ciência. A ciência da resiliência diz respeito à ecologia e respetivas aplicações na sociedade, focando-se em “SES” (sistemas socioecológicos). Esta definição é reconhecida por ecólogos, mas não o seria por psiquiatras, que também usam cientificamente a resiliência.

A resiliência tornou-se uma panaceia dos nossos tempos: o termo refere-se a uma resposta complexa à mudança em vários contextos diferentes. A ciência da resiliência pretende ter um uso prático para os formuladores de políticas ecológicas, sem descuidar a autoridade científica concedida pela definição ecológica de Holling. A utilização do artigo de Holling permitiu a este grupo proteger as suas fronteiras e controlar os seus membros. Ao publicar a sua própria revista (*Ecology and Society*), realizar as suas próprias conferências e ao continuar a envolver o próprio Holling, a ciência da resiliência reforçou a definição técnica do conceito, tendo, assim, sido pioneira na abertura bem sucedida a formuladores de políticas.<sup>19</sup>

As histórias de vida por vezes rotulam os grupos científicos para os distinguir dos competidores. No caso da biologia das invasões, restauração ecológica e ciência da resiliência, figuras paternas concedem uma “pré-história” e autoridade às ciências, tal como o caso de Paul Kruger previamente referido.

### **Posfácio: uma heroína, finalmente**

Depois de todos estes heróis, é vez de passarmos a uma heroína e a uma história bastante diferente de “branding”. Qualquer pessoa que leia este volume *RCC Perspectives* está ciente da importância do Rachel Carson Center for Environment and Society. Aqui, em Munique, a adoção do nome de Rachel Carson sublinha as dimensões transnacionais e globais do Centro. Uma vez que Rachel Carson é a heroína dos movimentos sociais ambientalistas, uma grande escritora, uma humanitária e bióloga

18 Li Xu e Dora Marinova, “Resilience Thinking: A Bibliometric Analysis of Socioecological Research,” *Scientometrics* 96 (2013): 911–27. No seu estudo de 919 publicações até 2011, este artigo de 1973 foi citado 4,216 vezes, um valor substancialmente superior ao de qualquer outro texto. (O segundo foi citado 2,348 vezes e o número dez da lista foi citado 834 vezes).

19 Em 2008 teve lugar a primeira conferência sobre Resiliência, em Estocolmo, no Stockholm Resilience Center (<http://www.stockholmresilience.org/>), e Buzz Holling venceu o Volvo Environment Prize. As conferências posteriores decorreram em Tempe, Arizona (2011), e Montpellier, França (2014).

excelente, representa muito mais do que a ciência no estudo do ambiente e sociedade e fala para o mundo inteiro.

O livro mais conhecido de Carson, *Primavera Silenciosa*, fez o seu quinquagésimo aniversário em 2012 e tem estimulado meio século de pensamento ambiental e sobre a globalização. A biografia pode significar inclusão, em vez de territorialidade, e é precisamente isso que o nome de Carson invoca para o Rachel Carson Center. Carson é uma heroína não apenas para uma disciplina específica, mas para diferentes visões sobre preocupações ambientais, e é amplamente celebrada não só no seu país natal ou em biologia marinha, mas também como um símbolo verdadeiramente internacional de preocupação com as relações entre as pessoas e o ambiente.

É apropriado que este projeto de análise dos vários limites da história ambiental seja apoiado pelo legado de Rachel Carson. A história, com os seus métodos heterogêneos, também celebra Carson, não para excluir, mas para atrair mais leitores e escritores.

Interlúdio



Rob Nixon

## Como ler uma ponte

### I

Cresci na África do Sul, a sociedade mais injusta do nosso planeta, e imigrei para os Estados Unidos da América, a sociedade mais desigual do mundo rico, onde 400 indivíduos detêm metade dos bens do país. Durante 15 anos, vivi numa das principais cidades americanas, Nova Iorque, palco de grandes divisões económicas, onde vivem 70 bilionários e onde 30 por cento de crianças definham na pobreza. Se a cidade de Nova Iorque fosse um país, estaria em 119º lugar em termos do coeficiente de Gini, a medida padrão da disparidade económica.

### II

Estou a ler um artigo sobre o progresso irregular da África do Sul desde a mudança para a democracia. Com base nos dados económicos disponíveis, o jornalista criou uma sul-africana comum fictícia: tem vinte e cinco anos, está empregada e é uma inquilina urbana. A sua casa partilhada tem os equipamentos básicos: eletricidade irregular, sanitário com descarga e água canalizada, mas não tem internet. O jornalista chamou-lhe “Thuli”.

Na secção de comentários, alguém escreve: “Sim, chama-se Thuli. Ela tem um companheiro de vida. O seu nome é Gini”.

### III

Na maioria das sociedades, a desigualdade no acesso aos recursos está a aumentar. Os fossos económicos estão a tornar-se abismos e a mobilidade social está a abrandar: nos Estados Unidos, uma criança nascida na pobreza tem hoje 42 por cento de hipóteses de aí permanecer. Com o aumento da distância entre a pobreza e as classes médias, também a distância entre a pobreza e a indigência está a encurtar.

## IV

Quando uma sociedade se fratura, ou seja, quando colapsa a ponte frágil que liga os muito ricos e os muito pobres, também colapsa a coesão social. A confiança cívica deteriora-se gradualmente e o pensamento e o planeamento dissociativos generalizam-se.

Contudo, a nossa época de disparidade é tempo de bonança para o que os urbanistas denominam arquitetura defensiva ou “arquitetura do medo”, segundo Tunde Agbola. Em Mumbai, Los Angeles, Cidade do México, Lagos, Joanesburgo, Jacarta, São Paulo, Madrid e Xangai, entre outros, os clientes pedem um design elegante de tipo fortaleza, novas formas de separar, tão elegantemente quanto possível, os ricos dos pobres. Quando esta arquitetura de exclusão falha na transmissão da mensagem, o detalhe da segurança privada está lá para apoiá-la. Nas nossas megacidades, a arquitetura defensiva cresce ao lado das desigualdades insustentáveis.

## V

A desigualdade é, entre outras coisas, uma história infraestrutural. Os sonhos de serviços públicos para toda a sociedade—serviços enquanto obrigação governamental, fonte de orgulho cívico—dissipam-se quando esses serviços são contratados externamente a empresas privadas regidas pelo princípio do lucro e acessíveis apenas aos usuários que paguem antecipadamente. A ideia de cliente ultrapassa a de cidadão. Fora das áreas selecionadas, a infraestrutura é deixada de lado e desintegra-se, se é que alguma vez existiu.

## VI

Estes pensamentos ocorrem-me enquanto me aventuro entre o coração da América e o Cabo Oriental da África do Sul, uma das províncias mais pobres deste país. Voo para Porto Elizabeth, a cidade provincial onde cresci, que é hoje uma cidade em forte expansão. No que diz respeito à escala e nome, a cidade é irreconhecível. Outrora, a nossa família vivia perto do aeroporto para onde o meu avião se aproxima. Nessa altura, no auge do *apartheid*, chamava-se Aeroporto H. F. Verwoerd, o que se assemelharia a aterrar, noutras terras, no Aeroporto Adolf Hitler ou Josef Stalin. Hoje, um letreiro dá-nos as boas vindas ao Aeroporto Metropolitano Nelson Mandela.

## VII

Apesar desta mudança simbólica, a igualdade permanece ilusória. Quando tento regressar à minha casa de infância, deparo-me com uma presença policial agressiva e nuvens de fumaça preta que obscurecem a estrada. As minhas narinas queimam, o meu estômago reage ao cheiro de borracha queimada. Através da rádio, informo-me que a população de Walmer Township se está a manifestar, queimando pneus empilhados num protesto contra a provimento de serviços, um dos milhares de protestos que abalam a África do Sul todos os anos.

“Provimento de serviços”: o inglês sul-africano seria impensável, ou pelo menos pouco consistente em termos de sintaxe, sem esta expressão generalizada que retrata as disparidades do pós-*apartheid*, sentimentos de abandono e deslealdade por parte daqueles que o Estado trata como descartáveis ou, na antiga gíria do *apartheid*, excedentários.

## VIII

Aqui em Porto Elizabeth, os destituídos que queimam os pneus estão a reivindicar as suas necessidades. O Estado deve fornecer: eletricidade, água potável canalizada, estradas utilizáveis, um sistema de esgotos adequado, escolas com mesas e sem janelas partidas, hospitais que funcionem, enfim, todos os serviços que digam: “Você também faz parte daqui”.

O que é que queremos? Provimento de serviços. Quando é que o queremos? Agora.

Estas vozes irrompem no meio da fumaça, em Xhosa e Inglês. Vozes dos novos “descartáveis”, invisíveis urbanos, cujas reivindicações ficam registadas no fogo.

## IX

“Falhas no provimento de serviços”: a expressão pode parecer peculiarmente sul-africana, mas o fenómeno, assim como a resposta popular, repercute um pouco por todo o planeta, sobretudo no Sul Global: Brasil, Índia, Nigéria, Quênia, Indonésia, Paquistão, Bangladesh, Turquia, Egito, Tunísia, Chile, México, Argentina. A política



de exclusão estrutural também se propaga pela região sul do Norte: Grécia, Itália, Chipre e Espanha.

Em 2012, só na China ocorreram 55.000 protestos ambientais, em que a componente ambiental estava interligada com questões de saúde pública e falhas no provimento de serviços. No meio do súbito crescimento chinês, muitos apanham apenas a fumaça da globalização.

## X

Viajando para nordeste até à costa, a partir de Porto Elizabeth, atravesso várias pontes estuarinas consecutivas. Paro para almoçar na Great Fish River Bridge: de cima, a vista é espetacular, com o rio a separar as dunas e a entrar no Oceano Índico.

Por impulso, sigo uma estrada de cascalho que passa por baixo do tabuleiro da ponte. Aqui em baixo, não há nenhuma vista panorâmica; pelo contrário, dou por mim a olhar para a estrutura, a 20 metros acima da minha cabeça. Para minha surpresa, a ponte está repleta de folhagens: as figueiras apropriaram-se dos espaços entre as lajes de betão, um atrás do outro, criando uma floresta interrompida. As suas raízes seguem a estrutura, de um lado ao outro da ponte, enquanto as folhas e ramos, em diferentes fases de maturidade, crescem para além das bordas.

Cada um destes dosséis horizontais termina num aglomerado de ninhos delicadamente tecidos, em forma de rim, que reconheço como sendo obra de tecelões-malhados, aves sociáveis com máscaras negras, olhos vermelhos e os corpos daquele tipo de amarelo que todo o amarelo secretamente anseia ser.

## XI

É inverno agora e as aves foram embora, mas o cenário mantém-se animado: um cruzamento entre a engenharia civil humana e não humana.

As figueiras e os tecelões são colonos oportunistas, com projetos coletivos em cima da ponte. Estão juntos onde o design, essa palavra de duplo sentido que sugere tanto estrutura como intenção, e o acaso se encontram.

Não obstante, a ponte também está ativa, tendo sido construída para dar: os intervalos entre as lajes permitem que o metal e betão se alterem com as mudanças de temperatura, expandindo-se e contraindo-se, do dia para a noite, do verão para o inverno, sempre em movimento. Para sobreviver, cada ponte deve respirar.

Em cima, passa um camião carregado: o betão range, as figueiras tremem e os ninhos do tecelão começam a balançar. Matéria viva, de facto.

## XII

“Mas a figueira/surge na merda”: Jeffrey Thomson, *Landscape with Fig Trees and Strangulation*.

## XIII

Uma ave deixa cair uma semente de figueira, repleta de fezes, que se aloja numa das aberturas infraestruturais da ponte. Nessa lacuna abrigada, brota uma árvore, atraindo para a sua vegetação aves que se alimentam de sementes e que as dispersam, em busca de um espaço sazonal.

O principal predador dos tecelões, a cobra-de-papo, não consegue subir os pilares escorregadios da ponte, pelo que, para atacar os ninhos, teria que arriscar o tráfego em cima. Isto é arquitetura defensiva, ao estilo das aves.

## XIV

A construção é mais fascinante do que a manutenção. Os políticos recebem elogios quando são erigidas estruturas novas que se evidenciam, mas recebem poucos com as tarefas quotidianas de manutenção, pouco interessantes. A manutenção é quase invisível até ao momento do colapso.

Contudo, a negligência é política—é distribuída de forma desigual. As figueiras e o tecelão, com a gradual apropriação desta ponte, aumentam as suas hipóteses de sobrevivência com a negligência infraestrutural, entrelaçada com a miséria rural.

## XV

O cenário socioambiental subjacente a esta ponte—este capítulo extra da botânica do desejo—começa a ter repercussões teóricas. Os caminhos paralelos dos estudos animais e de justiça ambiental sempre me inquietaram. Os investigadores dos estudos animais tendem muitas vezes a desconsiderar o ser humano como força unitária, sendo muito indiferentes à história e política das desigualdades sociais. Pelo contrário, os investigadores da área da justiça ambiental especializaram-se em expôr essas desigualdades, embora negligenciem muitas vezes a trama entre os poderes humano e mais-do-que-humano—animal, botânico, geológico e físico, no sentido mais amplo. As injustiças moldam e abalam o nosso mundo, mas as forças não humanas, que Kennedy Warne apelidou de “engenharia dos ecossistemas”, também o fazem.

## XVI

Poucos investigadores se esforçaram tanto como Jane Carruthers para pensar através destas divisões. O seu trabalho está alicerçado numa forte tradição de historiografia africana atenta ao poder e justiça, tradição essa que acabou por levar ainda mais longe, com a importância concedida às questões de igualdade ambiental. Ao fazê-lo, ela evitou tanto a armadilha de considerar a Humanidade como uma força ambiental única, como o perigo oposto de negligenciar o facto de os atores não humanos terem impulsos, comportamentos e efeitos ecológicos específicos. Ao abordar tanto a biologia das invasões, política botânica, criação de reservas de caça coloniais, animais selvagens e guerra, como a longa história da caça, conservação e investigação comportamental dos elefantes, Carruthers está ciente dos gradientes de poder que separam os diversos atores ambientais humanos, bem como da sciência e dinamismo de forças não humanas.

## XVII

Dentro do espírito dos compromissos históricos de Carruthers, não quero que a Great Fish River Bridge fique dispersa na estratosfera conceptual. Este ambiente construído, projetado por múltiplas forças, é um cenário concreto com uma história material. A ponte conduz-nos de algures para algures. O caráter e a história desses algures permanecem singulares.

Historicamente, esta ponte tem servido para separar.

## XVIII

Atravesso o Great Fish River e entro numa terra desgastada pelo uso excessivo. Estou agora no outrora Ciskei, um dos dez antigos bantustões da África do Sul. Entre as décadas de 1960 e 1980, cerca de 3,5 milhões de sul-africanos negros foram vítimas de relocação forçada, principalmente para lugares como esta “terra étnica” desorganizada. Quando da independência de Ciskei, em 1981, a cidadania sul-africana foi retirada de dois milhões de pessoas, que, sem licenças laborais elusivas e temporárias, viram-se impedidas de entrar no país onde nasceram.

“Se a nossa política for levada à sua conclusão lógica no que diz respeito aos negros, não haverá um único homem negro com cidadania sul-africana”: Connie Mulder, Ministro das Relações Plurais e Desenvolvimento, 7 de fevereiro de 1978.

## XXIX

Até os Xhosas, que viveram durante três ou quatro gerações em cidades, foram decretados como nativos deste Ciskei que nunca viram. Nas áreas férteis relocadas para brancos, os camponeses negros eram visitados às 2h00, 3h00 e levados em camiões GG (Government Garage), para serem depois despejados aqui. Pessoas descartadas.

## XX

Atualmente, as coisas são e não são diferentes. Ciskei já não é oficial: essa invenção da engenharia social do *apartheid* evaporou-se. Libertadas de uma cidadania involuntária, as pessoas voltaram a ser sul-africanas, com liberdade para circular e para votar.

Contudo, as divisões económicas e cicatrizes ecológicas são mais profundas. Viajar pelo Ciskei continua a parecer uma viagem pelo desenvolvimento do subdesenvolvimento, permanecendo assombrado pelo seu passado: uma vasta e sobrelotada favela rural, onde as margens de sobrevivência permanecem pequenas.

A riqueza sul-africana (a antiga riqueza dos brancos e a nova riqueza dos plutocratas negros de Joanesburgo) pertence a um outro país longínquo. O desemprego, exaustão ecológica, corrupção e abandono infraestrutural constituem os ciclos da pobreza ru-

ral. Estes sul-africanos livres são cidadãos tanto de um presente neoliberal, como de uma história muito pesada, que, em conjunto, cimentam a desigualdade.

## XXI

Maano Ramutsindela considerou os antigos bantustões como “geografias resilientes”. A resiliência é um termo complexo: aqui, sugere uma sobrevivência tenaz, uma recusa a ir embora. Longe de desaparecer com a assimilação democrática, o Ciskei foi reforçado como um espaço étnico marginalizado pela indigência rural e pela desilusão popular, com os recursos a serem direcionados para uma elite urbana cosmopolita.

## XXII

Durante duas semanas vagueei pelo antigo Ciskei e Transkei, que se segue, com uma paisagem recortada de montanhas implacáveis, cabras magras e uma elevada miséria humana. Aqui uma árvore é uma raridade: a maioria foi derrubada para combustível. Algures entre Kentani e Nxaxo River Mouth, passei por uma mulher idosa que arrasava os pés descalços até uma estrada de cascalho extremamente íngreme. Move-se devagar, em frente, com pequenos passos metódicos, inclinando-se para a gaiola triangular do seu quadro de alumínio. Não obstante, o seu pescoço permanece direito: equilibra na sua cabeça um balde branco de plástico de 10 litros cheio de água que se move muito pouco enquanto caminha.

Volto atrás e percorremos juntos os seis quilómetros seguintes. Entre o seu inglês hesitante e o meu Xhosa residual, conseguimos manter uma conversa. Explica-me que a maioria dos homens foi à procura de emprego na cidade e que ela cuida dos seus bisnetos. Não, aqui há muita água, mas está lá em baixo, nos vales. A cada dois dias, percorre este caminho até à água com o seu balde de tinta.

Precisamos de uma expressão mais forte do que falha no provimento de serviços.

## XXIII

Na viagem de regresso, rumo ao sul pela costa, atravesso a Great Fish River Bridge perto da meia-noite. Na escuridão, ouço camiões a acelerar, como os camiões GG que

outrora transportavam humanos pela fronteira do bantustão em plena noite. Camiões-fantasma levavam as pessoas para uma casa que nunca tinham conhecido e que não desejavam, pessoas que eram retiradas de sua casa à mão armada e a quem era posteriormente dito, também à mão armada, que este lugar, a centenas de quilômetros de distância, era a sua terra natal.

O *apartheid* pode ter terminado, mas aqui, a ponte em cima, o rio no meio, ainda marcam um desenvolvimento separado.

#### XXIV

No voo de regresso pelo Atlântico, volto a *The Death of Distance*, o *bestseller* de Frances Cairncross. Quando foi publicado, em 1997, Cairncross foi aclamada como visionária de uma humanidade cada vez mais integrada: em conjunto, a tecnologia digital e a globalização continuariam a encolher o nosso mundo, tornando a distância obsoleta. Contudo, em pleno século XXI, as coisas parecem muito mais contraditórias: a conectividade tecnológica pode estar a aumentar, mas a rutura económica também o está. O título do *bestseller* de Timothy Noah, de 2012, vai direto ao assunto: a maioria das sociedades humanas está a ser dilaceradas pela *Grande Divergência*.

No ano austero de 2011, os mega-ricos do mundo tinham escondido 13 triliões de dólares em contas *offshore*, o que equivale, em termos de escala, às economias americana e japonesa em conjunto.

#### XXV

Enquanto escrevo, outro plutocrata voa no seu paraquedas de ouro, sobrevoando o mundo das favelas.

#### XXVI

Num relatório de 2013 sobre a crise da distribuição mundial, a Oxfam concluiu que a riqueza extrema é “economicamente ineficaz, politicamente corrosiva e socialmente hostil”. Contudo, a distância entre o paraquedas e a favela também é incómoda, em termos imaginários. A distância intensifica a necessidade de testemunhos criativos, de

encontrar novas formas de abordar a divisão que separa as pessoas com vidas repletas de histórias de crescimento e inovação e as pessoas descartáveis que habitam as vastas terras sombrias da globalização neoliberal.


Arundhati Roy define a globalização como “uma luz que brilha cada vez mais sobre poucas pessoas, deixando as restantes na escuridão, dizimadas. Não podem, simplesmente, ser vistas. Uma vez habituadas a não ver algo, torna-se lentamente impossível voltar a vê-los”.

## XXVII

Já na América, envio um e-mail para o ministro do governo em Bhishe, outrora a capital de Ciskei e atual capital provincial do Cabo Oriental. Explico que a Great Fish River Bridge está a ser alvo de um controlo colonial: alguém deverá remover aquelas figueiras. Não recebo resposta, nem espero vir a receber.

Na verdade, não faço ideia se uma intervenção naquele emaranhado de negligência infraestrutural e reengenharia ambiental iria fortalecer esta ponte complexa ou acelerar o seu colapso.





4ª Parte:  
**A injustiça ambiental e a  
promessa da história**





Lise Sedrez

### **Construção e desconstrução de comunidades: relatos de injustiça urbana e resistência no Brasil e na África do Sul**

Nos anos 1950 e 1960, a comunidade de Lady Selborne, uma povoação perto de Pretoria, África do Sul, foi destruída pelo *Group Areas Act*, uma legislação do regime *Apartheid*. Desde a sua criação, em 1905, fora habitada por grupos mistos, uma comunidade urbana conquistada de pântanos e várzeas. Várias iniciativas patrocinadas pelo governo disseminaram os residentes de acordo com a sua “etnicidade”, procedendo à sua relocação forçada para uma variedade de bantustões remotos. Jane Carruthers conta-nos a história da criação e destruição de Lady Selborne numa narrativa pungente, onde descreve a vivacidade e resistência da comunidade.<sup>1</sup>

Do outro lado do Atlântico, o governo do Rio de Janeiro também desenvolveu um projeto de engenharia social ou, mais concretamente, de reconstrução de comunidades de acordo com um conceito de espaço urbano ideal defendido pela administração. Não era um regime *Apartheid* e, pelo menos à primeira vista, a etnicidade era pouco relevante. Não obstante, com cerca de 40% de população urbana do Rio de Janeiro, a maioria Afro-brasileiros, a viver em favelas ou habitações precárias, a administração local abraçou entusiasticamente a ideia de removê-las. Como Mike Davis nos recorda, esta era uma política comum na América Latina, na década de 1960.<sup>2</sup> Algumas das favelas estavam localizadas em áreas de luxo, como a Favela da Praia do Pinto, perto da praia mundialmente famosa de Ipanema. Embora o governo tenha construído novas comunidades para a população deslocada, havia rumores de incêndios misteriosos, intimidações e até corpos nas águas de rios próximos, sempre que a mera atratividade de propriedades noutra localidade não fosse suficiente. Apesar dos rumores nunca terem sido provados, houve de facto pouca investigação sobre as ações governamentais entre o golpe de Estado de 1964 e o início da ditadura no Brasil.

Não foi, assim, surpreendente que, quando o Rio de Janeiro foi atingido por uma enorme cheia em 1966, os planejadores governamentais tenham aproveitado a oportunidade

1 Jane Carruthers, “Urban Land Claims in South Africa: The Case of Lady Selborne Township, Pretoria, Gauteng,” *African Historical Review* 32, no. 1 (2000): 23–41.

2 Mike Davis, *Planet of Slums* (New York: Verso, 2006).

para remover inúmeras populações pobres das favelas localizadas nas montanhas ou nas áreas de maior risco para a Cidade de Deus, o bairro recentemente construído (e ainda não propriamente habitável). O projeto de realojamento foi planejado com o intuito de promover o desenvolvimento das fronteiras ocidentais da cidade. Os futuros moradores viriam a trabalhar para um bairro de classe média alta a cerca de 10 milhas de distância (que, naquela altura, existia apenas nas mentes dos especuladores de terras e imobiliários visionários), servindo como empregadas domésticas, trabalhadores da construção civil, porteiros, jardineiros, entre outros. Contudo, a cheia de 1966 alterou esses planos. As chuvas causaram deslizamentos de terra nas montanhas onde a população mais pobre vivia em barracos improvisados, o resultado foi mais de duas centenas de mortos e milhares de desalojados. Foi um acontecimento traumático para a cidade, mas também foi uma ocasião para os administradores do Rio usarem o chamado “desastre natural” em prol da engenharia social com a população das favelas. As chuvas fortes são uma das características da região tropical do Rio de Janeiro, que não são nenhuma novidade. Não obstante, a desigualdade social, a falta de políticas de habitação responsáveis, o êxodo rural e a crescente urbanização que caracterizou os meados do século XX na América Latina tornaram aquilo que era apenas uma estação chuvosa (ocasionalmente incômoda, no máximo) em catástrofes periódicas. Remover a população afetada pareceu ser a solução mais fácil.

No ano seguinte, em 1967, o Rio de Janeiro foi novamente atingido por uma grande inundação. Como o sistema de transferência de parte da população da favela para a *Cidade de Deus* funcionou bem no ano anterior, foi repetido em 1967, estabelecendo um padrão. As cheias das três décadas posteriores também viriam a trazer novas ondas de comunidades relocadas para a Cidade de Deus, criando ondas de crescimento na área: havia os que tinham chegado com as chuvas de 1967, outros com as chuvas de 1978 e ainda outros com as chuvas de 1988. A cada cheia, não era apenas a comunidade que mudava, mas também a própria paisagem. O bairro acabou por reproduzir muitos dos problemas da cidade central: havia uma grande desigualdade social e de gênero na Cidade de Deus, havia tráfico e consumo de droga e havia uma relação predatória com a nova paisagem, a qual era estranha para a maioria dos residentes nascidos e criados nas ruas do Rio. Localizada na fronteira entre o rural e o urbano, a região estava cercada por três rios e uma quantidade razoável de vida selvagem. Quando as primeiras famílias chegaram, as mães temiam que os filhos se afogassem, enquanto as crianças estavam encantadas com a possibilidade de nadar e pescar ao

pé de casa. Cinco anos depois, com os rios completamente contaminados, as mães já não recebiam afogamentos, mas doenças transmitidas pela água. Dez anos depois, pouco da fauna original poderia ser ali encontrada (à exceção dos caimões resistentes) e, vinte anos depois, a Cidade de Deus passou ela própria a ser uma área atingida por inundações, tendo os leitos e as margens do rio sucumbido devido à acumulação descontrolada de lixo e à falta de tratamento da água. Em 2014, com quase 40.000 habitantes, a Cidade de Deus é uma das áreas mais contaminadas da cidade do Rio de Janeiro e tem um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano da região.

Se compararmos Lady Selborne e a Cidade de Deus, podemos ver, de um lado, a destruição de uma comunidade e, do outro, a construção de uma nova comunidade. Não obstante, existem várias semelhanças (para além dos nomes românticos), que podem revelar questões cruciais na história urbana e novas formas de olhar para a injustiça urbana.

O primeiro aspeto partilhado por ambas as narrativas diz respeito à possibilidade de a injustiça pode ser legal e popularizada entre alguns grupos influentes e estar muitas vezes ligada a ações estatais. Lady Selborne sobreviveu a várias interpretações das leis do *Apartheid*, até ter sido incluída numa nova interpretação do *Group Acts*, com o total apoio do *National Party*. A Cidade de Deus foi parte de uma política de remoção de favelas, uma política oficial apoiada pelas pessoas moralmente corretas do Rio de Janeiro, preocupadas com a localização das favelas nas montanhas e em áreas de elevado valor imobiliário. A mortalidade da enchente de 1966 deu a esta política uma legitimação moral, mas, na sua essência, era uma mera política de remoção de pessoas de áreas visíveis e valiosas sem investir no alojamento ou em estratégias de igualdade.

O segundo aspeto comum diz respeito à desigualdade, tanto legal como social. Em ambos os casos, as comunidades eram pobres, vulneráveis e tinham pouco acesso aos recursos estatais. Os residentes tinham a cor (ou etnicidade) “errada” ou detinham poucos conhecimentos e recursos financeiros para ter acesso à lei. No caso do Rio, a avaliação técnica do risco e a linguagem científica em que estava formulada também ultrapassavam a compreensão da população, estando a informação transmitida enviesada a favor dos planos estatais. Isso não significa que estas avaliações de risco fossem falsas. Contudo, havia um elevado número de casas ricas no Rio que também estavam em áreas de elevado risco e em terras públicas ilegalmente ocupadas, sem que os proprietários

tenham sido perturbados. O fator determinante foi o facto de estas áreas pobres não se enquadrarem numa ideia pré-concebida da cidade, tal como uma comunidade de cor e mista rodeada por áreas de brancos constituía um anátema para um estado que pensava em termos de *Group Area Acts*.

O que é, contudo, mais instrutivo em ambos os casos é a ação instigada pelas comunidades. Carruthers conta-nos como a povoação de Lady Selborne lutou desde o início contra a remoção legalmente imposta e como isto a tornou um importante centro de oposição às restrições e leis do *Apartheid*, no geral. No caso da Cidade de Deus, a resistência foi mais subtil. Realojados numa área remota com poucas infraestruturas e ainda menos serviços públicos, longe dos locais de trabalho e com poucas opções de transporte, muitos dos novos residentes limitaram-se a partir e a regressar às suas favelas após a cheia de 1966. Outros tentaram reinventar as comunidades anteriores. A título de exemplo, em encontros sociais ou em espaços comuns de coexistência, tais como escolas e mercados, era feito um jogo de identificação e rotulagem. Aqui, a experiência das mulheres desempenhou um papel particularmente importante: perguntavam umas às outras quem era de que favela e quem tinha vivido onde, procurando recriar as redes sociais. Outras mulheres criaram novas redes, ligadas à experiência de sobrevivência da enchente, pelo que algumas famílias abandonaram as casas que lhes tinham sido atribuídas pelo governo e apropriaram-se de casas de outros em áreas que coincidiam mais com sua visão de comunidade. Dar sentido a experiências comuns também era uma estratégia fundamental para criar estas redes e todas as novas ondas de residentes estavam cientes disso. Por exemplo, algumas secções da Cidade de Deus eram denominadas pelos novos residentes com base nas suas antigas comunidades: Rocinha Dois foi criada por antigos moradores da grande favela da Rocinha, removidos para a Cidade de Deus após a cheia de 1980. A Cidade de Deus pode ter começado como uma área de realojamento para vítimas de enchentes, mas desde cedo os seus residentes forjaram a sua própria história, que era, para o bem e para o mal, muito diferente da imaginada pelos políticos da cidade. Tem uma identidade clara, uma associação de moradores ativa e o seu próprio lugar na história da cidade do Rio de Janeiro.

Nenhuma das narrativas tem um final feliz. Lady Selborne acabou por se perder como comunidade e, apesar de se falar de indemnizações pela injustiça feita, a compensação não permite voltar atrás no tempo. A Cidade de Deus ainda enfrenta a mesma desigualdade com que foi originariamente fundada. Tem, atualmente, uma má reputação

enquanto uma das áreas mais violentas da cidade, como o filme com o mesmo nome evidenciou—apesar de haver razões para um otimismo prudente.<sup>3</sup> Contudo, talvez possamos, enquanto historiadores, visitar o passado e reconhecer as suas injustiças, juntando apoio para uma nova luta. Podemos honrar estas vozes e as suas estratégias de sobrevivência em tempos difíceis. Talvez o estudo das suas memórias e da forma como construíram a sua relação com o espaço urbano seja a melhor forma de analisar a injustiça urbana no presente e em nível histórico.

3 Else R. P. Vieira e Fernando Meirelles, *City of God in Several Voices: Brazilian Social Cinema as Action* (New York: Critical, Cultural and Communications Press, 2005).



Bron Taylor

### **Territórios perigosos: o espaço contestado entre a conservação imperial e a justiça ambiental**

Existem muitas formas de planejar uma área de conservação. Idealmente, essas áreas são demarcadas por cientistas e gestores ambientais com base em modelos da biologia da conservação, onde áreas centrais ecologicamente importantes estão interligadas por corredores naturais. Tanto estas áreas centrais como os corredores estão rodeados por zonas-tampão, onde é possível um uso humano mais intensivo do que no centro<sup>1</sup> e, em seu redor, estão áreas densamente povoadas sem qualquer tipo de proteção. Este ideal, contudo, raramente foi concretizado, uma vez que a maioria das áreas protegidas foi estabelecida antes do desenvolvimento deste modelo.

As áreas protegidas são demarcadas não só por *fronteiras físicas*, mas também por *percepções* distintas e, por vezes, incompatíveis.

Para alguns, as áreas protegidas são um remanescente das áreas comuns (ou representam uma área comum restaurada), que desapareceram com o aumento da agricultura, estábulos e regimes de propriedade privada. As áreas protegidas podem também ser expressões da democracia e locais de igualdade social. John Muir chegou a ir mais longe, considerando tais espaços como sagrados.<sup>2</sup> Não obstante, as percepções do que constitui o sagrado variam amplamente. A título de exemplo, tais locais podem ser considerados como habitações de ancestrais, caminhos essenciais para a comunicação ou comunhão com a divindade ou com seres divinos ou refúgios para espécies ameaçadas tão preciosas que, implícita ou explicitamente, assumem um caráter numismático, a par dos habitats de que dependem.<sup>3</sup>

Para outros (talvez sobretudo para pesquisadores apoiadores do criticismo pós-moderno ou pós-colonial), as áreas de conservação têm sido expropriadas por povos im-

1 Ver, por exemplo, Reed F. Noss e Allen Y. Cooperrider, *Saving Nature's Legacy: Protecting and Restoring Biodiversity* (Washington, DC: Island Press, 1994).

2 Donald Worster, *A Passion for Nature: the Life of John Muir* (Oxford & New York: Oxford University Press, 2008), 9–10, 465; Bron Taylor, "Resacralizing Earth: Pagan Environmentalism and the Restoration of Turtle Island," in *American Sacred Space*, eds. David Chidester e Edward T. Linenthal (Bloomington: Indiana University Press, 1995), 97–151.

3 *The Encyclopedia of Religion and Nature*, ed. Bron Taylor (London: Continuum International, 2005), Vol. 2, 1444–62.



perialistas para seu único e exclusivo benefício económico. Além disso, e o que ainda é pior, de acordo com estas perspetivas a remoção dos povos autóctones destas áreas tem sido legitimada através de apelos a uma superioridade “natural” dos usurpadores, ou mesmo através de um ideal supostamente universal, tal como a dependência de todas as pessoas desses locais, para o seu desenvolvimento e bem-estar físico, emocional, estético, espiritual e moral. De acordo com esta perspetiva, as áreas protegidas nasceram na injustiça e são mantidas através do engano, podendo ser até locais dessacralizados e impuros devido à presença e práticas dos que usurparam a terra e destruíram as culturas que melhor sabiam relacionar-se com ela.<sup>4</sup>

O primeiro grupo de perceções sobre áreas protegidas será aqui denominado como *narrativa romântica*, ao deter uma afinidade com uma tradição de longa data de sentimento de perda e nostalgia por ecossistemas biologicamente intactos e diversos, prevacentes antes da expansão de sociedades agroindustriais. O segundo será denominado *narrativa crítica*, dada a sua tendência para rejeitar a narrativa romântica, que considera como uma máscara para o poder, privilégio e subjugação elitista, se não mesmo imperial.

Jane Carruthers rejeita posicionar-se claramente em cada uma destas narrativas. Pelo contrário, reconhece que existe uma relação dialética entre as perspetivas romântica e crítica e que as possibilidades criativas e progressivas podem emergir, e emergem, de histórias de fraude e tragédia. Enquanto investigadora a viver e escrever perto de Pretoria, o epicentro do antigo estado do *apartheid*, tem tido uma valiosa vantagem analítica. Por um lado, documentou o lado sombrio do estabelecimento e gestão de áreas protegidas durante o período colonial—a remoção de africanos das suas terras natais e a sua exclusão de reservas recentemente criadas, as quais estavam, de facto, reservadas a elites colonizadoras.<sup>5</sup> Por outro lado, esclareceu acerca das mudanças e possibilidades profundas que emergiram com a transição do país para uma maioria africana absoluta.

4 Robert H. Keller e Michael F. Turek, *American Indians and National Parks* (Tucson, Arizona: University of Arizona Press, 1998); Mark David Spence, *Dispossessing the Wilderness: Indian Removal and the Making of the National Parks* (Oxford: Oxford University Press, 1999); Jim Igoe, *Conservation and Globalization: a Study of the National Parks and Indigenous Communities from East Africa to South Dakota* (Belmont, CA: Thomson/Wadsworth, 2004); Mark Dowie, *Conservation Refugees: The Hundred-Year Conflict between Global Conservation and Native Peoples* (Cambridge, Mass.: MIT Press, 2009); Bram Büscher, *Transforming the Frontier: Peace Parks and the Politics of Neoliberal Conservation in Southern Africa* (Durham and London: Duke University Press, 2013).

5 Jane Carruthers, *The Kruger National Park: a Social and Political History* (Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1995).

Carruthers demonstrou que os parques e as áreas protegidas não são meros locais com histórias repressivas, mas refletem as sociedades em que se situam, sendo, assim, espaços dinâmicos com possibilidades progressistas. Como sublinhou, estas terras e os rendimentos gerados “servem a interesses locais e, desta forma, estão integrados na ideologia e agendas nacionais, tal como aconteceu no passado. A sua história espelha as transformações na sociedade”.<sup>6</sup> Podem ainda ser locais extraordinariamente oportunos para retificar injustiças anteriores, incluindo casos de usurpação de terras por intrusos imperiais. Como afirma: “Os parques nacionais são espaços propícios para reclamar—talvez até reinventar—as culturas de povos anteriormente desfavorecidos, bem como para divulgar aspetos do conhecimento indígena a uma audiência mais vasta”.<sup>7</sup> Ao documentar as histórias em que o estabelecimento e gestão de áreas protegidas vitimizaram muitos, Carruthers também está subtilmente a sugerir que um enfoque exclusivo em “ideias de ‘vitimização’ [que] prevaleceram no mundo emergente” pode retirar o sentimento de agência do qual a mobilização política depende.<sup>8</sup>

Numa linha semelhante, focada no ativismo ambiental e conservação na Austrália e África do Sul, Carruthers analisou os processos em que as iniciativas biorregionais e campanhas ambientais podem transformar a “terra” em “lugar”. Com estas transformações, a natureza passa a ser valorizada não enquanto *commodity* ou recurso, mas por questões estéticas e morais. Tais valores têm sido crescentemente integrados na gestão contemporânea de recursos em que “todos os elementos de um sistema, incluindo o cultural, são incluídos”.<sup>9</sup> Assim, no trabalho de Carruthers encontramos análises desatendidas da conservação de áreas protegidas—de histórias trágicas e terríveis a contestações e fraudes, mas às vezes desenvolvimentos positivos contemporâneos. Encontrei dinâmicas semelhantes no decurso do meu próprio trabalho de campo. Os intérpretes do parque, por exemplo, descreviam de um modo cada vez mais positivo o conhecimento ecológico tradicional dos povos indígenas e as formas como estava integrado nas suas culturas, explicando aos visitantes dos parques e áreas protegidas o modo como esse

6 Jane Carruthers, “Environmental History for an Emerging World” (Palestra inaugural do 6º Simpósio da Latin American and Caribbean Society for Environmental History, Colômbia, junho 2012).

7 Jane Carruthers, “Past and Future Landscape Ideology: The Kalahari Gemsbok National Park and Uluru-Kata Tjuta compared,” in *Social History and African Environments Past and Present*, eds. William Beinart e Joann McGregor (Oxford: James Currey and Cape Town: David Philip, 2003), 255.

8 Carruthers, “Environmental History for an Emerging World.”

9 Jane Carruthers, “From ‘Land’ to ‘Place’: Landscape Conservation and Environmental Activism in the Magaliesberg, South Africa and Cooper’s Creek, Australia,” in *Shades of Green: Environmental Activism around the Globe*, eds. Christof Mauch, Nathan Stoltzfus e Douglas Weiner (Lanham: Rowman and Littlefield, 2006), 69–100.

conhecimento permitiu que se adaptassem e florescessem. Além disso, a reavaliação deste conhecimento está a gerar, nalgumas áreas, uma mútua aprendizagem entre as populações locais e os cientistas ocidentais, bem como um maior respeito recíproco pelas culturas dos envolvidos. Nalguns casos, a valorização do conhecimento ecológico tradicional pelos cientistas ocidentais está a dar origem a uma reavaliação e à preservação desse conhecimento por oriundos de tradições não ocidentais.<sup>10</sup>

Histórias complexas, incluindo as que ainda estão por ser contadas, ilustram os perigos e promessas inerentes às formas como os seres humanos se relacionam entre si, com outros organismos e com os diversos ambientes que habitam. A compreensão dessas histórias melhora a nossa capacidade de evitar erros passados e de trabalhar no sentido de futuros mais positivos.

No *California State Department of Parks and Recreation*, onde trabalhei enquanto estudava como nadador-salvador, segurança e guarda, emergiram tendências positivas semelhantes. Através do meu trabalho no seu *Equal Employment Opportunity Committee*, aprendi que o *State Personnel Board* ordenou que o meu departamento melhorasse o seu *mix* de trabalhadores, por forma a melhor refletir a diversidade étnica da Califórnia.<sup>11</sup> Crenças racistas de alguns dos trabalhadores envolvidos nos processos de contratação (alguns dos quais testemunhei) contribuíram para o fraco registo, mas o problema era mais cultural e estrutural: as minorias étnicas viviam tendencialmente em áreas urbanas menos afluentes, longe dos parques, e as pessoas de cor tinham menos oportunidades de desenvolver a sua capacidade de nadar por não viverem perto da zona marítima, onde as propriedades eram caras.

Como resultado das sanções departamentais, desenvolvemos processos para aplicar inquéritos etnicamente diversos aos candidatos e eliminar práticas de contratação discriminatórias. Os oficiais dos parques reconheceram que o desenvolvimento dos parques a longo prazo dependia de uma população que conhecesse e valorizasse estas áreas de conservação. Educar e servir uma população urbana crescentemente diversa da Califórnia tornou-se outra forma de cuidar dos parques.

10 Bron Taylor, *Dark Green Religion: Nature Spirituality and the Planetary Future* (Berkeley: University of California Press, 2010), 189.

11 Bron Taylor, *Affirmative Action at Work: Law, Politics and Ethics* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1991), 75.

As alterações sociais e ideológicas mais vastas refletiram-se na forma e missão dos parques. Os programas de ação afirmativa da Califórnia dos anos 1980 representaram um exemplo pioneiro de justiça ambiental. Com a diversificação do Estado, os que trabalhavam ou usavam os parques com fins recreativos também se diversificaram, o que, por sua vez, concedeu aos trabalhadores dos parques, e outros que valorizavam aqueles locais, uma oportunidade de transmitir ao público uma estética e ética que os levassem a ser valorizados e protegidos a longo prazo.

Que tipo de ética ambiental estava a ser transmitida e ensinada nestes programas pioneiros? Atualmente existe um compromisso significativo para conservar a diversidade biológica nacional, ameaçada pelas pegadas ecológicas de um crescente número de pessoas. Tal preocupação era embrionária quando entrei para a academia de formação interpretativa do State Park, em 1984. Aqui, aprendemos sobre a missão do serviço do parque e o modo de interpretá-lo aos visitantes através de programas museológicos e acampamentos.<sup>12</sup> Apesar de na época também ser um estudante avançado de ética e movimentos de justiça social por todo o mundo, foi no módulo de ética da nossa formação interpretativa que me deparei com a *land ethic* de Aldo Leopold.<sup>13</sup> Na minha turma de cerca de 40 guardas e nadadores-salvadores, poucos estavam já cientes das perdas de espécies por causas antrópicas e duvido que algum de nós tenha ouvido falar de Leopold antes do curso. Os cursos dos parques começaram, assim, a servir-se do campo incipiente da ética ecológica, a qual se viria a refletir cada vez mais nas práticas de gestão e programas de acampamento nas décadas subsequentes.

As áreas protegidas refletem, material e filosoficamente, as sociedades em que estão situadas. Este padrão fornece uma ampla oportunidade tanto para críticas e arrependimento sobre injustiças e fracassos passados, como para um otimismo relativo à existência de uma sinergia entre desenvolvimentos éticos positivos na sociedade como um todo e os esforços dos envolvidos na conservação de áreas protegidas. Mesmo nos locais onde os problemas persistem atualmente, como resultado de esforços para os mercantilizar em formas que servem aos modelos económicos neoliberais, emergiram modelos positivos para uma gestão mais inclusiva da conservação.<sup>14</sup> Constatar o potencial total

12 Bron Taylor, "Wilderness, Spirituality and Biodiversity in North America: Tracing an Environmental History from Occidental Roots to Earth Day," in *Wilderness Mythologies: Wilderness in the History of Religions*, ed. Laura Feldt (Berlin: De Gruyter, 2013), 293–324.

13 Aldo Leopold, "The Land Ethic," in *A Sand County Almanac and Sketches Here and There* (Oxford: Oxford University Press, 1987, primeira edição 1949), 201–26.

14 Büscher, *Transforming the Frontier*.

das áreas comuns, da conservação do planeta e das terras e águas protegidas requer um maior reconhecimento de que a prosperidade de todos os organismos é mutuamente dependente, e que nem a justiça ambiental, nem a ética da biodiversidade podem se desenvolver por completo uma sem a outra.

Carruthers tem defendido que a história ambiental, devido à sua abordagem global e multifacetada, oferece perspectivas analíticas que permitem vislumbrar um caminho socialmente inclusivo. Para que isso aconteça, a disciplina tem que fazer mais do que criticar fracassos e injustiças passados. Deve contribuir para compreender processos, estilos e modos de vida humanos que promovam sistemas bioculturais saudáveis e resilientes. Desta forma, a história ambiental pode ajudar a caminhar para um futuro mais igualitário e sustentável.

Catherine A. Christen

### **História e audácia: conversas com a ciência da conservação**

As perspectivas predominantes na ciência da conservação são orientadas para o futuro e regem-se pelo objetivo de prevenir possíveis extinções e assegurar uma salvação contínua da biodiversidade. Os historiadores ambientais, que pretendem aumentar o conhecimento sobre questões ambientais atuais através de análises históricas, respondem geralmente de modo positivo à missão futurista de “salvaguarda” que está no cerne da ciência da conservação. Alguns historiadores que abordam tópicos relacionados com a ciência da conservação podem ainda sentir-se impelidos a orientar a sua própria pesquisa para as necessidades históricas deste campo. Talvez essa tendência seja uma das principais dificuldades para historiadores como eu, que dedicaram a maioria do seu tempo a trabalhar em programas dedicados à análise da formação e implementação da própria ciência da conservação. Habitados a aplicar as nossas sensibilidades e abordagens históricas, bem como as perspectivas das humanidades, a projetos de conservação, estamos muitas vezes suscetíveis a abordar os nossos tópicos de investigação de uma forma errónea—a que se apropria da história para justificar a abordagem atualmente prevalecente na conservação. Torna-se, então, necessária uma abordagem audaciosa: aplicar a prática da história plenamente para produzir uma narrativa complexa que envolva a ciência da conservação, sem um enfoque restrito nas cosmovisões, tramas narrativas ou resultados específicos que os praticantes dessa ciência poderiam esperar em outros momentos. Um dos desafios mais difíceis com que a ciência da conservação se depara diz respeito ao alinhamento das suas descobertas científicas com as aplicações pretendidas no inevitável contexto do “mundo real”. A prática audaciosa e descomprometida da história, calibrada para processar esse mesmo contexto, é, em última análise, o maior benefício.

#### **Uma história de conservação: os cavalos-de-przewalski**

Atualmente, um dos mais dramáticos tópicos da ciência da conservação diz respeito à criação em cativeiro e subsequente reintrodução de espécies em habitats nativos ou quase nativos, muitas vezes várias gerações após a sua extinção na natureza. À semelhança de qualquer outra história de recuperação e salvação de espécies, a do cavalo-de-przewalski (*Equus ferus przewalskii*) também é complexa e entusiasmante. Esta subespécie possui dois cromossomas extra em relação aos cavalos domésticos (*Equus caballus*) e, ao con-

trário destes, mudam os pelos da cauda e crina uma vez por ano. Este cavalo era bem conhecido entre os povos nómadas da Ásia Central que o caçavam para obter carne ou que encontravam, por vezes, garanhões de przewalski quando montavam as éguas domésticas. Séculos após rumores e referências literárias ocasionais, o cavalo-de-przewalski foi pela primeira vez identificado como espécie pela ciência ocidental em 1881, para grande regozijo dos europeus contemporâneos adeptos tanto da evolução, como da criação de cavalos. Nesta altura, o cavalo estava já confinado às margens mais secas da sua área de distribuição natural na Ásia Central.

No início dos anos 1900, um elevado número de agentes comerciais violentos do ocidente, em busca de peles para coleção e cavalos para reprodução, removeu mais de 80 potros desta subespécie do seu habitat natural. Quando destas capturas, foram ainda destruídos vários haréns no processo de dispersão e abate de inúmeros garanhões e mortas as éguas que estavam a interferir com o processo. De certa forma, os cavalos restantes acabaram por ultrapassar estes fatores comportamentais e reprodutivos de stresse e reagruparam-se, uma vez que zoólogos contemporâneos descobriram que os números da espécie voltaram a aumentar por volta da década de 1930. Contudo, em finais dos anos 1940, alguns fatores como uma pressão crescente nas pastagens, uma elevada procura de carne por caçadores tradicionais e inúmeras tempestades severas e prolongadas de neve condenaram aparentemente a população remanescente. Os últimos avistamentos dos cavalos selvagens, no deserto de Gobi, remontam à década de 1960.

Entretanto, cerca de 50 dos inúmeros potros capturados sobreviveram às longas jornadas por via terrestre, no início de 1900, e à mudança para propriedades e jardins zoológicos ocidentais, onde as fracas condições de cativeiro e a completa perda das estruturas naturais, ecológicas e sociais, incrementaram o número de mortes e provocaram um decréscimo global da taxa reprodutiva, agravados pelas predações da Segunda Guerra Mundial. Em 1947, existiam apenas cerca de 30 cavalos em cativeiro em todo o mundo e a fração dos que ainda estavam no fundo retinham o material genético de aproximadamente uma dúzia de cavalos fundadores. Em finais de 1950, contudo, o relógio da subespécie reiniciou nesta população em diáspora. Nas décadas posteriores, assistiu-se a um interesse crescente entre cientistas e responsáveis por jardins zoológicos, numa melhoria das condições de cativeiro, no aumento da coordenação internacional de criação em cativeiro e avanços na genética da conservação. Em 1990, a população em cativeiro ascendeu a várias centenas, tendo sido iniciadas, em 1992, as reintroduções nas reservas mongóis no

Deserto de Gobi e nas regiões mais favoráveis de estepes, no seguimento de libertações em recintos semisselvagens nalgumas zonas da Europa. Atualmente, também existem reservas na China e Cazaquistão. Ao longo dos tempos, a gestão de reservas na Mongólia incorporou uma ciência mais aplicada, um maior número de cientistas mongóis e uma maior cooperação com pastores locais e o próprio cavalo foi crescentemente adotado como símbolo nacional da Mongólia pós-soviética. Existem vários debates entre zoólogos sobre a consideração de um mamífero reproduzido em cativeiro durante várias gerações como a mesma espécie, em termos funcionais e comportamentais, que foi quando esteve pela última vez em estado selvagem. Curiosamente, quando da reintrodução inicial deste cavalo, a estepe e as paisagens do deserto da Mongólia, bem como as interações entre os humanos e a paisagem, mantiveram-se praticamente inalteradas desde a última vez que estes cavalos ali estiveram, ou mesmo desde os vários milhares de anos precedentes. Atualmente, contudo, já são diferentes. Mudanças económicas e sociais, incluindo a mineração e urbanização intensivas, começaram a acelerar no século XXI, aumentando os desafios para o cavalo-de-przewalski.

### Uma *história* dos cavalos-de-przewalski

Uma história do cavalo-de-przewalski que sirva ao interesse futurista da ciência da conservação na sua sobrevivência pode focar-se na forma como a preservação em cativeiro do cavalo tornou possível a sua posterior reificação enquanto espécie selvagem. Esta é, de facto, uma das principais temáticas da história apresentada pelos jardins zoológicos onde este cavalo existe. Uma história do przewalski também se poderia focar no modo como os cientistas maximizaram a diversidade genética dos cavalos atuais através do desenvolvimento de um dos primeiros *studbooks* mundiais (livros onde são anotadas as linhagens de cavalos e outros animais), bem como da melhoria da gestão da ecologia de populações pequenas. Seria injusto afirmar que os cientistas da conservação ignoram os segmentos pré e anticonservação desta história, dado que não o fazem. Quando quiseram a sua história, recolheram-na e, no processo, os cientistas interessados tornaram acessível algumas das melhores fontes primárias e secundárias sobre os cavalos-de-przewalski, incluindo informações referentes aos primeiros domadores de cavalos, claramente não conservacionistas.

Orientar uma história dos cavalos-de-przewalski para o futuro—por exemplo, focada na viabilidade genética ou reintrodução—representa um impulso “útil” para um historiador



com espírito colaborativo, mas também tende a deixar o historiador em dívida para com a versão fracasso e sucesso da história. Há outras lentes possíveis para contemplar as dinâmicas das histórias associadas aos destinos deste cavalo e respetivos habitats, lentes compostas que ajudam o historiador a explorar esta história em pelo menos dois níveis cronológicos simultaneamente: um associado aos conservacionistas virados para o futuro, o outro aos historiadores que observam o passado. Tais lentes abarcam mecanismos históricos complexos, os quais permitem envolver na totalidade os diálogos ricos que emergem das perspetivas disciplinares focadas tanto no presente, como no período histórico. Assim, a história revelada pode, com sorte, ajudar-nos a mapear as capacidades intelectuais e práticas dos protagonistas desse tempo passado e a compreender como estão interligados. No caso dos cavalos-de-przewalski, esta história baseia-se nas fontes primárias existentes (registos dos zoólogos da Academia Russa ou comerciantes de animais, como Carl Hagenbeck) e nos mundos físicos com os quais estavam conectados—desertos da Ásia Central habitados por caçadores nómadas, pastores e uma fauna nativa que incluía cavalos selvagens tímidos e raros. Numa história ousada, as fontes encontradas e analisadas desse período são passíveis de ser reforçadas com cada uma destas disciplinas presentes, ou seja, com os historiadores e com as várias ciências naturais da conservação. Além disso, é provável que sustente melhor as questões atuais de conservação—por exemplo, o debate acerca da adequação de pastagens e habitats de deserto.

Onde é que as diferentes cosmovisões disciplinares de cada uma das entidades envolvidas nessa história se relacionam entre si e com o quadro histórico mais alargado? Neste caso, a minha lente composta—explicitamente, uma lente do século XXI—implica uma aprendizagem, capacitação, convocação ou facilitação, algumas vezes expandindo estes termos para além dos seus usos modernos estabelecidos. O objetivo consiste em avaliar o mais profundamente possível o grau de agência e interação entre dois ou mais pontos de vista culturais e as respetivas práticas associadas, no que diz respeito às ações humanas em relação a estes animais em específico. Em grande medida, estes cavalos existiram fora da história até terem sido reificados pela primeira identificação científica, apesar de, logo após a sua identificação, a história intelectual se ter tornado um fator importante no seu tratamento. Como exemplo, nas incursões do início dos anos 1900, os planos para reunir pequenos números destes cautelosos haréns degeneraram na remoção de dezenas de cavalos. Os animais coletados deram origem aos cavalos vivos que hoje repovoam os habitats da Ásia Central. Contudo, embora o fascínio intelectual pela escassez tenha sido a principal motivação, a “conservação” não o era. Ao estudar as motivações e interações

entre caçadores locais, os cientistas da Academia Russa e colecionadores europeus (incluindo o grupo de Hagenbeck), podemos aprender mais acerca da forma como diferentes protagonistas e as suas culturas estavam conectados, interagiam e partilhavam conhecimentos e cosmovisões através das experiências de capacitação partilhadas, bem como dos respetivos impactos ambientais e ecológicos. Podemos abordar estas histórias contemporâneas do século XIX através da consideração, em específico, das suas semelhanças e diferenças com a conservação do século XXI, em termos de práticas de capacitação (aprendizagem) e formação de consenso (convocação). Ao reconhecer que qualquer um dos atores poderia ser treinador ou coordenador, é possível analisar as transmissões culturais e impactos ambientais sem privilegiar as perspetivas de qualquer dos grupos “instruídos” pré-designados. É um esforço audacioso, baseado na mudança para um processo tanto de avanços quanto de recuos, de uma só vez.

### **A gestão atual de elefantes**

Nos contextos atuais da ciência da conservação e gestão, os historiadores podem incorporar várias técnicas das humanidades para convocar e resolver conflitos. Através da coedição de um volume de artigos resultante de um simpósio sobre o tratamento ético de elefantes em estado selvagem e em cativeiro, iniciei, em conjunto com o zoólogo Chris Wemmer, um processo intelectual de análise das perspetivas de cada um dos autores, oriundos de campos profissionais diversos, espalhados pelas ciências naturais, ciências sociais e humanidades, em termos da sua conceção predominante dos elefantes enquanto indivíduos, populações ou espécies. Compreender a centralidade do alinhamento de cada um dos participantes era crucial para abordar o simpósio que deu origem a esse volume: os responsáveis pelos jardins zoológicos e os ativistas dos direitos dos animais, focados nas questões éticas dos elefantes em jardins zoológicos e circos, estavam a trabalhar à escala dos animais individuais; alguns dos cientistas no nosso grupo centravam-se, sobretudo, nas populações; outros consideravam as questões éticas do ponto de vista da espécie. Visto que estes grupos distintos iriam dialogar entre si durante dois dias, encontramos margem de manobra no nosso orçamento para contratar dois facilitadores, os quais eu já conhecia de um trabalho antigo de mediação comunitária. Durante os dois dias do *workshop* após o simpósio, ajudaram-nos a encontrar áreas de consenso (mesmo que fraco), conducente ao desenvolvimento de uma notável coesão que impressionou todos os membros do grupo. No final do *workshop*, todos os que chegaram convencidos de que tinham a chave para lidar com os elefantes e a sua gestão ética (a visão específica

do elefante como indivíduo, população ou espécie) passaram a ver algo que nem sequer tinham percebido antes. Constataram que outras pessoas, também elas preocupadas com os elefantes, baseavam-se em princípios fundamentalmente diferentes—em outras palavras, “relações definem perspectivas”, incluindo a perspectiva não muito conservacionista dos que se encontravam em conflito com elefantes em relação a recursos básicos, como os pequenos agricultores do Sri Lanka, ainda que tivessem os elefantes em elevada consideração cultural. Os participantes levaram os novos arranjos que fizeram naquele *workshop* e aplicaram-nos na década passada para expandir os horizontes e melhorar a eficácia do seu trabalho relacionado com os elefantes.

### **O valor da audácia**

Talvez a maioria dos historiadores não sinta que a audácia deva ser um componente-chave do seu *modus operandi*. A confiança profissional normalmente deveria ser suficiente. Alguns, sem dúvida, sentem-se sempre confortavelmente audaciosos. Contudo, quando se está tão próximo do mundo da ciência da conservação que se acaba por, efetivamente, integrar esse mundo, ainda que não se tenha sido preparado para exercer desta forma, torna-se verdadeiramente importante adquirir uma audácia virtuosa. Jane Carruthers tem sido uma mentora central na minha aprendizagem de obtenção e expressão desta medida de audácia, tanto na minha investigação, como nos outros segmentos da minha carreira de historiadora alternativa no mundo da ciência da conservação. Jane sempre me estimulou a ser ousada. No que descrevi acima, ela esteve sempre lá, empurrando-me para os verdadeiros limites, quer quando trabalhei com as fronteiras multidisciplinares no projeto “Elefantes e Ética” ou quando estava profundamente envolvida na administração da Society for Conservation Biology. Jane sempre me ofereceu muitas coisas grandes. Aparece em momentos estranhos e estimula-me para novas direções em termos de pesquisa e convocação históricas, tal como tenho a certeza que faz com muitos outros pesquisadores. Não está a fazer mais do que repassar as lições do tipo de audácia—com a Jane, muitas vezes é algo mais parecido com despreocupação encantadora—que demonstrou no seu trabalho com gestores conservacionistas na África do Sul ou com a sua pesquisa e análise histórica do Parque Nacional Kruger. Jane admira a coragem de cada um antes da audácia e elogia quando se faz a coisa certa, cativando-nos a integrar o grupo dos aventureiros transdisciplinares, como ela, que tomaram medidas mais ousadas e audaciosas.

Christof Mauch

## **“Mas onde mora o perigo, também cresce a salvação”: reflexões sobre exploração e sustentabilidade**

### I

Poucos historiadores pensaram tão profundamente sobre exploração e sustentabilidade como Jane Carruthers. O seu interesse recai na preservação da flora e fauna, na história dos parques nacionais e “nos poderes de salvação” dos parques. O seu compromisso reside no potencial de preservar terras para criar um mundo melhor e a sua preocupação centra-se na destruição de maravilhas naturais e modos de vida humanos.

### II

Em março de 2013, a Chanceler alemã Angela Merkel disse numa cerimónia oficial de celebração do tricentenário do termo germânico para sustentabilidade, *Nachhaltigkeit*: “O conceito tornou-se um princípio de sobrevivência” e, como acontece sempre em ocasiões deste tipo, os resultados no domínio do desenvolvimento sustentável foram profundamente elogiados. “No início”, de acordo com Merkel, “esteve Carl von Carlowitz”, um aristocrata barroco na Saxónia com uma peruca comprida e encaracolada e uma armadura de cavaleiro. Foi ele o primeiro a usar o termo *Nachhaltigkeit* no seu grande volume sobre “silvicultura” (cultura florestal), publicado no início do século XVIII. As suas ideias sobre uma silvicultura sustentável foram um sucesso de exportação e conquistaram o mundo.

Carlowitz era responsável pelas minas de prata reais da Saxónia. Para o processo de mineração e fundição, ele necessitava de uma grande quantidade de carvão e inúmeras árvores. O crescimento sustentável (ou seja, o recrescimento de árvores) era uma necessidade para Carlowitz que, ao pretender explorar eficientemente um recurso (minério), necessitava de conservar um outro (madeira). Até que ponto é que a noção de *Nachhaltigkeit*, cunhada por Carlowitz, tem a ver com a ideia de “desenvolvimento sustentável” e a Declaração do Rio, de 1992?

### III

Carlowitz pode ter sido o inventor do termo *Nachhaltend*, mas não foi o inventor da sustentabilidade. Muito antes dele, os venezianos fizeram de tudo para conservar as suas

florestas, em grande parte devido ao seu apetite insaciável por madeira, já que, sem madeira, não tinham barcos e sem barcos não teriam tráfico, capacidade de lutar, poder e riquezas. Durante centenas de anos reservaram espaços para árvores, mas, no século XVI, quando tanto a frota como os próprios barcos cresceram (e também, como consequência, o receio da escassez de madeira), mudaram a sua forma de pensar. O tempo passou a ser a sua nova categoria de pensamento, ao invés do espaço. Perguntavam-se: quanto tempo é que árvores específicas demoram a crescer, dando-nos madeira suficiente para remos, mastros e para o corpo dos barcos, num período de cem ou duzentos anos? E como poderemos assegurar o crescimento e recrescimento das nossas árvores? A silvicultura veneziana era melhor do que o sugerido pela sua reputação, e certamente melhor do que a francesa e britânica em séculos posteriores, cujas florestas desapareceram a uma velocidade record. De facto, no final, o declínio de Veneza pouco teve que ver com a falta de madeira. Os venezianos perderam o tráfico de especiarias para os portugueses que tinham melhores navios para circular no oceano e, claro, Napoleão desempenhou um papel importante na queda de Veneza.

#### IV

Na tentativa de antecipar o crescimento e aumentar a produtividade florestal, os venezianos excluíram os utilizadores locais (camponeses) da maioria das reservas estatais. O enfoque dos silvicultores estatais residia na produção de madeira de elevada qualidade e não no modo de vida dos camponeses. De facto, aos olhos dos superintendentes florestais, a população rural deveria ser prevenida de “abusar” da floresta: apanhar lenha e palha, adubar plantas, apanhar frutos e bagas. Contudo, e estranhamente, apesar de todo o planeamento e cálculos, a produtividade florestal decresceu muito mais rapidamente do que a das florestas usadas localmente. O enfoque restrito na produção de materiais para barcos discriminou as comunidades rurais, mas por que é que as vozes dos camponeses não foram escutadas?

#### V

A invenção da sustentabilidade esteve intrinsecamente ligada à consciência da escassez. Os que tinham poucos recursos cedo aprenderam que estes poderiam acabar. Será que, como Richard Grove considerou, as origens da consciência ambiental moderna remontam, na verdade, ao mundo colonial das ilhas pequenas? Foram mesmo as colónias que ensinaram aos portugueses, espanhóis e britânicos que existem limites para o crescimento? O oposto pode também ser verdade, ou pelo menos uma outra forma de

olhar para a questão: de facto, as colónias foram os impulsionadores da ganância. Será um império complacente a consequência lógica de demasiadas colónias?

## VI

Uma das grandes surpresas da história diz respeito à capacidade de Carlowitz, os venezianos, a Grã-Bretanha e a França coloniais de ultrapassar as suas várias escassezes de madeira. Como é que o Ocidente foi capaz de reunir energia suficiente para a enorme industrialização do século XIX? Nunca teria sido possível produzir o suficiente para esta revolução mesmo com todas as florestas da Inglaterra. A nova fome dos europeus por energia ultrapassou largamente o ritmo de crescimento das árvores e, aqui, o maior fator foi a mudança para combustíveis fósseis: da madeira para o carvão. As alterações que têm ocorrido no mundo nos séculos mais recentes foram possíveis graças à colonização do vertical, de camadas muito abaixo da superfície terrestre. Não obstante, a colonização do horizontal foi igualmente importante: a expansão para paisagens de novos mundos—as Américas.

A natureza jogou a favor dos europeus colonizadores. Bactérias e vírus do Velho Mundo dizimaram as populações indígenas das Américas. O estabelecimento do Novo Mundo destruiu os “nativos” (e também centenas de milhares de africanos), mas no que aos europeus dizia respeito, encontraram ouro. Ocuparam a América. O colonialismo transformou radical e irreversivelmente o Novo Mundo e as suas riquezas ambientais transformaram a Europa, com culturas como a cana-de-açúcar e o algodão, bem como minerais retirados da terra, a desempenhar um papel determinante no desenvolvimento europeu. Sem a descoberta do carvão, e sem a “descoberta” e colonização da América, a Europa seria provavelmente como a China: um continente predominantemente rural. A descoberta e excelência das Américas tornaram tanto este continente, como a própria Europa, um novo mundo. O que havia de tão especial na América?

## VII

Todas as preocupações do Velho Mundo sobre a sustentabilidade foram afastadas com a repentina disponibilidade de terras no Novo Mundo. A América forneceu uma tela quase inimaginável, rica em quase todos os tipos de recursos, pelo que o continente se tornou uma “imensa mesa de jogo” (James T. Callender). Neste jogo, os vencedores eram os que podiam fazer as maiores apostas, ou seja, os proprietários das plantações e agricultores de ponta, que progrediram rapidamente: se as colheitas comesçassem a faltar

ou falhar, havia sempre terra nova disponível para oeste, novas perspectivas. O processo rápido de aquisição, preparação, cultivo e venda de terra a um novo proprietário—a transformação de terra em *commodity*—foi uma receita para o sucesso económico. A crença da “terra de possibilidades ilimitadas” teve as suas raízes no espaço americano, nas paisagens aparentemente ilimitadas do continente. As histórias são reduções da realidade, mas reduzem as coisas à sua essência. Desde a colonização europeia nas Américas até ao final da Segunda Guerra Mundial, os americanos não queriam ouvir falar de limites ao crescimento ou profecias de quedas. O “estilo de vida estadunidense” assentou na crença da riqueza como meio de alcançar a felicidade, no direito a um nível de vida cada vez superior, no consumo e crescimento económico. O facto de tal prosperidade ser algo a que todos podem aspirar (pelo menos os que estão no lado político certo) foi e é a essência do sonho americano, sonho esse que se viria a espalhar, inicialmente do Novo para o Velho Mundo e posteriormente em todas as direcções, da Coreia, Austrália, África do Sul, ao Brasil e China. Sem a descoberta das Américas pelos europeus, a história teria seguido um curso muito diferente. Teríamos reconhecido os nossos limites mais cedo? Sem o descobrimento da América, que nos deu a noção sentimental e intelectual de abundância sem limites, talvez nós, europeus, não tivéssemos chegado a encontrar ouro.

## VIII

A ilusão de espaço e recursos suficientes foi talvez a tragédia da história Ocidental moderna. Deu-nos o sentimento de infinitude, retirou qualquer sentimento de urgência e também preveniu que percebêssemos que a nossa exploração de recursos estava a acelerar em a um ritmo vertiginoso. A extração e exploração do nosso ambiente sempre foram o preço para viver neste planeta. Não é nada de novo. Até a utilização de recursos não renováveis é antiga. O que é novo é a aceleração revolucionária e o alcance global da interferência humana no ambiente.

Os humanos consomem petróleo naquilo que é, em termos geológicos, um piscar de olhos, petróleo esse que a natureza demorou bilénios a produzir. Os venezianos e Carlowitz, foram capazes de pensar em termos de gerações e séculos e em categorias de recrescimento sustentável. Séculos antes, as pessoas no Período Moderno apenas conheciam uma outra unidade de tempo: a eternidade. No século XX, as unidades de tempo através das quais os humanos se mapearam a si próprios e ao seu impacto eram completamente distintas. Vestígios do mercúrio utilizado no Ocidente Americano na

segunda metade do século XIX para a mineração hidráulica de ouro espalharam-se por canais e rios remotos, através de peixes e outros organismos marinhos, e podem hoje ser encontrados em corpos humanos de todos os cantos do mundo. O lixo nuclear e substâncias venenosas são produzidos em grandes concentrações e em tais quantidades que os seus efeitos letais persistirão por dezenas de milhares de anos. A meia-vida dos elementos combustíveis irradiados posta no primeira armazenamento final do mundo para lixo nuclear na Finlândia tem, no mínimo, dez mil anos. Quem poderia assegurar a caixa de Pandora nuclear para os nossos antepassados, daqui a cem mil anos?

## IX

A velocidade e a extensão da nossa interferência no ambiente aumentaram rapidamente nos últimos duzentos anos. Cerca de dois terços da superfície do nosso planeta está cultivada ou serve de pastagem, 90 por cento das plantas foram criadas por humanos, as cidades estão a tornar-se o ecossistema mais frequente (e, portanto, uma nova camada de solo), o plástico tornou-se um novo tipo de sedimento e os geólogos dizem-nos que as mudanças antrópicas na superfície terrestre—através da agricultura, habitação e construção de vias e canais—resultarão numa taxa de erosão cerca de 30 vezes superior à média histórica. Muitas destas mudanças são irreversíveis e muitas têm consequências fatais. As emissões de CO<sub>2</sub> deram origem à extinção de espécies, à acidificação dos oceanos, à morte de ecossistemas, desflorestamento, perda de modos de vida e de habitats. O conhecimento obtido a partir de achados fósseis indica que 98 por cento de todas as espécies que alguma vez existiram estão agora extintas.

Ao contrário de todas as outras espécies neste planeta, o nosso intelecto permite-nos reconhecer que, como todas as outras criaturas, nos iremos eventualmente extinguir. Queremos evitar isso, mas enquanto algumas ações prolongarão a nossa existência terrestre, muitas irão acelerar o fim da humanidade. No seu hino de inspiração clássica “Patmos”, o poeta Friedrich Hölderlin exorta a esperança humana face à criação ameaçada: “Mas onde mora o perigo, também cresce a salvação”. Olhando retrospectivamente, e no que diz respeito à história, sabemos que esta frase também é verdade se for revertida: “onde mora a salvação, o perigo cresce”.

A história ambiental está repleta de histórias da “conquista da natureza” (David Blackbourn). A transformação de paisagens fluviais, por exemplo, teve lugar em nome da racionalidade, progresso e modernização, mas as consequências inesperadas destas ações



foram novas vulnerabilidades e desastres. As histórias do domínio tecnológico dos rios são tudo menos sustentáveis e os seus protagonistas têm mais em comum com Sísifo do que com “engenheiros divinos”—mais uma vez, a natureza vira-se contra os que a venceriam. Muitas vezes, são precisamente os princípios que deveriam assegurar a estabilidade que levam ao colapso—a fixação numa solução, em vez de experimentar alternativas.

## X

Qualquer conversa sobre “desenvolvimento sustentável” não deve considerar apenas os riscos criados pela própria humanidade, presentes há milénios; deve também ter em conta o facto de que as condições em que vivemos não são duradouras, incluindo nas reflexões a fragilidade do sistema. Temos o nosso olhar cada vez mais voltado ao futuro e em períodos de tempo cada vez mais curtos. Ao contrário de Carlowitz e dos nossos antepassados do Período Moderno, que consideraram com seriedade o tempo da natureza (a duração das vidas humanas e o recrescimento das florestas), marcamos o nosso tempo de compromisso em compromisso, de um ciclo eleitoral até ao seguinte e pelas flutuações, segundo a segundo, nas taxas de câmbio em Wall Street. Pelo menos tão importante como o nosso olhar no futuro é a nossa visão do passado, a qual nos ajuda a relembrar o que obtivemos e, mais importante ainda, o que perdemos, tanto na história recente, como na *longue durée*.

A história do Novo Mundo, que durante um século e meio foi a história do crescimento sustentável (as recessões dificilmente ultrapassaram as curvas ascendentes), demonstra que este jogo produziu não só vencedores, mas também vencidos: solos, búfalos e minórias que vivem hoje com o odor e o lixo venenoso do progresso. Se pretendemos usar as experiências da história para o nosso bem futuro, é importante que as nossas narrativas não só reflitam o fluxo permanente da relação entre a humanidade e o ambiente, mas também que insiramos a ambivalência do perigo e da salvação nas nossas histórias e respetivas interpretações. As histórias de Jane Carruthers fazem precisamente isso. Histórias sustentáveis. Histórias de rebanhos que estão a desaparecer e da sobrevivência da vida selvagem em circunstâncias alteradas—em quintas e parques na África do Sul; histórias que se insurgem contra a discriminação dos grupos mais fracos em nome de uma intervenção em larga escala no ambiente; histórias que demonstram que as principais mudanças históricas seguem quase sempre a observação de espaços menores e transformações locais e que as ideias de um ambiente melhor viajam pelo tempo e pelo espaço, alterando-se no percurso.

Histórias sustentáveis são caracterizadas pela sua evocação de imagens positivas e de advertências contra as mudanças destrutivas no mundo, pois revelam tanto as decisões erradas, como novas linhas de ação. Precisamos de mais histórias do tipo das que Jane Carruthers conta.



## **Livros e contribuições para livros de Jane Carrunthers**

### **Autoria individual e coautoria**

2001. *Wildlife and Warfare: The Life of James Stevenson-Hamilton*. Pietermaritzburg: University of Natal Press.
1995. *Game Protection in the Transvaal, 1846 to 1926*. Archives Year Book for South African History. Pretoria: Government Printer.
1995. *The Kruger National Park: A Social and Political History*. Pietermaritzburg: University of Natal Press.
1995. *The Life and Work of Thomas Baines* (com Marion Arnold). Cape Town: Fernwood Press.
1993. *Sandton: The Making of a Town*. Sandton: Celt Books.
1990. *Thomas Baines: Eastern Cape Sketches, 1848 to 1852*. Johannesburg: The Brenthurst Press.
1989. *Melton Prior: War Artist in Southern Africa, 1895 to 1900*. Johannesburg: The Brenthurst Press.

### **Livros editados e contribuições com capítulos**

2013. "Designing a Wilderness for Wildlife: The Case of the Pilanesberg National Park, South Africa." In *Designing Wildlife Habitats*, ed. John Beardsley. Washington, DC: Dumbarton Oaks/Harvard.
2012. "Epilogue: National Parks, Civilization and Globalization." In *Civilizing Nature: National Parks in Global Historical Perspective*, eds. Bernard Gissibl, Sabine Höhler e Patrick Kupper. New York: Berghahn Books.
2012. "Environmental History in Africa." In *A Companion to Global Environmental History*, eds. John R. McNeill e Erin S. Mauldin. Oxford: Wiley Blackwell.
2012. "'Duties of a Particularly Harassing Nature': Thomas Baines and the North Australian Expedition, 1855 to 1857." In *Thomas Baines: Exploring Tropical Australia, 1855 to 1857*, eds. Jane Carruthers e Lindy Stiebel. Canberra: National Museum of Australia Press.

2011. "Hunter of Elephants, Take your Bow! A Historical Analysis of Nonfiction Writing About Elephant Hunting in Southern Africa." In *Environment at the Margins: Literary e Environmental Studies in Africa*, eds. Byron Caminero-Santangelo e Garth Myers. Athens: Ohio University Press.
2009. "Full of Rubberneck Waggons and Tourists': The Development of Tourism in South Africa's National Parks." In *Tourism and National Parks: International Perspectives on Development, Histories and Change*, eds. Warwick Frost e C. Michael Hall. London: Routledge.
2008. "National Parks in South Africa." In *Parks in Transition: Evolution and Innovation in Wildlife Conservation: Parks and Game Ranches in Transfrontier Conservation Areas*, eds. Helen Suich, Brian Child e Anna Spenceley. Washington DC: Island Press.
2008. "National Parks," "Vandana Shiva," e "Worldwide Fund for Wildlife." In *Palgrave Dictionary of Transnational History*. New York etc.: Palgrave Macmillan.
2008. "Elephant History and Distribution." In *Scientific Assessment of Elephant Management in South Africa*, eds. Robert Scholes e Kathleen Mennell. Johannesburg: Wits University Press.
2008. (Ed.) J. Stevenson-Hamilton, *South African Eden*. Johannesburg: Penguin.
2007. "Cartographical Rivalries: Friedrich Jeppe and the Transvaal." In *Mapping Colonial Conquest: Australia and Southern Africa*, ed. Norman Etherington. Nedlands, WA: University of Western Australia Press.
2007. "Early Boer Republics: Changing Political Forces in the Cradle of Humankind, 1830s to 1890s." In *A Search for Origins: Science, History and South Africa's Cradle of Humankind*, eds. Philip Bonner, Amanda Esterhuysen e Trefor Jenkins. Johannesburg: Wits University Press.
2007. "Nature Conservation and Natural Resource Management: 1870s–2000." In *Mpumalanga: History and Heritage*, ed. Peter Delius. Pietermaritzburg: University of KwaZulu-Natal Press.
2006. "From 'Land' to 'Place': Environmental Activism in the Magaliesberg, South Africa e Cooper's Creek, Australia." In *Shades of Green: Environmental Activism around the Globe*, eds. Christof Mauch, Nathan Stoltzfus, Douglas Weiner e Frank Zelko. Lanham etc.: Rowman e Littlefield.
2005. "Abel Chapman" e "James Stevenson-Hamilton." In *Oxford Dictionary of National Biography*.
2003. "Changing Philosophies and Values." In *South African National Parks: A Celebration*, eds. Anthony Hall-Martin e Jane Carruthers. Johannesburg: SANParks.

2003. "Past and Future Landscape Ideology: The Kalahari Gemsbok National Park and Uluru-Kata Tjuta Compared." In *Social History and African Environments Past and Present*, eds. William Beinart e Joann McGregor. Oxford: James Currey e Cape Town: David Philip.
2003. "Beyond the Fence: People and the Lowveld Landscape." In *The Kruger Experience: Ecology and Management of Savanna Heterogeneity*, eds. Johan Du Toit, Kevin Rogers e Harry Biggs. Washington DC: Island Press.
2003. "Contesting Cultural Landscapes in South Africa and Australia: Comparing the Significance of the Kalahari Gemsbok and Uluru-Kata Tjuta National Parks." In *Disputed Territories: Land, Culture and Identity in Settler Societies*, eds. David Trigger e Gareth Griffiths. Hong Kong: University of Hong Kong Press.
2003. "Environmental History in Southern Africa: An Overview." In *South Africa's Environmental History: Cases and Comparisons*, eds. Stephen Dovers, Ruth Edgecombe e Bill Guest. Athens: Ohio University Press e Cape Town: David Philip.
2001. "This Delicious Morsel of a Gold Field: Thomas Baines and the Northern Gold Fields Expedition." In *Thomas Baines: Great Map*, eds. Jane Carruthers, Vivian Forbes e Norman Etherington. Publicação eletrónica. Durban: Campbell Collections of the University of Natal.
1997. "Nationhood and National Parks: Comparative Examples from the Post-imperial Experience." In *Ecology and Empire*, eds. Tom Griffiths e Libby Robin. Edinburgh: Keele University Press
1996. (Ed.) *The Jameson Raid: A Centennial Retrospective*. Johannesburg: The Brenthurst Press.
1993. (Ed.) J. Stevenson-Hamilton, *South African Eden*. Cape Town: Struik.
1992. "Introduction." In Ryno Greenwall, *Artists and Illustrators of the Anglo-Boer War*. Cape Town: Fernwood Press.
1990. "Wildbewing in die Transvaal, 1846-1898." In *Neem uit die Verlede*, ed. U. de V. Pienaar. Pretoria: National Parks Board.
1984. "G. H. Swingler and the Supply of Electricity to Cape Town." In *Studies in the History of Cape Town*, Vol. 5, ed. Christopher Saunders et al.

### Publicações em Revistas Acadêmicas

2013. “The Royal Natal National Park, Kwazulu-Natal: Mountaineering, Tourism and Nature Conservation in South Africa’s First National Park c.1896 to c.1947.” *Environment and History* 19: 459–85.
2013. “Vanishing Herds? Transformations in Wildlife Hunting in Southern Africa, 1830-2000.” *Nova Acta Leopoldina* 114, no. 390: 35–45.
2012. “National Identity and International Science: the Case of *Acacia*” (com Libby Robin). *Historical Records of Australian Science* 23: 34–54.
2011. “G. Evelyn Hutchinson in South Africa, 1926 to 1928: ‘An Immense Part in My Intellectual Development’.” *Transactions of the Royal Society of South Africa* 66, no. 2: 87–104.
2011. “Recapturing Justice and Passion in Environmental History: A Future Path.” *RCC Perspectives* 3: 61–63.
2011. “Human-Mediated Introductions of Australian Acacias—a Global Experiment in Biogeography” (com David M. Richardson, Cang Hui, Fiona A. C. Impson, Joseph T. Miller, Mark P. Robertson, Mathieu Rouget, Johannes J. Le Roux e John R. U. Wilson). *Diversity and Distributions* 17: 771–87.
2011. “A Native at Home and Abroad: The History, Politics, Ethics and Aesthetics of *Acacia*” (com Libby Robin, Johan Hattingh, Christian Kull, Haripriya Rangan e Brian van Wilgen). *Diversity and Distributions* 17: 810–21.
2011. “Pilanesberg National Park, North West Province, South Africa: Uniting Economic Development with Ecological Design—a History, 1960s to 1984.” *Koedoe* 53, no. 1.
2011. “Trouble in the Garden: South African Botanical Politics c. 1870-1950.” *South African Journal of Botany* 77, no. 2: 258–67.
2011. “Introduction: Environmental History and the History of Biology” (com Libby Robin). *Journal of the History of Biology* 44, no. 1: 1–14.
2010. “The Changing Shape and Scope of Southern African Historical Studies.” *South African Historical Journal* 62, no. 2: 385–94.

2010. "Taxonomic Imperialism in the Battles for Acacia: Identity and Science in South Africa and Australia" (com Libby Robin). *Transactions of the Royal Society of South Africa* 65, no. 1: 48–64.
2010. "Henry Selby Hele-Shaw LL.D., D.Sc., D. Eng., F.R.S., Wh.Sch., (1854–1941): Engineer, Inventor and Educationist." *South African Journal of Science* 106, no. 1–2: 34–39.
2010. "Romance, Reverence, Research, Rights: Writing about Elephant Hunting and Management in Southern Africa, c.1830s to 2008." *Koedoe: African Protected Area Conservation and Science* 52, no. 1: 1–6.
2009. "Environmental History: Complex Connections Around the Constancy of Change." *Historia* 54, no. 2: 98–112.
2008. "Dainfern and Diepsloot: Environmental Justice and Environmental History in Johannesburg, South Africa." *Environmental Justice* 1, no. 3: 121–25.
2008. "'Wilding the Farm or Farming the Wild': The Evolution of Scientific Game Ranching in South Africa from the 1960s to the Present." *Transactions of the Royal Society of South Africa* 63, no. 2: 160–81.
2008. "Scientists in Society: A History of the Royal Society of South Africa." *Transactions of the Royal Society of South Africa* 63, no. 1: 1–30.
2008. "Conservation and Wildlife Management in South African National Parks 1930s–1960s." *Journal of the History of Biology* 41, no. 2: 203–36.
2007. "'South Africa: A World in One Country': Land Restitution in National Parks and Protected Areas." *Conservation and Society* 5, no. 3: 292–306.
2007. "Influences on Wildlife Management and Conservation Biology in South Africa c.1900 to c.1940." *South African Historical Journal* 58, no. 1: 65–90.
2007. "Men in My (Historical) Life." *Historia* 52, no. 2: 269–72.
2007. "The Knowledge That There Is In Names." *Environmental History* 12, no. 2: 299–301.
2006. "Tracking in Game Trails: Looking Afresh at the Politics of Environmental History in South Africa." *Environmental History* 11, no. 4: 804–29.
2006. "Mapungubwe: An Historical and Contemporary Analysis of a World Heritage Cultural Landscape." *Koedoe* 49, no. 1: 1–14.



2005. "Changing Perspectives on Wildlife in Southern Africa, c.1840 to c.1914." *Society and Animals* 13, no. 3: 183–99.
2004. "Africa: Histories, Ecologies and Societies." *Environment and History* 10, no. 4: 379–406.
2004. "'Our Beautiful and Useful Allies': Aspects of Ornithology in Twentieth Century South Africa." *Historia* 49, no. 1: 89–109.
2003. "Friedrich Jeppe: Mapping the Transvaal, c.1850–1899." *Journal of Southern African Studies* 29, no. 4: 955–75.
- "Cultural Landscapes in South Africa and Australia: Kalahari Gemsbok and Uluru-Kata Tjuta National Parks." *Working Papers in African Studies*, no. 244.
2002. "From 'Land' to 'Place': Communities and Conservation in the Magaliesberg Area." *Kleio* 34: 72–103.
2002. "Concluding Remarks: Heritage Creation and Research Conference, Rand Afrikaans University." *Historia* 47, no. 2: 559–61.
2000. "Urban Land Claims in South Africa: The Case of Lady Selborne Township, Pretoria, Gauteng." *Kleio* 32: 23–41.
2000. "Historical Carnival of Reconciliation: Commemorating the South African War, 1899-1902." *Mots Pluriels* 16.
1999. "A Kaleidoscopic Commentary: The South African War Journals of James Stevenson-Hamilton." *South African Historical Journal* 41: 196–221.
1997. "Lessons from South Africa: War and Wildlife in the Southern Sudan." *Environment and History* 3, no. 3: 299–321.
1996. "Defending Kruger's Honour? A Reply to Professor Hennie Grobler." *Journal of Southern African Studies* 22, no. 3: 473–80.
1996. "Teaching the Mfecane." *South African Historical Journal* 35: 211–14
1995. "Frederick Courteney Selous: Letters to Henry Anderson Bryden, 1889-1914." *The Brenthurst Archives* 2, no. 2: 9–35.

1994. "Dissecting the Myth: Paul Kruger and the Kruger National Park." *Journal of Southern African Studies* 20, no. 2: 263–84.
1993. "'Police Boys' and Poachers: Africans, Wildlife Protection and National Parks, the Transvaal 1902–1950." *Koedoe* 36, no. 2: 11–22.
1993. "Swaziland's Twentieth Century Wildlife Preservation Efforts: the Present as a Continuation of the Past" (com Jeffrey Hackel). *Environmental History Review* 17, no. 3: 61–84.
1992. "The Dongola Wild Life Sanctuary: 'Psychological Blunder, Economic Folly and Political Monstrosity' or 'More Valuable than Rubies and Gold'?" *Kleio* 24: 82–100.
1990. "Towards an Environmental History of South Africa: Some Perspectives." *South African Historical Journal* 23: 184–95.
1989. "Creating a National Park, 1910 to 1926." *Journal of Southern African Studies* 15, no. 2: 188–216.
1988. "Game Protectionism in the Transvaal, 1900–1910." *South African Historical Journal* 20: 33–56.
1986. "Journal of a Visit to the Gold Fields in 1889." *Africana Notes and News* 27, no. 3: 93–103.
1985. "The Pongola Game Reserve: An Eco-political Study." *Koedoe* 28: 1–16.
1982. "The History of Nature Conservation in Sandton." *Contree* 11: 9–24.
1982. "Some Problems in the Writing of Contemporary Urban History." *Kleio* 14, no. 1–2: 79–87.
1981. "The Growth of Local Self-Government in the Peri-Urban Areas North of Johannesburg, 1939 to 1969." *Contree* 10: 16–23.



## Sobre os Autores

**Bernhard Gissibl** é Pós-doutorando no Instituto Leibniz de História Europeia, em Mainz.

**Bron Taylor** é Professor de Ética Ambiental na Universidade da Florida.

**Catherine A. Christen** é Pesquisadora Associada na Smithsonian-Mason School of Conservation, Universidade George Mason.

**Christof Mauch** é Professor Catedrático de História Americana e Relações Transatlânticas (atualmente de licença sabática) na Universidade Ludwig-Maximilians, em Munique, e diretor do Rachel Carson Center.

**Clapperton Chakanetsa Mavhunga** é Professor Associado de Ciência, Tecnologia e Sociedade (STS) no Massachusetts Institute of Technology.

**Emily Wakild** é Professora Assistente no Departamento de História da Universidade do Boise State.

**Etienne Benson** é Professor Assistente no Departamento de História e Sociologia da Ciência da Universidade da Pennsylvania.

**Harriet Ritvo** é Professor Arthur J. Conner de História no Instituto de Tecnologia de Massachusetts, School of Humanities, Arts, and Social Sciences.

**Jane Carruthers** é Professora Emérita no Departamento de História da Universidade da África do Sul e *Fellow* da Royal Society da África do Sul.

**Libby Robin** é Professora na Fenner School of Environment and Society da Universidade Nacional Australiana e Pesquisadora Sênior no Museu Nacional do Centro de Investigação da Austrália.

**Lise Sedrez** é Professora no Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

**Mahesh Rangarajan** é Diretor do Nehru Memorial Museum and Library e Professor de História na Universidade de Delhi (atualmente de licença sabática).

**Rob Nixon** é Professor Rachel Carson & Elizabeth Ritzmann de Inglês na Universidade de Wisconsin-Madison.

**Saul Dubow** é Professor de História Africana na School of History, Queen Mary, Universidade de Londres.

**Thomas R. Dunlap** é Professor de História na Universidade Texas A&M.

**Tom Griffiths** é Professor W. K. Hancock de História na Universidade Nacional Australiana e Diretor do Centro de História Ambiental.

**William Beinart** é Professor Rhodes de Relações Raciais no Centro de Estudos Africanos da Universidade de Oxford.

### **Sobre a tradutora**

**Filipa Soares** é licenciada e mestre em Antropologia pela Universidade Nova de Lisboa e é doutoranda na Universidade de Oxford, com um estudo sobre a dimensão sociocultural e geopolítica do projeto “Rewilding Europe”.

## Agradecimentos

Os organizadores deste volume querem agradecer ao Rachel Carson Center por ter acolhido o *workshop* que serviu de base a este livro num momento muito atribulado, imediatamente antes da conferência da Associação Europeia de História Ambiental, em agosto de 2013. Isso deu a possibilidade de nos conhecermos uns aos outros e melhorar a nossa escrita, ao expô-la a uma audiência maravilhosa, onde estavam alguns que já eram fãs da historiografia de Jane Carruthers, outros que seguiram as temáticas da sua estimulante carreira, na África do Sul e no resto do mundo. Na audiência estavam também os que pretenderam alargar o alcance da história ambiental enquanto disciplina e interessados nas suas possibilidades transnacionais. Fazer coincidir este *workshop* com a Conferência da ESEH permitiu-nos tratá-lo como uma visita de estudo e incluir uma audiência muito internacional.

Queríamos também agradecer à Katie Ritson e à equipa editorial do Rachel Carson Center pela produção deste livro, incluindo a sua tradução para Português, a ser lançada no WCEH2014 na Universidade do Minho, em Guimarães, Portugal.

Um agradecimento especial para Mandy Martin por trazer uma perspetiva artística a este livro e pelos fantásticos trabalhos que foram uma parte essencial do evento, em 2013.



## RCC Perspectives

*RCC Perspectives* é uma série interdisciplinar de artigos e ensaios sobre história ambiental, estudos ambientais e campos relacionados. Os artigos têm a sua origem nas atividades acadêmicas do Rachel Carson Center for Environment and Society e em debates atuais na sociedade. Combinam reflexões e novas investigações empíricas e pretendem não só desenvolver o diálogo internacional, como também inspirar novas perspectivas sobre a relação complexa entre natureza e cultura.

[perspectives@carsoncenter.lmu.de](mailto:perspectives@carsoncenter.lmu.de)

### Editores da série:

Christof Mauch

Katie Ritson

Helmuth Trischler

### Editores:

Katie Ritson

Mel Simionato Marques

Alfredo Ricardo Silva Lopes

Stephanie Hood

Todos os números de *RCC Perspectives* estão disponíveis online em [www.environmentandsociety.org/perspectives](http://www.environmentandsociety.org/perspectives)

Para saber mais sobre o Rachel Carson Center for Environment and Society, por favor visite [www.rachelcarsoncenter.de](http://www.rachelcarsoncenter.de).

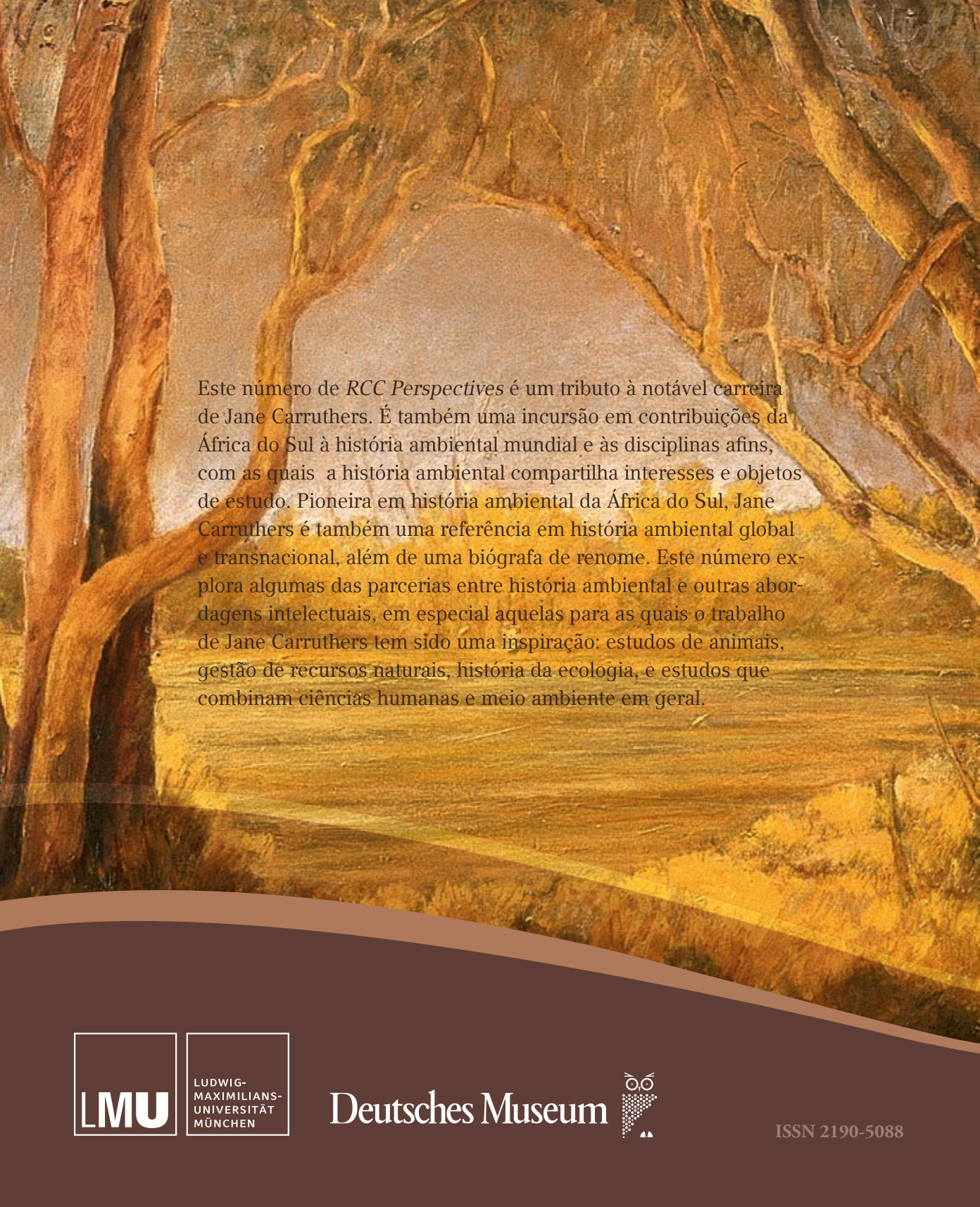
Rachel Carson Center for Environment and Society  
LMU Munich  
Leopoldstrasse 11a  
80802 Munich  
GERMANY

Design por Stefan Zinsbacher  
Ilustrações de Mandy Martin ([www.mandy-martin.com](http://www.mandy-martin.com))  
Impresso em papel ENVIROTOP reciclado por PAPER UNION GmbH  
© Copyright pertencente aos autores dos artigos.

ISSN 2190-5088  
Munique, 2014

**ClimatePartner**<sup>o</sup>  
printed climate-neutrally





Este número de *RCC Perspectives* é um tributo à notável carreira de Jane Carruthers. É também uma incursão em contribuições da África do Sul à história ambiental mundial e às disciplinas afins, com as quais a história ambiental compartilha interesses e objetos de estudo. Pioneira em história ambiental da África do Sul, Jane Carruthers é também uma referência em história ambiental global e transnacional, além de uma biógrafa de renome. Este número explora algumas das parcerias entre história ambiental e outras abordagens intelectuais, em especial aquelas para as quais o trabalho de Jane Carruthers tem sido uma inspiração: estudos de animais, gestão de recursos naturais, história da ecologia, e estudos que combinam ciências humanas e meio ambiente em geral.



LUDWIG-  
MAXIMILIANS-  
UNIVERSITÄT  
MÜNCHEN

Deutsches Museum



ISSN 2190-5088